

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

*Dom Sebastião antes do Sebastianismo:  
Pensamento Político Português Humanista no  
De Regis Institutione et Disciplina de Jeronimo Osório*

Yoná Santos

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Vouga

São Paulo  
2008

## Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a Cláudio Torres Vouga, que me concedeu a oportunidade de realizar o mestrado. Sem a liberdade e confiança dadas a mim, este trabalho não teria sido concluído.

Sempre que possível, tive o privilégio de ouvir as críticas e observações da Professora Ana Paula Torres Megiani. Pude contar na qualificação com a sua ajuda e gentileza. Nessa etapa Megiani apontou dificuldades, obscuridades e correções a serem feitas na dissertação. Suas indicações bibliográficas muito contribuíram para o amadurecimento do trabalho. Também não posso deixar de mencionar meus agradecimentos ao professor Bernardo Ricupero, também integrante da banca de qualificação, que apontou falhas e fez críticas que muito me ajudaram.

Não posso deixar de registrar meu agradecimento ao Professor Davide Bigalli da *Università degli Studi di Milano- Dipartimento di Filosofia*, que mesmo sem me conhecer, me enviou seus artigos sobre Jeronimo Osório.

Agradeço a Biblioteca do IEB que permitiu que eu fotografasse as cartas de Osório e a bibliotecária da Casa de Portugal, Eliane, pois seu interesse pela minha pesquisa e ajuda nos primeiros estágios, foram muito importantes ao longo deste trabalho. A revisão do trabalho ficou a cargo da amiga Thirza: serei eternamente grata pela ajuda e compreensão.

O Departamento de Ciência Política da USP e o orientador proporcionaram mediante um reembolso, minha estadia, por duas vezes, ao Rio de Janeiro. Ali, pude desenvolver meus estudos, utilizando a biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura. Agradeço a Raí, Secretária do Programa, que muitas vezes me mostrou “o caminho das pedras” e Viviam pela sua sempre prestatividade e simpatia.

No Rio de Janeiro, agradeço ao pessoal do El Misti Hostel, e as pessoas que conheci lá: Andréa, Jaqueline, Aline, Janaina e Marcos. Eles tornaram ainda mais agradável minha estadia na Cidade Maravilhosa.

Sou grata aos colegas e amigos que pude contar e que conheci ao longo desses 2 anos e meio. Priscila, Dona Rosário, Ana Gorete, Viviana, Renata, Adriana, Alessandra, Luciane Landi, Katucha, Talita e os professores da Escola Estadual Augusto Ribeiro de Carvalho me ajudaram nos momentos de *relax e* descontração, dando, sempre que necessitava, palavras de conforto nesses anos bons e difíceis. Não poderia esquecer de Gilka, “*meu espelho*”. Meus alunos enriqueceram ainda mais o processo produtivo desta dissertação e me doaram um pouco do frescor, audácia e intensidade da adolescência

Foram muitas as situações em que contei com a amiga Paloma, que sempre me deu força e estímulo. Agradeço pelas suas indicações, em especial por me apresentar *Jacques Le Goff* e *Carlo Guinzburg*, pela filmagem da qualificação e pelo brilho nos olhos e coragem pelas quais me falava de Caio Prado Junior.

Por fim, reitero meu reconhecimento e gratidão a meus pais Vital e Maria Ivone- sem eles nada disso seria possível- e meus irmãos Ivone, Yara, Ivaneide, Nice e Hugo.

São Paulo, 12 de dezembro de 2008.

**Email: yonasantos@usp.br**

## **Resumo**

Sob a análise de uma obra escrita em 1572, o *De Regis Institutione et Disciplina*, e de um contexto histórico-político crucial para a Dinastia de Avis, nos referimos aqui ao segundo quartel do século XVI, este trabalho tem como propósito esboçar o pensamento político humanista de Jerónimo Osório. Partindo do pressuposto que os fatos históricos, não são meramente ilustrativos, mas se entrecruzam com as idéias políticas, primeiramente enfocaremos como Osório pensava algumas questões que marcaram o reinado de D. Sebastião, como por exemplo: a Batalha em Alcácer Quibir, a necessidade do casamento do Rei e a sua educação ministrada pelo Padre Gonçalves da Câmara. Em segundo lugar, esboçaremos o seu pensamento político abordando temas como: o ofício do Rei, a melhor forma de governo e a ação dos adutores. Na relação entre pedagogia e política, esboçaremos o seu modelo de príncipe cristão, pertencente ao gênero dos *espelhos de príncipes*, através das disciplinas necessárias para a educação do Rei.

## **Palavras – Chaves**

1. Portugal Séc. XVI, 2. Dom Sebastião, 3. Espelho de Príncipes, 4. Humanismo, 5. Jerónimo Osório, 6. Pensamento Político

## **Abstract**

Based in a work written in 1572, the *De Regis Institutione et Disciplina*, and in a historic and politic context that is decisive to the Avis Dynasty, we refer here to the second period of the 16th century. This work's objective is to plan the humanist political thought of Jeronimo Osório. By the purpose that the historic facts will not be just an illustration, but a meeting with political ideas, first of all we will discuss about how Osório thought about some point that determined the reign of Dom Sebastião, as for example, the battle in Alcácer Quibir, the need of the king's marriage and his education, which the priest Gonçalves da Câmara was responsible. Secondly, we will plan his political thought, talking about themes like the king's function and the best governing form and the actions of the king's adulators. In the pedagogy and political relation, we will plan the Christian prince's model, concerning the princes' mirror, by subjects which were necessary to the king's education.

## **Key- words**

1. Portugal 16th century, 2. Dom Sebastião, 3. Princes' Mirror, 4. Humanism, 5. Jeronimo Osório, 6. Political thought

## Sumário

|                 |   |
|-----------------|---|
| Introdução..... | 8 |
|-----------------|---|

### Parte A

|                                       |    |
|---------------------------------------|----|
| Capítulo I – O Cícero Português ..... | 22 |
|---------------------------------------|----|

|                                   |    |
|-----------------------------------|----|
| Capítulo II- O Bispo e o Rei..... | 32 |
|-----------------------------------|----|

|  |    |
|--|----|
| Capítulo III- O <i>De Regis Institutione et Disciplina</i> ..... | 44 |
|--|----|

|  |    |
|--|----|
| III.1 Síntese da Obra (Livros I ao VIII) ..... | 50 |
|--|----|

### Parte B

|                                       |    |
|---------------------------------------|----|
| Capítulo IV- Pensamento Político..... | 60 |
|---------------------------------------|----|

|                  |    |
|------------------|----|
| IV.1 O Rei ..... | 60 |
|------------------|----|

|                             |    |
|-----------------------------|----|
| IV.2 Formas de Governo..... | 82 |
|-----------------------------|----|

|                         |    |
|-------------------------|----|
| IV.3 Os Aduladores..... | 96 |
|-------------------------|----|

|                              |     |
|------------------------------|-----|
| IV.4 Pedagogia Osoriana..... | 103 |
|------------------------------|-----|

|                                   |     |
|-----------------------------------|-----|
| IV.4.1 Educação na Infância ..... | 107 |
|-----------------------------------|-----|

|                             |     |
|-----------------------------|-----|
| IV.4.2 O Corpo do Rei ..... | 109 |
|-----------------------------|-----|

|                                  |     |
|----------------------------------|-----|
| IV.4. 3 Disciplinas Régias ..... | 112 |
|----------------------------------|-----|

|                   |     |
|-------------------|-----|
| Conclusão.....    | 122 |
| Bibliografia..... | 127 |
| Anexos.....       | 137 |
| Anexo A.....      | 137 |
| Anexo B.....      | 141 |
| Anexo C.....      | 145 |

## Introdução

“O tempo é de terror. Maldito fado ter eu de consertar o que é errado”<sup>1</sup>. Encontramos tal frase na peça teatral *Hamlet*, escrita por Willian Shakespeare no início do século XVII. A história que se passa no Reino da Dinamarca, tem início com a morte do Rei Hamlet. Inconsolável e triste, seu filho de mesmo nome, príncipe da Dinamarca, se vê obrigado a vingar a morte de seu pai, cujo assassino seria seu tio, o então Rei Cláudio. Deixando de lado, os personagens da peça e seu enredo, o que nos interessa aqui é todo o ambiente descrito por Shakespeare.

Um príncipe dominado pelas paixões, envolto em uma rede de assassinatos onde os conflitos políticos e usurpações sustentam o poder real<sup>2</sup> é uma anti-visão do que concebiam os teóricos dos espelhos de príncipes do século XVI. Seu retrato ideal de governante estava ligado ao modelo cristão de príncipe perfeito. Dentre eles, destacamos o humanista português Jeronimo Osório, nascido em Portugal e que viveu de 1506 a 1580.

O objetivo precípua dessa presente dissertação é fazer uma análise da obra *De Regis Institutione et Disciplina*<sup>3</sup>, publicada em 1572 e dedicada a D. Sebastião<sup>4</sup>, relacionando-a nos seus mais variados aspectos, a saber: as questões históricas concernentes ao reinado de D. Sebastião- nos referimos aqui a sua educação e a Batalha de Alcácer Quibir, o gênero dos espelhos de príncipes, a sua forte herança platônica e aristotélica, seu pensamento político e sua pedagogia .

---

<sup>1</sup> SHAKSPEARE, Willian. *Hamlet*. São Paulo: Nova Fronteira, 1995, p.59.

<sup>2</sup> Cf. RINESI, Eduardo. *Política e Tragédia. Hamlet entre Maquiavel e Hobbes*. Tese de Doutorado FFLCH USP, 2002.

<sup>3</sup> Utilizaremos o nome da obra em latim, devido a uma discordância quanto a sua tradução.

<sup>4</sup> Apesar do convite feito por D. Henrique, para a educação do jovem rei, Osório se mantém afastado da Corte e decide educá-lo através do *De Regis Institutione et Disciplina*.



A escolha das edições obedeceu aos seguintes critérios: em primeiro lugar trabalhamos com a edição de 1944, que abrange dos livros I ao V. Depois do exame de qualificação tivemos a oportunidade de ir ao Rio de Janeiro e lá entramos em contato com os livros VI, VII e VIII que completam a obra e foram publicados em 2005.

Durante os dois anos e meio em que realizamos a pesquisa, a escolha do tema sofreu algumas modificações. Quando iniciamos, a preocupação que norteava o trabalho era estudar o antimaquiavelismo em Portugal, através do pensamento de Osório, já que este é considerado por Martim Albuquerque<sup>5</sup> o principal opositor de Maquiavel em Portugal<sup>6</sup>.

Entretanto, no momento da qualificação, nos demos conta que a presente obra aqui analisada não se refere a um possível antimaquiavelismo português. Os indícios<sup>7</sup> que encontramos na obra e fora dela- nos referimos aqui a obra *Da Nobreza Civil e Cristã* (1542) onde Osório critica algumas posições de Maquiavel em relação a religião cristã<sup>8</sup>- não eram suficientemente fortes para sustentar a tese do antimaquiavelismo português. Ao mesmo tempo, descobrimos que quando a obra *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* de Maquiavel foi publicada na Itália, Osório estava em Bolonha e provavelmente a teria lido<sup>9</sup>. Informação relevante e que pode ser um primeiro indicio de uma possível ligação entre os dois pensadores.

---

<sup>5</sup> ALBUQUERQUE, Martim de. *A Sombra de Maquiavel e a Ética Tradicional Portuguesa. Ensaio de História das Idéias Políticas*. Lisboa: Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1974.

<sup>6</sup> Não sendo possível aqui desenvolver o tema, citaremos apenas um autor, Jerónimo Osório, por ser o primeiro adversário peninsular de Maquiavel, pelo que ganha as proporções de símbolo. ALBUQUERQUE, Martim. *Estudos de Cultura Portuguesa*. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000, p. 283, 3º volume.

<sup>7</sup> BELL, Audrey F. G. *O humanista Dom Jerónimo Osório*. Com Introdução de Luiz de Almeida Braga. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933, p. 25.

<sup>8</sup> *Ma va comunque rivelato che Osório ricorda esplicitamente Machiavelli nel solo De Nobilitate christiana e su un punto particolare: cioè la questione del cristianesimo come causa della decadenza dell'impero romano (...)*. BIGALLI, Davide. *Jerónimo Osório: Tra Crisi dell'erasmismo político ed emergere della ragion di stato*. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 1993, p. 104.

<sup>9</sup> *De facto, I Discorsi sopra la prima deca di Tito Lívio foram impressos em 1531 e Osório estudou Teologia em Bolonha, regressando à pátria numa data que se pode seguramente fixar entre 1538 e 1542 . Dada a retumbância destas obras de Maquiavel e a proximidade cronológica entre o seu aparecimento e a estadia de Jerónimo Osório no país dos humanistas, não será ousadia excessiva admitir que ele as tivesse aí conhecido. É preciso não esquecer que Osório escreveu o De Nobilitate Christiana no período italiano da sua vida .* ALBUQUERQUE, Martim de. *Op. Cit .* 1974, p. 72.

Entretanto, decidimos assumir, dado o âmbito da presente pesquisa de mestrado, o ponto de vista de que o *De Regis Institutione et Disciplina* não pode ser entendido como expressão do antimaquiavelismo em Portugal, mas sim como uma obra que expõe sobretudo o pensamento político osoriano.

No desenvolvimento ainda primário da pesquisa, dois fatores impulsionaram ainda mais o trabalho investigativo: primeiro a brilhante inteligência de Osório, sua cultura e erudição e segundo, o desafio que seria estudar o seu pensamento político e filosófico. Percebemos que não havia ainda na ciência política brasileira um estudo denso que buscasse analisar a real contribuição histórica, política e teórica dessa obra como reveladora de um pensamento político humanista, gerada sob um reinado que até hoje suscita dúvidas e interesses dos mais amplos pesquisadores.

O estudo de um pensador humanista que se debateu com questões importantes em sua época e tentou refletir criticamente sobre elas expressando essa reflexão numa obra rica e densa como é o caso do *De Regis Institutione et Disciplina*, pode contribuir para uma discussão mais profícua dos elementos que aparecem nos projetos políticos contemporâneos.

A importância de se estudar um autor que propõe um projeto político-pedagógico para o governante se dá, em um primeiro momento, pela simples leitura das manchetes de nossos jornais, cujo entrelaçamento de valores no campo da política e da educação é facilmente perceptível.

Osório estudou nos principais centros de conhecimento de sua época como Salamanca, Paris e Bolonha, tendo constituído uma importante rede de relações pessoais, se correspondendo com pessoas importantes. Montaigne<sup>10</sup> o considerou, nos seus *Ensaíes*, o maior historiador latino de sua época. Participou do grupo de humanistas portugueses - cujo objetivo era conciliar a

---

<sup>10</sup> MONTAIGNE, Michael. *Ensaíes*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

antiguidade com a espírito cristão - que colaboravam nas universidades e colégios com seus estudos e ensinamentos. Destaca-se por ser conhecedor do direito, da filosofia estóica, platônica, aristotélica e de teologia<sup>11</sup>. Alcançou projeção fora de Portugal, haja vista que suas obras foram traduzidas em nove países, editadas em 39 cidades do continente europeu e conheceram 75 edições.

O autor aqui analisado foi testemunha de seu tempo e, portanto, é impossível compreender as suas idéias sem levar em consideração o ambiente político e social em que vivia. Osório viveu no século de Damião de Góes, Duarte Pacheco, Erasmo e o seu *Elogio da Loucura*, Thomas Morus e a *Utopia*, Lutero e suas 95 teses, Luis de Camões e *Os Lusíadas*<sup>12</sup>, a fundação da Companhia de Jesus<sup>13</sup>, o início das atividades do Tribunal do Santo Ofício em Lisboa e da criação do Concílio de Trento<sup>14</sup> – só para citar algumas personalidades e fatos importantes nesse período.

Para a análise da obra e seu ambiente histórico-político, direcionamos o nosso olhar para D. Sebastião utilizando três cartas como base para a nossa reflexão: *Carta para El Rei Dom Sebastião, sobre o Casamento em França* (1557), *Carta Ao Padre Luiz Gonçalves da Câmara* (1571) e *Carta a ElRei Dom Sebastião, sobre a jornada de África* (1574), com o intuito de deslindar qual é a sua visão acerca de questões importantes a esse reinado como: a necessidade de

---

<sup>11</sup> SOARES, Nair Nazaré de Castro. *O Príncipe Ideal no séc. XVI e o De Regis Institutione et Disciplina de D. Jerónimo Osório*. Coimbra: 1994, pp. 384-385.

<sup>12</sup> Publicado em 1572, mesmo ano da publicação do *De Regis Institutione et Disciplina*. Para mais similaridades entre Osório e Camões ver: BIGALLI, Davide. *Lecture della Sovranità in Camões e Osório*. In: *L'interpretazione nei secoli XVI e XVII*, a cura di Guido Canziani e Yves Charles Zarka. Milano: Franco Angeli, 1993.

<sup>13</sup> A Companhia de Jesus foi fundada em 1534, na Espanha, por Inácio de Loyola. Foi aprovada pelo Papa Paulo III, em 1540. Logo no início da Companhia, o rei D. João III, de Portugal chamou os jesuítas para ocupar-se da educação daquele reino. A morte de Inácio, em 31 de julho de 1556, suscita questionamentos com relação à atividade didática dos jesuítas e pouco tempo depois os superiores da ordem elaboram um documento intitulado *Ratio Studiorum* - Plano de Estudos, que contemplava o ensino das belas artes e da filosofia.

<sup>14</sup> *Duas causas tornavam necessária a reunião de um Concílio Geral: a guerra furiosa declarada pelos protestantes à Igreja, e os abusos que corrompiam a disciplina e os costumes. Convocado pelo papa Paulo III, e aberto em Trento (...) em 1545 (...) só concluiu seus trabalhos em 1563*. OLIVEIRA, P. Miguel de. *História da Igreja*. Lisboa: União Gráfica, 1952, p. 207.

se assegurar a sucessão do reino, daqui se impõe a questão do casamento do Rei, a Guerra em Alcácer Quibir<sup>15</sup> e a educação real ministrada pelos jesuítas.

Nesse sentido, convém confrontar as cartas com a maneira pela qual a historiografia analisa a influencia do aio e do mestre na personalidade de D. Sebastião. Apresentaremos aqui duas correntes: a primeira formada por Mattoso (1997), Serrão (1979) e Velloso (1945), onde responsabilizam a educação dada pelos jesuítas pela personalidade de D. Sebastião, que é descrita de maneira negativa<sup>16</sup>; já a segunda, representada por Megiani (1995) e Loureiro (1978), observa D. Sebastião como produto de uma mentalidade e relativiza a responsabilidade do mestre e aio pela morte do Rei em Alcácer Quibir.

Não podemos deixar de mencionar que a partir do século XVIII os jesuítas serão responsabilizados por muitos dos fracassos do reino em função do poder que adquiriram. Assim, tal construção ideológica poderia ter contribuído para a construção de uma memória do reinado de D. Sebastião, onde são responsabilizados os padres jesuítas pela exacerbada educação religiosa do Rei, a sua misogenia<sup>17</sup> e a obsessão pela conquista do norte da África em nome da religião católica. O ensino jesuítico era semelhante ao ensino dos humanistas, pois tendia ao desenvolvimento simultâneo e gradual das capacidades intelectuais do aluno<sup>18</sup>.

---

<sup>15</sup> Na tentativa de restabelecer o domínio português no Norte da África, D. Sebastião organiza em 1578, uma expedição militar ao Marrocos. Também conhecida como Batalha dos Três Reis, tinha como protagonistas, além do Rei português, o Rei do Marrocos, *Muley Maluc* e *Muley Hamet* tio do rei marroquino. Sucedeu seu pai em 1574, mas foi deposto por *Maluc*. Os três Reis morreram em 1580, em Alcácer Quibir. Por sessenta anos permanecerá unida a Coroa de Portugal à Espanha.

<sup>16</sup> *Uma coisa certa e positiva é esta: o Rei Dom Sebastião foi um grande infeliz, um grande desgraçado. E tão grande que trouxe consigo a infelicidade e a desgraça de Portugal.* CASTRO, P. José de. *Dom Sebastião e D. Henrique*. Lisboa: União Gráfica, 1942, p. 50.

<sup>17</sup> *Com efeito, Sebastião recusava o casamento. Tentou-se muitas vezes “conjungi-lo”, para assegurar a continuidade da dinastia, mas nenhuma negociação teve sucesso. Nas Cortes da Europa, acabara-se mesmo por duvidar de suas capacidades físicas. Feitas as devidas verificações, Sebastião tinha todos os requisitos para ser esposo e pai. Mas não gostava de mulheres.* VALENSI, Lucette. *Fábulas da Memória: a batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 11.

<sup>18</sup> BELL, Audrey F. G. *Op. Cit.* p. LXXXVIII.

Posteriormente nos deteremos nessa questão, mas agora é mister afirmar que evitaremos ao longo de nossa análise, nos referimos a Osório como alguém que se colocava totalmente contra a Batalha de Alcácer Quibir<sup>19</sup>, ou que desaprovava totalmente a conduta dos preceptores do Rei. Não podemos deixar de lembrar que Osório era um letrado<sup>20</sup> e como tal não era independente. È freqüente, em alguns estudiosos de D. Jeronimo Osório, se referirem a ele como uma voz totalmente dissonante na Corte de D. Sebastião.

*(...) é a voz que clama no deserto, que atenta a todo custo desviar D. Sebastião das suas aventuras perigosas, da sua conduta irresponsável. É a visão equilibrada e profética dos males em que incorreria o jovem rei, "maravilha fatal da nossa idade", como o designaria o Poeta de Os Lusíadas – canto do cisne de uma época<sup>21</sup>.*

Vão de encontro aos nossos interesses avaliações como as de Bell<sup>22</sup>:

*Há um passo muito importante na vida de Osório o qual ainda não frisámos- a sua relação com o projecto da Campanha de África do rei D. Sebastião. Poderia provar-se facilmente que ele animou e ao mesmo tempo condenou severamente a campanha. Osório era, como hoje diríamos, um imperialista<sup>23</sup>.*

Também evitaremos a caracterização de D. Sebastião como um Rei dotado de vícios e excentricidades, responsável pela perda de soberania portuguesa.

---

<sup>19</sup> Em 1574, data da primeira expedição de D. Sebastião à África, Osório lhe escreve uma carta, onde afirma que a guerra, apesar de ter um motivo nobre, a destruição da seita dos mouros, era fora do tempo, pois a falta de dinheiro e outros recursos e a fome que assolava a maior parte do reino pediam que se esperasse por uma melhor ocasião política. Entretanto, alguns autores interpretam essa carta como uma oposição radical de Osório em relação a ida do Rei para a África.

<sup>20</sup> O letrado é aquele que faz parte de determinados cargos ou jurisdições que participavam de maneira direta no aparelho político de um Rei. Ver: AMARAL, Sérgio Alcides. *Desavenças. Poesia, Poder e Melancolia nas Obras do Doutor Francisco de Sá de Miranda*. Tese de Doutorado FFLCH USP, São Paulo, 2007.

<sup>21</sup> SOARES, Nair Nazaré de Castro. *Op. Cit.* p. 6.

<sup>22</sup> BELL, Audrey F. G. *Op. Cit.*

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 70.

*A instabilidade sentimental e psíquica do Desejado, bem revelada na sua entrega a sucessivas amizades de validos e de que assume, também, expressiva tônica o conjunto de suas ações, por vezes contraditórias e paradoxais; a sua corte “não itinerante”, a sua misogamia; o seu temperamento místico (...).<sup>24</sup>*

Nesse sentido recorremos ao aporte teórico de Jacques Le Goff<sup>25</sup>, que afirma que os historiadores do passado, ou aqueles que se propõe a estudarem fatos ou períodos passados, trabalham com um elemento contra si mesmo: conhecem o que se passou depois. Entretanto, a longa duração do passado não deve impedir que o historiador se distancie dele e assim não cometa anacronismos. É importante lembrar que cada época fabrica mentalmente a sua representação do passado histórico.

O historiador deve observar seu objeto de pesquisa mediante outros documentos e métodos- como, por exemplo, confrontar ideologia política com prática política. Sua obra é uma forma de atividade simultaneamente poética, científica e filosófica<sup>26</sup>. Diríamos o mesmo do cientista político, pois no presente trabalho foi preciso mobilizar várias disciplinas como a história, a filosofia e por sua vez a ciência política.

Esta pesquisa não é um trabalho histórico. Ela contém muitos elementos que a situam em um tempo e lugar definido: esses elementos são, porém, apenas o suporte para a reflexão sobre o problema em foco. Assim, não queremos fazer uma análise puramente histórica do Reinado de D. Sebastião, queremos não ver os fatos históricos somente como um pano de fundo para o desenvolvimento do pensamento político de nosso autor, mas trazê-los para dentro da obra<sup>27</sup>. Não fugiremos do desafio, mesmo não conseguindo dar conta dele de maneira total, de combinar

---

<sup>24</sup> LOUREIRO, Francisco Sales. *D. Sebastião: antes e depois de Alcácer Quibir*. Lisboa: Editorial Vega, 1978, pp. 87-88.

<sup>25</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2ª ed. Trad. Suzana Ferreira Borges. Campinas: UNICAMP, 1992.

<sup>26</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2ª ed. Trad. Suzana Ferreira Borges. Campinas: UNICAMP, 1992.

<sup>27</sup> *A percepção do sentido histórico de um determinado texto é uma condição necessária para a sua compreensão, e este processo jamais será alcançado simplesmente ao estudarmos apenas o texto*. LOPES, Marco Antonio. *Para ler os clássicos do pensamento político*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p.16.

conceitos políticos e problemáticas históricas, a fim de construir uma reflexão sob vários aspectos, quais sejam: filosóficos, políticos e históricos. Para tanto, mobilizamos outras fontes, que não somente a obra, aqui nos referimos as epístolas<sup>28</sup> escritas por Osório.

A importância de tal estratégia de análise, também está em consonância com o referencial teórico de Carlo Ginzburg<sup>29</sup> e sua concepção de que são nos fatos mais negligenciáveis que se encontram as respostas mais abrangentes e que se torna necessário a decifração de problemas a partir de indícios que contem em si mesmos uma realidade complexa.

É irrelevante que a época em que viveu Osório esteja tão distante da nossa, ou que ele seja um humanista pouco estudado em sua terra natal ou até mesmo no Brasil. Mas é de suma importância o que ele tenha dito em sua reflexão, produto das dificuldades de seu tempo e que seu trabalho esteja inserido em uma realidade concreta, cujo referencial são homens reais e históricos. São as idéias políticas presentes em sua obra que a tornam clássica e transcendente ao tempo em que surgiu<sup>30</sup>.

Calafate<sup>31</sup> aponta um relativo esquecimento de Osório em Portugal e os possíveis fatores que teriam contribuído para isso como: o tom radical com que se entregou ao ataque a Lutero e Maquiavel em defesa dos princípios do catolicismo, o apoio destinado a uma monarquia luso-espanhola, na crise sucessória de 1580<sup>32</sup>, as críticas feitas à ida de D. Sebastião a Alcácer Quibir,

---

<sup>28</sup> Tomamos o cuidado de não ver a carta como um documento objetivo, mas sim como algo que exprime a ideologia de um período. Ver: LE GOFF, Jacques. História e memória. Op. Cit. p. 424.

<sup>29</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. In: Sinais: Raízes de um Paradigma Incendiário. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

<sup>30</sup> Não coadunamos com a visão de que “ (...) apenas os autores considerados pesos-pesados podem ser tomados como uma espécie de “abreviaturas da realidade” de seu tempo, já que são concebidos como expressões conscientes e coerentes do contexto histórico e dos grupos sociais que fazem parte da vida política. LOPES, Marco Antonio. Op. Cit. 2002, p. 27.

<sup>31</sup> CALAFATE, Pedro. *História do Pensamento Filosófico Português. Vol. II, Renascimento e Contra-Reforma*. Lisboa: Caminho, 2001.

<sup>32</sup> (...) Jerónimo Osório se referia à hipótese de um conflito armado com a Espanha e à necessidade de o evitar mediante negociações com Filipe II até a morte.(...) As razões que Osório apresenta são de ordem eminentemente prática e realista. Em primeiro lugar, Portugal não tem possibilidade nem militar nem econômica, de resistir ao poder, internacional e absoluto de Castela.(...) quanto a outras soluções, Osório considera-as uma utopia sem

a não concordância com a política de D. Manuel a respeito dos judeus e a não aceitação das censuras a Damião de Góis<sup>33</sup>.

Mas não podemos deixar de citar o estudo de Nair Nazaré Soares de Castro, da Universidade de Coimbra, sobre as ideais políticas de Osório, pois foi de grande valia na pesquisa realizada e no levantamento de sugestões para a estruturação do trabalho. No Brasil, Osório não é um autor muito conhecido, restringindo-se as áreas de Literatura e Pedagogia<sup>34</sup>.

Osório propõe-se como objetivo no *De Regis Institutione et Disciplina*, chegar a uma ciência da educação real, no sentido mais aristotélico do termo, onde partindo do particular, a educação passada ministrada aos reis, chega-se no geral, no programa mínimo de disciplinas necessárias para tornar o Rei virtuoso, magnânimo, cristão e de posse da temperança.

A escolha pelo gênero do diálogo, utilizado na obra, pode ser explicado através da filiação platônica de Osório e também pelo próprio recurso lingüístico que permite uma multiplicidade de opiniões, observada de vários pontos de vista, levando o leitor a uma conclusão. Na tradição humanista dos espelhos de príncipes, tal concepção será um traço marcante, pois os diálogos juntamente com as cartas, constituíam as formas privilegiadas da conversação civil.

O gênero dos espelhos de príncipes ou *specula principis*, abarca uma série de obras e tratados que vão desde Isócrates até Maquiavel, revelando uma teorização política. Segundo Quentin Skinner<sup>35</sup> os humanistas fizeram um amplo uso do gênero dos espelhos do príncipe,

---

*esperança, sonhos e “profecias falsas” de um patriotismo puramente idealista e totalmente exilado da realidade nacional.* PINHO, Sebastião Tavares de. *Jerônimo Osório e a crise sucessória de 1580: em torno da Defensio sui nominis, da Carta Notable e de outros documentos afins.* In: Humanismo Português na Época dos Descobrimentos. Coimbra: Congresso Internacional, 1991, pp. 312-316.

<sup>33</sup> Em meados de 1540, o humanista Damião de Góis foi denunciado à Inquisição Portuguesa pela suspeita de luteranismo. Em 1570 foi perseguido e condenado, ficando preso no mosteiro da Batalha. Cf. GÓIS, Damião de. *O Livro de Eclesiastes*. Introdução de T. F. Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 10.

<sup>34</sup> Cf.: VIEIRA, Ana Thereza Basilio. *O De Gloria, livro I, de Jerônimo Osório*. Tese de Doutorado UFRJ, 1999. TOLEDO, César de Alencar Arnaut. (2006). *Pedagogia e política nos Tratados de Nobreza Civil e Cristã de Jerônimo Osório da Fonseca*. Universidade Estadual de Maringá, v. 28, n. 1, p. 73-79.

<sup>35</sup> SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.



editando grande número de tratados nos quais articulavam a educação dos governantes com os princípios do governo virtuoso. Consideravam-se médicos do corpo político e possuíam uma convergência nas análises que faziam dos males de uma sociedade.

Louvava-se o príncipe, o qual a obra era dedicada, apresentam-se as responsabilidades e deveres do governante, assim como a melhor forma de governo, a função e importância do ofício dos conselheiros, a educação e formação do príncipe<sup>36</sup>.

Se fecharmos um pouco nosso referencial teórico e observarmos o desenvolvimento desse gênero em Portugal, veremos que o seu ápice foi durante a Dinastia de Avis<sup>37</sup>, seja pela solicitação e custeio de cópias e traduções de espelhos de príncipes estrangeiros, seja como criadores dos próprios textos.

Misturam-se assim as dimensões política, moral e pedagógica, fixando as virtudes necessárias ao príncipe que tem como origem primeira Platão, filósofo grego nascido em Atenas (428?-347 a.C), e o seu Rei filósofo expressos na sua obra *A República*<sup>38</sup>. Poderíamos nos perguntar: *Em que medida a pedagogia osoriana é herdeira das categorias platônicas?*

Para Platão a formação dos guardiões, responsáveis pela proteção da cidade está inserida em um longo processo educativo, cujas bases são a música e a ginástica. Matemática, Aritmética, Astronomia, Geometria, Dialética e Filosofia também são disciplinas que fazem parte desse processo. Escolhido entre os melhores, o guardião da cidade seria o filósofo, o mais apto a governar<sup>39</sup>.

---

<sup>36</sup> Os humanistas classificaram seu rol de virtudes como *studia humanitatis*, que englobam disciplinas como a gramática, retórica, história e filosofia.

<sup>37</sup> A Dinastia de Avis (ou Joanina) ou Segunda Dinastia foi formada por Reis de Portugal entre 1385 e 1580.

<sup>38</sup> PLATÃO. *A República*. São Paulo: Edipro, 2000.

<sup>39</sup> *Na República, no Político e na Carta VII – seu auto retrato- a política identifica-se com a filosofia: homem de estado e filósofo devem coincidir na mesma pessoa. Segundo Platão, nunca haveria Estados prósperos, enquanto os políticos não se fizessem filósofos e os filósofos não se tornassem políticos.* FREIRE, Antonio. *Humanismo Cristão*. Braga: Edições APPACDM, 1994, p. 93.

Assim- guardadas as devidas proporções e evitando possíveis anacronismos- partimos do pressuposto que Osório é fortemente influenciado por esse modelo platônico, tanto no que diz respeito a importância da educação na formação do governante quanto nas virtudes necessárias ao príncipe, muito semelhantes às competências do Rei-filósofo.

*Portanto, se havemos mister de um guarda, de um defensor são e valente, sagaz para nos defender dos males e magnânimo para conjurar perigos, haverá coisa que convenha menos como adoptar uma educação que traz ao corpo as mais variadas doenças, que entorpece o espírito, e- o que é muito mais grave ainda – que deforma o Príncipe ignominosamente<sup>40</sup>?*

Causou-nos um admirável espanto a similaridade entre *A República* e o *De Regis Institutione et Disciplina*. Além do uso do mesmo gênero, o diálogo, a disposição dos assuntos tratados atesta a grande influência do pensamento platônico nas idéias de Osório.

*Por isso, nunca será sobeja a minha admiração por Platão, o qual, ainda que [246] parece que foi buscar à lei divina muitas outras coisas, todavia é manifesto que colheu das leis de Deus aquilo que escreveu<sup>41</sup>(...).*

É importante observar que para Platão, os mesmos elementos que encontramos na cidade encontramos no homem, em sua alma. Assim, o governante e cidade são um só. Osório possui uma visão muito influenciada por estes pressupostos, já que para ele os vícios comportamentais do Rei fazem mal ao reino. Ambos colocam o governante no centro do sistema político. Decorre daí a necessidade de um sistema educacional formativo do governante, onde uma educação completa, em várias ordens do conhecimento, é imprescindível ao exercício virtuoso de seu ofício.

---

<sup>40</sup> OSÓRIO, Jerónimo. *Da Instituição Real e sua Disciplina*. Tradução de A. Guimarães Pinto. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1944, pp . 279- 280.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 348.

*O ofício do rei exige sabedoria. Só o rei-filósofo pode dar cumprimento à tarefa ingente, ao munus diuinus, que lhe é imposto. É o modelo de Platão, que Osório ressuscita para o encarnar em D. Sebastião. Este alto conceito do chefe supremo da comunidade política traduz-se na dignidade do seu ofício<sup>42</sup>.*

*Por conseguinte, que pode existir de mais feliz do que um príncipe casto, probo e religioso? É que ele é aquele sábio que Platão desejava que estivesse à testa do Estado e sob cujo governo antevia que a república haveria de ser afortunadíssima<sup>43</sup>.*

De posse de um referencial platônico, Osório defende um Rei culto, versado nas letras e artes, levando a filosofia a assumir um papel central no conjunto das disciplinas reais.

Dentro dessa proposta pedagógica, os adutores assumem um papel primordial, seja por que se assemelham aos sofistas criticados por Platão - por não estarem preocupados com a verdadeira educação, já que para estes a verdade se encontra nas aparências, no mundo da opinião e dos sentidos. Aqui a frase de Protágoras se torna sintomática: *O homem é a medida de todas as coisas*. Assim, os sofistas propagam um falso saber aos jovens que melhor lhe pagassem. Seja porque dão mau formação ao Rei, fazendo com que este aja segundo as paixões. Nesse sentido aparece o par de opostos Rei - Tirano e suas diferenças.

Os adutores são responsáveis pelas ruínas das repúblicas, igualmente pela transformação do rei em tirano, pois oferecem ao Rei uma disciplina perniciosa.

São apresentados três elementos que garantem a defesa do Rei contra os adutores: o convívio com as pessoas de bem, aqui se entendem homens dotados de mérito (a verdadeira nobreza) que darão exemplos positivos, diferente dos adutores que transformam virtudes reais em vícios; o convívio com religiosos, que tornarão o príncipe sábio e suscitarão o domínio das

---

<sup>42</sup> SOARES, Nair Nazaré de Castro. *Op. Cit.* p. 404.

<sup>43</sup> OSÓRIO, Jerónimo. *Op. Cit.* 1944. p. 423.

paixões, a temperança e a moderação; e por fim as disciplinas que o tornarão virtuoso, através do estudo da aritmética, geometria, dialética, música, astronomia e filosofia.

Cabe ainda ressaltar que a religião cristã é um pilar fundamental para a educação do Rei, pois leva à prudência, magnanimidade, moderação e justiça. Osório não defende a moderação na prática religiosa e para corroborar essa afirmação cita os Reis das Sagradas Escrituras, dentre ele *David, os Reis Homéricos e D. Afonso Henriques*.

A dissertação está dividida em duas partes, a parte A tem como objetivo revelar como vida e obras se cruzam, apresentando a trajetória pessoal do autor, enquanto letrado e bispo na Corte de D. Sebastião. Também analisaremos a sua visão sobre alguns temas importantes presente reinado, procurando revelar seu olhar sobre o período que antecede a morte do Rei em Alcácer Quibir. Por fim, apresentaremos um resumo sintético de cada um dos livros que compõem a obra analisada.

Na Parte B, trataremos da análise da obra através de quatro temas mestres, que esboçam o pensamento político de Osório: O Rei, Formas de Governo, Os aduladores e Pedagogia Osoriana, sendo que este último contempla a análise das seguintes aspectos da disciplina real: Educação na Infância, O Corpo do Rei, Estudo das Artes, Musica, Aritmética, Geometria, Astronomia, Dialética, Filosofia e Religião. Por fim apresentaremos a conclusão, a bibliografia e três anexos que contem a transcrição de algumas cartas osorianas aqui citadas<sup>44</sup>. Reconhecemos desde já as grandes limitações que esses recortes causaram ao trabalho, esperando aprofundá-las em uma etapa posterior.

*Vida longa a Jeronimo Osório!*

---

<sup>44</sup> São elas: *Carta para El Rei Dom Sebastião sobre o Casamento em França de Sua Alteza* ( 1557 ); *Carta de Dom Jerónimo Osório para a Rainha* ( 1571) e *Carta A El Rei D. Sebastião contra o Juiz da Coroa, Jorge da Cunha* (1575).

## **PARTE A**

## Capítulo I- O Cícero Português <sup>45</sup>

A nobre família “*Osório da Fonseca*” teve como sua fundadora, por parte de pai, o espanhol Martim Ozores, que ao chegar a Portugal teve um filho, chamado Osório Martins. Seu filho, João Osório da Fonseca se casou com D. Francisca Gil de Gouvêa. Oito filhos são oriundos dessa união, sendo que um deles, Jeronimo Osório, nasceu em Lisboa, em 1506. Já havia transcorrido 11 anos do reinado de D. Manuel<sup>46</sup>.

Teve seus estudos iniciados precocemente, aos 10 anos. Aos 13, chegou à Universidade de Salamanca para estudar, prioritariamente, latim e grego, mas nas horas vagas estudava Direito e História. Após 2 anos, retornou a Portugal para visitar o pai, que voltava de uma viagem à Índia. A pedido deste retorna à Salamanca para se dedicar ao estudo Jurídico. Contava 16 anos. Em 1525, quando seu pai faleceu, foi para Paris estudar Filosofia. Lá se destacou e logo passou a fazer parte da roda de amigos de Inácio de Loyola<sup>47</sup>.

Fruto desse itinerário de estudos foi convidado a lecionar as Sagradas Escrituras em Coimbra, sendo breve sua passagem pela cátedra universitária. Em 1542, e com 36 anos de idade, viajou para Bolonha (Itália), onde estudou Teologia. Lá escreveu sua primeira obra, o tratado *Da Nobreza Civil e Cristã*, dedicada ao infante D. Luís (filho de Manuel I e irmão de D. João III). Essa obra marca a volta de Osório a Portugal.

Escrevendo em latim, não só o tratado citado acima, mas todas as suas obras, Osório procura resgatar a cultura clássica, já que em seu tempo havia uma contínua laicização da cultura por toda a Europa. Somente os mosteiros e as universidades vinham se mantendo como centros

---

<sup>45</sup> O *De Regis Institutione et Disciplina* se apóia nos tratados de Cícero: *De Gloria*, *De República* e *De Consolatione*. Em função disso, ficou conhecido nos meios acadêmicos como o “*Cícero português*”. Cf.: VIEIRA, *Op. Cit.* p. 24.

<sup>46</sup> OSÓRIO. Jeronimo. *Da Nobreza Civil e Cristã*. Ed. preparada por A. Guimarães Pinto. Lisboa: INCM, 1996, p. 33.

<sup>47</sup> Depois contribuirá para que em Portugal seja aceita a Companhia de Jesus.

de estudos clássicos<sup>48</sup>. Suas obras foram traduzidas para o francês e para o inglês, recebendo ora comentários elogiosos, ora críticos.

Como forma de agradecimento e retribuição, Dom Luís o nomeou Prior das Igrejas de Tavares e mestre de seu filho Dom Antonio. Osório permaneceu nessa função até a morte de D. Luís<sup>49</sup>, já que posteriormente pediu ao Rei D. João III que passasse aos cuidados de outrem<sup>50</sup> a educação de D. Antonio e que lhe autorizasse a viajar para a igreja de Tavares, decidindo assim deixar a Corte. Conta-se que seus amigos o repreenderam por esse pedido. Osório se defendia afirmando que na Corte não havia lugar para a verdade e lealdade. Essas eram as mercadorias que ele tinha para levar, sendo que em muitos lugares se prefere o engano e a adulação<sup>51</sup>, de onde tinha receio de ser expulso, caso afrontasse alguém<sup>52</sup>.

Em Tavares, escreveu sua segunda obra, *De Gloria* (1549). Com esse tratado, é comentado em muitos países e desperta o interesse de vários príncipes. Entre eles, a princesa Isabel, filha de Henrique VIII, para a qual Osório escreverá uma carta<sup>53</sup>.

Atendendo a um pedido do Rei D. João III e do Cardeal D. Henrique, Osório volta à Corte. Aconselha o rei para que este consiga governar com sabedoria e buscar algo que dignifique seus atos. Em 1564, é impresso pela primeira vez o tratado *Acerca da Justiça Celeste*. O livro foi apresentado ao Concílio de Trento, através de Diogo de Paiva, amigo de Osório, e aprovado por este, sendo impresso em Veneza. Nesse mesmo ano é nomeado Bispo de Silves.

---

<sup>48</sup> VIEIRA, Ana Thereza Basilio. *Op. Cit.* p. 24.

<sup>49</sup> CASTRO, P. José. *Op. Cit.* p. 12.

<sup>50</sup> Lourenço de Cáceres sucedeu D. Jeronimo Osório no cargo de secretário do infante. FREIRE, Antonio. *Op. Cit.*

<sup>51</sup> *Certo, é nella corte, luogo del potere, che l'adulazione realizza il massimo suo effetto.* BIGALLI, Davide. *La Trama delle Passioni nel "De Regis Institutione et Disciplina" di Jeronimo Osorio.* Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1986, p. 17.

<sup>52</sup> OSÓRIO, Jeronimo. *Op. Cit.* 1996, p. 39.

<sup>53</sup> *Cf.:* OSÓRIO, Jeronimo. *Carta de Dom Jeronymo Osório para a Rainha.* In.: Caminha, Antonio Lourenço. *Ordenações da Índia do Senhor Rei D. Manoel.* Lisboa: Imprensa Régia, 1807.

Em 1568, torna-se Bispo do Algarve. Sobre a sua rotina nessa província, conta-se que era extremamente religioso, pois celebrava, na segunda hora do dia, o sacrifício santíssimo do Corpo de Cristo, convidava músicos para tocarem e cantarem hinos em louvor a Deus e exortava o povo ao zelo da religião.

Também empregava seu tempo na leitura de autores antigos e se dedicava a escrever suas obras. Quer em casa, quer em visita pela diocese, nunca o desamparava a companhia de um exemplar da Bíblia, de Platão e de Cícero. Ministrava aulas sobre Letras Gregas, Geometria euclidiana, as Epístolas de São Paulo aos Romanos e Hebreus, o Evangelho de São João e a filosofia de Platão. Frequentavam a sua casa homens de grande saber, entre os quais o poeta António Lopes e Duarte Simões.

Adquiria instrumentos musicais para aqueles que mostravam interesse pela música. É interessante observar que Osório pagava mestres-escolas, em Lagos e Vila Nova de Portimão, para que ensinassem latim a órfãos e filhos de pessoas sem posses. Auxiliava financeiramente aqueles que queriam estudar em Salamanca, e quando regressavam do estudo das letras, tratava-os com honra.

Em 1568, D. Sebastião completou 14 anos e foi decretada a sua maioridade para que assim se tornasse Rei de Portugal, antes governado pelo Cardeal D. Henrique<sup>54</sup>. Procurava-se um homem que educasse e auxiliasse o jovem Rei, e era opinião do Cardeal D. Henrique que só Osório poderia ser o homem capaz de exercer e desempenhar tal cargo.

D. Sebastião pede para que Osório retorne à Corte. Mesmo contando com o apoio de D. Henrique- a função de mestre do Rei era desejada por muitas pessoas- Osório encontrava resistências para assumí-la. Mais uma vez, Osório ausenta-se da Corte e viaja até Leiria para

---

<sup>54</sup> *Com a morte do rei João III, em 1557, a regência é assegurada por sua viúva, a rainha Catarina (irmã de Carlos V), e depois, até 1568, pelo cardeal Henrique, tio-avô de Sebastião. Este, com quatorze anos de idade, toma então a coroa.* VALENSI, Lucette. *Op. Cit.* p. 11.



visitar sua irmã mais velha. Na volta, pede permissão a D. Sebastião e D. Henrique para regressar ao Algarve. O pedido foi aceito, mas também foi exigido que o bispo voltasse à corte, caso fosse convocado por carta.

De volta a sua Diocese, obtem informações do que se passava com a educação real. Troca correspondência com D. Henrique e o alerta para que tomasse alguma providência acerca da educação de D. Sebastião. Em 1571, finalizou sua crônica sobre D. Manuel, o *De Rebus Emmanueles regis Lusitaniae*, que deu fama e reconhecimento a Osório, tanto em Portugal como em outros países europeus.

Motivado por esse contexto, em 1572, escreveu o tratado *De Regis Institutione et Disciplina* e o dedicou ao Rei, pois partindo do pressuposto que ele era culto e se aplicava no estudo das letras, o seu objetivo consistia em:

*(...) que o lesse e por ele fosse industriado sobre muitas coisas que estão na origem das deploráveis calamidades dos Reinos, e a que destarte poderia atalhar*<sup>55</sup>

Em 13 de dezembro de 1575, temos referencia- através de uma carta escrita por Osório endereçada a D. Sebastião contra o Juiz da Coroa Jorge da Cunha- de uma certa insistência que poderia ter criado animosidades com o Rei e o teria levado a sair de Portugal com o pretexto de visitar o Papa em Roma.

Na referida epístola, o embate se dá entre Osório e Maximo Dias de Lemos, feitor das marinhas em Tavira. O nosso humanista relata que as marinhas sempre pagaram uma espécie de dízimo para a igreja. Maximo Dias afirmava que como feitor e representante da pessoa real, não pagaria o referido dízimo, já que o Rei era desobrigado a pagar tais contribuições compulsórias. Osório averigua e prova o argumento de que o Rei não era isento de tais contribuições. A

---

<sup>55</sup> OSÓRIO, Jeronimo. *Op. Cit.* 1996, p. 51.

demonstração se dará primeiro através da pesquisa dos livros de alfândega<sup>56</sup>. Como medida prática, manda monitorar o feitor, mas esse se mostra intransigente, demonstrando pouco caso.

*(...) dei-lhe, depois da monitoria, quinze dias para se aconselhar: correu todo este tempo sem elle bulir consigo, antes fazia escarneo da monitoria: foi forçoso que eu o mandasse declarar por excommungado: corriam os termos ordinários, até de participantes: houve agravação e reagravação de censuras, interdicto deambulativo; entom viu-se forçado a ir-se de Tavira, e encommendar o cargo das marinhas a um Domingos Pilharte, o qual feitorisou o cargo das marinhas de VOSSA ALTEZA; muito diferente de Maximo Dias, como convinha ao serviço de VOSSA ALTEZA, e com muito proveito do povo<sup>57</sup>.*

Maximo dias é excomungado e posteriormente Osório recebe uma carta mandada pelo Rei o qual faz um pedido para que este absolva Maximo Dias.

*Pelo que vos encommendo e rogo muito, que nom procedaes contra Maximo Dias, e o mandees logo absorver<sup>58</sup>.*

Por fim, Maximo Dias paga o dízimo e é admitido à comunhão. Entretanto, os custos desse episódio ao nosso humanista foram altos.

*(...) despertou uma tão grande ojeriza contra Osório que, os que o odiavam, tendo achado um pretexto mui azado para a calúnia, aguilhoaram com grande acrimônia o ânimo do Rei contra o Bispo do Algarve. Com efeito, não deixavam de aproveitar o ensejo e manifestar-se todos aqueles que já antes tinham convencido o Rei de que todos os homens que ele elevava ao episcopado em Portugal mais não faziam que fortificar-se e avigorar-se, como se fossem os seus próprios inimigos internos<sup>59</sup>.*

---

<sup>56</sup> Osório, Jeronimo. *Carta a El Rei D. Sebastião contra o Juiz da Coroa, Jorge da Cunha*. In: Silva, Veríssimo Álvares da. *Cartas Portuguezas de D. Hieronymo Oósrío, Bispo de Silves*. Pariz: 1819. p.59

<sup>57</sup> Ibidem, p. 59.

<sup>58</sup> Ibidem, p.61.

<sup>59</sup> OSÓRIO, Jeronimo. *Op. Cit.* 1996, pp. 53-54.

Assim, a fim de obter a transferência da sede do bispado de Silves para Faro, Osório parte para Roma, para cumprir suas obrigações religiosas.

*Chegou a Sevilha, sem dúvida a primeira cidade de toda a província andaluza. Daí informa o Rei da sua partida, e, com toda a submissão, lhe pede que receba esta decisão como boa e justa. De Barcelona passa a Itália, e é recebido em Parma, com toda a benevolência, pela Princesa D. Maria, filha de D. Duarte, filho do Rei D. Manuel<sup>60</sup>.*

Transcorrido já um ano de sua estadia em Roma, recebe cartas de D. Sebastião e do Cardeal D. Henrique, pedindo para que regressasse a Portugal. Osório retorna, procura o Rei e apresenta os pontos positivos e negativos da guerra em Alcácer Quibir. Demonstra como era perigoso para os interesses de Portugal mobilizar todas as forças militares para a guerra. Entretanto, se o Rei estava assim determinado a propagar a religião cristã na África, deveria militarizar e conclamar para a guerra, toda a nobreza de Portugal, para que defendesse as fortalezas da costa africana.

Deveria também se preocupar com a preparação e formação do exército, que deveria ser formado por veteranos adestrados na guerra, onde se pudesse confiar a honra e a salvação de todos. Se ao contrário, fosse para a guerra com soldados mal treinados, sem capitães, seria levado à ruína<sup>61</sup>. Em resposta, o Rei procura convencer Osório de que está tudo sob controle e que não faria nada precipitadamente e sem preparação.

A nobreza, temendo sua destruição, pede a Osório que fale com o Rei para que este desista da guerra, pois o seu resultado seria a destruição de toda a nobreza portuguesa. Osório responde que já tinha exposto ao Rei a sua opinião; além disto, se a nobreza agora desejava que a república se salvasse que apresentasse o que pensava sobre esta jornada e sobre o interesse da

---

<sup>60</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>61</sup> Ibidem, p. 56.

nação<sup>62</sup>. Ao falar com o Rei, a nobreza tem receio de contrariá-lo e de que ele não a recebesse - caso ouvisse uma opinião contra a guerra.

*O Rei, ao partir para África, chamou todos os Grandes da nobreza e os bispos, e, estando todos reunidos todos à porfia lhe beijaram a mão – quiçá para lhe caírem nas boas graças, e não porque concordassem com a determinação tomada. Esta atitude causou viva indignação em Osório, que cumprimentou o Rei, depois e em conformidade com a praxe, lembrando-lhe o que sempre tinha pensado sobre esta expedição, e de que amiúde o fizera sabedor<sup>63</sup>.*

Quando o Rei chega ao Marrocos, em 1578, Osório termina seu tratado *Verdadeira Sabedoria*, cujo destinatário é o sumo pontífice Gregório. No mesmo ano, toma conhecimento da morte do Rei<sup>64</sup> e, após a notícia, adoece<sup>65</sup>.

Mesmo abalado, coloca-se a disposição de D. Henrique, agora sucessor de D. Sebastião, oferecendo todos os seus esforços para declarar como seu herdeiro o Rei D. Filipe de Espanha.

Osório retorna ao Algarve e logo que chega se propõe a acalmar os ânimos da população e convencê-la a preservar a paz e não resistir ao domínio espanhol<sup>66</sup>.

O clima é instável, há focos de rebelião em toda Portugal. Em 31 de janeiro de 1580, D. Henrique morre e são designados quatro governadores que ordenavam que o povo pegasse em armas e lutasse contra D. Filipe. Apesar do apoio popular, D. Antonio, não ascendeu ao trono e foi vencido pelo exército espanhol na batalha de Alcântara, em 1580.

Osório se encontra em Faro quando fica sabendo que há indícios de rebelião em Tavira e decidi ir até lá para contê-los, pois, caso não fossem debelados, se alastrariam por toda a

---

<sup>62</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>63</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>64</sup> *Última cruzada da Cristandade mediterrânea”, segundo Fernand Braudel, a expedição da África foi um desastre para Portugal. Perdeu seu rei, sua nobreza e seu exercito. Perdeu também sua posição mundial, pois o país teve que renunciar à expansão de além –mar, que fizera sua grandeza. VALENSI, Lucette. Op. Cit. p.14.*

<sup>65</sup> Osório, Jeronimo. *Op. Cit.* 1996, p. 58.

<sup>66</sup> Ibidem, p. 58.

província<sup>67</sup>. Para fazer a jornada mais depressa (de cerca de 20 milhas) decide viajar de mula. Entretanto, se machuca e inflama uma chaga que tinha na perna<sup>68</sup>. Chega a Tavira e aloja-se no Convento de S. Francisco. Consegue acalmar os ânimos da população e defende como melhor solução para a crise a aclamação de D. Filipe como Rei de Portugal<sup>69</sup>.

A saúde de Osório piora e subitamente tem uma febre que, em vinte dias, o debilita e enfraquece por completo, agravando seu estado de saúde. Em 1580, no dia 20 de agosto, Osório morre em Tavira, aos 74 anos de idade. O seu corpo foi sepultado na Igreja de S. Francisco e depois trasladado para a Catedral de Faro<sup>70</sup>.

Para mostrar como vida e obras<sup>71</sup> se cruzam, apresento agora em linhas gerias as principais idéias que norteiam o pensamento filosófico-político de Osório, tendo como base a classificação proposta por Calafate (2001).

São ao todo três grupos que correspondem cada um a um tema osoriano. O primeiro grupo é chamado *platonismo cristão*. Em relação aos temas abordados em seu pensamento político-filosófico, Osório, de posse de um arcabouço platônico, no que diz respeito às idéias de Belo e Bom, concebe a idéia de um Deus perfeito e harmônico, que teria criado e ordenado o mundo da natureza e o mundo dos homens em um quadro de ordem, harmonia e formosura.

---

<sup>67</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>68</sup> Ibidem, p. 60-61.

<sup>69</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>70</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>71</sup> Em relação à produção escrita de Osório, Picchio (2001: p. 306) afirma que: “*Figura verdadeiramente européia e espírito absolvido no pensamento paulino e agostiniano, D. Jerónimo Osório (1506-1580) redigiu muitos tratados em latim nos quais afronta temas de filosofia moral e política: o De Nobilitate Civili et Christiana (Lisboa, 1542), De Gloria (Lisboa, 1549) e De Regis Institutione et Disciplina (Lisboa, 1572). Estas obras foram sucessivamente reimpressas em outros países europeus, mostrando uma aceitação não comum do pensamento do seu autor*”. (tradução nossa). “*Figura veramente europea e espírito imbevuto, Del pensiero paolino e agostiniano, D. Jeronimo Osório (1506-1580) redasse molti tratatti in latino in cui affronta temi di filosofia morale e política: il De Nobilitate Civili et Christiana (Lisbona, 1542), De Gloria (Lisbona, 1549) e De Regis Institutione et Disciplina (Lisbona, 1572). Queste opere furono successivamente ristampate in altre città europee, mostrando un’acettazione non comune nel pensiero del suo autore*”.

Tal movimento remonta aos primeiros séculos, onde o platonismo ofereceu aos padres os instrumentos conceituais para compreender e articular o credo cristão<sup>72</sup>. Em Osório, a concepção platônica das idéias inteligíveis, tal como a de *Ser Eterno e perfeito*, foram integradas na noção cristã de Deus.

## PRODUÇÃO ESCRITA DE OSÓRIO

*1542-1580\**

| <i>Ano</i> | <i>Tratado/ Epístola</i>  |
|------------|---|
| 1542       | Da Nobreza Civil e Cristã   |
| 1549       | Da Glória   |
| 1556       | Epístola ad Hyeronimum Cardosum   |
| 1557       | Carta para El Rei Dom Sebastião,<br>Sobre o Casamento em França de Sua Alteza |
| 1562       | Epístola a Rainha Elisabete   |
| 1564       | Da Justiça  |
| 1571       | De Rebus Emmanueles<br>Carta ao Padre Luiz Gonçalves da Câmara                |
| 1572       | In Gualterum Addonum Elisabethae reginae                                      |
|            | De Regis Institutione et Disciplina   |
| 1574       | Carta a ElRei Dom Sebastião sobre a Jornada de África                         |
| 1575       | Carta a El Rei D. Sebastião contra o Juiz da Coroa, Jorge da Cunha            |
| 1577       | Paraphrasis in Isaiam   |
| 1578       | De Vera Sapientia   |

\* Não incluem as obras póstumas

Fonte: CALAFATE, Pedro. *História do Pensamento Filosófico Português. Vol. II, Renascimento e Contra-Reforma*. Editorial Lisboa: Caminho, 2001. pág. 87; Osório, Jeronimo. *Vida e Feitos De El Rei D. Manuel. Vol. I*. Prefácio de Joaquim Ferreira. Porto: Livraria Civilização Editora, 1944.

<sup>72</sup> SANTOS, Bento Silva. *Platonismo e Cristianismo: Irreconciliabilidade Radical ou Elementos Comuns?*. Disponível em: [www.bentosilvasantos.com/cms/download.platonismo\\_e\\_cristianismo:\\_irreconciliabilidade\\_radical\\_ou\\_elementos\\_comuns?](http://www.bentosilvasantos.com/cms/download.platonismo_e_cristianismo:_irreconciliabilidade_radical_ou_elementos_comuns?).

Suas *idéias políticas* estão calcadas no paternalismo régio, na origem divina do poder e na determinação do ofício do Rei, no que competem as suas obrigações e responsabilidades e na melhor forma de governo, em que se dá a defesa da monarquia hereditária.

Em relação à *pedagogia osoriana*, terceiro e último grupo, herdeira da pedagogia platônica, temos a crença na educação, enquanto expediente para tornar o Rei virtuoso, e a apresentação de um rol de disciplinas, as quais são exigidas para a sua educação, como, por exemplo, dialética, retórica, música, matemática e filosofia.

## Capítulo II- O Bispo e o Rei

Não é nosso objetivo aqui levantar e discutir tudo o que a historiografia<sup>73</sup> tem produzido acerca de D. Sebastião, 16º Rei de Portugal, antes do sebastianismo, ou seja, antes da sua morte em Alcácer Quibir<sup>74</sup>. Não teríamos fôlego no mestrado para tal intento. O que desejamos é mapear, através de três cartas escritas por Osório- duas dirigidas a D. Sebastião: *Carta para El Rei Dom Sebastião, sobre o Casamento em França* (1557), uma ao seu mestre, o padre D. Luis Gonçalves da Câmara: *Carta Ao Padre Luiz Gonçalves da Câmara* (1571) e *Carta a ElRei Dom Sebastião, sobre a jornada de África* (1574) - como era sua comunicação com o Rei e com seu mestre e como ele avaliava questões importantes, como a necessidade do casamento real e a guerra em Alcácer Quibir.

Assim nos propomos a dar voz a Osório, e, através de suas cartas, captar como ele enxergava algumas questões prementes desse reinado. As condições econômicas e as reviravoltas políticas da Dinastia de Avis reverberaram na obra de Osório, uma vez que não é possível separar o homem de sua época.

A carta se torna uma fonte muito importante nesta pesquisa, pois através dela podemos ter informações sobre a biografia de Osório, as pessoas com as quais ele se relacionava, suas idéias e

---

<sup>73</sup> Desde o final do século XVI se tem notícia de histórias da vida de D. Sebastião. Talvez essa seja uma explicação possível para a grande produção dessas crônicas no século XVIII, ou pelo menos das que são citadas com mais frequência como referências documentais nos trabalhos historiográficos contemporâneos. Outra possibilidade para o surgimento dessas obras talvez seja a fundação da Academia Real de História em Portugal em 1720, durante o reinado de D. João V, momento da manifestação do barroco na arquitetura e de produções, importantes no campo da filosofia e da literatura. Ao inaugurar uma nova relação com a produção letrada e institucional de sua própria história, Portugal produziu versões bastante parecidas sobre a vida do Desejado, versões essas que até hoje têm orientado as biografias recentes dedicadas ao jovem monarca. HERMAN, Jacqueline. *No Reino do Desejado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 74.

<sup>74</sup> Com efeito, o sebastianismo é, se o reduzirmos à sua expressão mais simples, a crença messiânica na volta do monarca que virá restaurar a independência e a grandeza de Portugal. VALENSI, Lucette. *Op. Cit.* p.153. Assim começa o Sebastianismo, ou seja, a espera coletiva pelo retorno do rei D. Sebastião. MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Jovem Rei Encantado: aspectos da construção e personificação do mito messiânico português*. Tese de Mestrado. FFLCH/ USP, São Paulo: 1995. p.112.



as preocupações que possuía, como alguém que vivia na Corte, mesmo que em períodos marcados por afastamentos, como vimos no capítulo anterior<sup>75</sup>”.

Osório se correspondeu com pessoas influentes de sua época e, de maneira geral, política, religião e cultura são os temas mais encontrados em suas cartas. Em Portugal se correspondeu com o humanista e pedagogo Jerónimo Cardoso, o jurista Miguel de Cabedo, o teólogo frei Jerónimo de Azambuja, o infante D. Luís, o Cardeal D. Henrique, a rainha D. Catarina, o Rei D. Sebastião, além do Dr. António Pinto, agente de negócios de Portugal, em Roma, de Francisco Lopes e de Pedro da Cunha, cuja correspondência se perdeu<sup>76</sup>.

Na Itália, com o cardeal Guilherme Sirleto, com os papas Pio V e Gregório XIII e com o humanista Latini<sup>77</sup>. Na Inglaterra, trocou cartas com o cardeal Reginald Pole, com Roger Ascham, mestre de Isabel I e um dos admiradores do estilo literário de Osório; com sir Richard Shelly, grão-prior da Ordem dos Cavaleiros de São João em Inglaterra, e com a própria rainha Isabel I<sup>78</sup>”.

Também se correspondeu com o cardeal polonês Estanislau Hozjusz, mais tarde presidente do sacro colégio cardinalício em Roma e um dos seus maiores amigos; com o seu secretário Estanislau Reszka, com o secretário régio João Zamojski Grimallius e com o Rei Estevão Bathory<sup>79</sup>.

No que diz respeito ao padre Luiz Gonçalves da Câmara, mestre do Rei, Osório expõe a avaliação que se fazia dele, as atitudes do Rei, dada a educação recebida deste e o não êxito de seu casamento. A carta também nos esboça as principais críticas aos preceptores, seu poder de atuação junto ao Rei e a visão de Osório em relação à personalidade real.

---

<sup>75</sup> PINHO, Sebastião Tavares de. *Epistolografia e Humanismo em D. Jerónimo Osório*, In: Humanismo Português 1500-1600. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1988, p. 340.

<sup>76</sup> *Ibidem*, p.335.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 335.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 336.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p.336.

Nesse sentido, convém confrontar as cartas com a maneira pela qual a historiografia analisa a influência do aio e mestre na personalidade de D. Sebastião<sup>80</sup>. A interpretação da educação de D. Sebastião na historiografia é difusa, ora responsabiliza-se a personalidade do Rei, pelo desfecho de seu reinado, que por sua vez é descrita de maneira negativa, pois D. Sebastião aparece como excêntrico, irresponsável, exacerbadamente religioso, ora procura-se limitar a influência dos jesuítas e propõe-se um raio de interpretação mais extenso, já que deveria ser relativizada a responsabilidade do mestre Padre Luiz Gonçalves da Câmara, e do aio<sup>81</sup>, Dom Aleixo de Meneses, em relação a Batalha em Alcácer Quibir.

José Mattoso, em *História de Portugal*,<sup>82</sup> interpreta a escolha de dois jesuítas, para mestre e aio, como uma intenção de proporcionar uma instrução humanística ao Rei, acompanhada do sentimento de dever e honra guerreiros. Ressalta ainda que as pessoas próximas a D. Sebastião tinham combatido e de algum modo estavam ligadas com as praças da África. Um fervor religioso já pouco crítico acompanhava educação do Rei.

O autor se refere a D. Sebastião como alguém com problemas genéticos, em que sua educação foi sem freios, produto da falta de pai, mãe e avós complacentes e ausentes. A educação do jovem Rei estava baseada no teatro jesuítico, no gosto pela guerra e na crença na idéia de que era necessário responder a um chamado sobrenatural<sup>83</sup>.

---

<sup>80</sup> *Sua vida curta e inglória, como a maioria dos documentos e da historiografia portuguesa considera, não é fácil se ser recuperada com grande precisão, em face das inúmeras histórias que mereceu, todas comprometidas com o desenlace trágico já conhecido. Mas se a grande maioria dos trabalhos dedicados à vida e ao reinado de D. Sebastião revela uma imagem pouco lisongeira e nada adequada às expectativas geradas em torno de um príncipe desejado, as versões laudatórias também pouco contribuem para a elucidação de aspectos que poderiam ser precisos para uma reavaliação deste conturbado período da história portuguesa.* HERMAN, Jacqueline. *Op. Cit.* pp. 73-74.

<sup>81</sup> Aio é o preceptor, ou seja, aquele que ministra preceitos ou instruções. CUNHA, A. G. *Dicionário Etimológico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 24.

<sup>82</sup> MATTOSO, José. *História de Portugal*, vol. 3: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 457.

<sup>83</sup> Antero de Figueiredo vê bem: “D. Sebastião era um rei medieval vestido à moda da Renascença. Entre ele e o seu povo havia um século de distância. AMEAL, João. *História de Portugal*. Porto: Ano Áureo, 1940, p. 333.

*Com uma ascendência quase incestuosa, tendencialmente exageradora de defeitos genéticos (recorde-se que há loucos na família), também não o deve ter ajudado a educação recebida, sem grandes freios, na ausência de pai e mãe, com avós complacentes, que cedo ficam de fora de qualquer rumo<sup>84</sup>.*

Joaquim Serrão Veríssimo, em *História de Portugal*, aborda o ponto de vista da personalidade *sui generis*, não equilibrada de D. Sebastião, o ambiente em que estava inserido, repleto de adutores, e a educação recebida. Eram traços da sua personalidade: falta de bom senso, impulsividade, fraqueza de poder de reflexão e capricho em ser obedecido. Tudo isso seriam:

*(...) marcas próprias da educação que recebeu e do ambiente em que centrou a vida. Houve nele um conceito de auto-suficiência que acabou por o conduzir ao desastre.<sup>85</sup>”.*

Os educadores são responsabilizados por desenvolver no Rei traços exagerados de sua personalidade e pela sua formação de cavaleiro e defensor da fé.

*Além do ensino de humanidades com o padre Câmara, aprendera também matemática com o doutor Pedro Nunes, obtendo a cultura geral própria da época. O jesuíta contribuiu ainda para o seu forte pendor religioso com o espírito de militância da Contra Reforma que se traduziu para o régio discípulo na busca de um ideal de tipo heróico, assente na força das armas como meio de impor a Cristandade. Foi esse o conceito do tempo, do rei cavaleiro e defensor da fé, “maravilha fatal da nossa idade”, na expressão de Camões. A apreciação do reinado não pode assim ignorar a força de uma educação que marcou poderosamente o jovem monarca e fez dele um símbolo que muita gente do tempo procurou seguir<sup>86</sup>.*

---

<sup>84</sup> Ibidem, pág. 457.

<sup>85</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. (1495- 1580). Lisboa: Editorial Verbo. 3ª Edição. 1979, p. 64.

<sup>86</sup> Ibidem, p. 64.

A análise de Queiroz Velloso (1945) também responsabiliza a educação dada pelo aio e mestre:

*O carácter de D. Sebastião, o insólito aspecto de muitos dos seus actos, a sua índole ascética, as suas inclinações guerreiras, o louco entusiasmo que o levou à catástrofe de Alçácer Quibir, todo este singular conjunto de circunstâncias procuraram alguns historiadores explicá-lo pela educação que o aio e o mestre, mas, sobretudo o mestre, lhe ensinaram<sup>87</sup>.*

Megiani (1995), representante da segunda corrente, nos fala que durante o período regencial de D. Sebastião muitas pessoas escreveram conselhos para a sua educação, ou seja, havia uma forte expectativa dos súditos em relação à boa educação do Rei. A quantidade de pessoas envolvidas na educação real pode ter contribuído para que ele incorporasse a missão de salvador que todos nele depositavam.

Também é abordada a responsabilização que os jesuítas sofreram pela educação do Rei, os quais, a partir do século XVIII, também serão responsabilizados pelos fracassos do reino. A sociedade portuguesa respaldava a ação dos padres, e os jesuítas eram o produto de uma época e da forte expectativa redentora e messiânica depositada no Rei. Ou seja, as cortes, também respaldavam a educação dada a D. Sebastião.

*A educação, direccionada pelos jesuítas, tornou-se uma questão muito polémica entre os cronistas e estudiosos da vida de D. Sebastião, já que a partir do século XVIII esta ordem religiosa passou a ser responsabilizada por muitos dos fracassos do reino, em função do poder que acabou adquirindo à revelia da coroa. O preconceito contra os jesuítas em Portugal pode ter contribuído para a construção de uma memória de D. Sebastião que atribui à educação religiosa que ele recebeu desses padres a culpa da misoginia e de sua obstinação pela*

---

<sup>87</sup> VELLOSO, Queiroz. *D. Sebastião*. 1554- 1578. 3ª Edição. Revista e Aumentada. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1945. p. 89.

*invasão do Norte da África em nome da religião católica. Parece-nos que este é ainda um ponto pouco discutido<sup>88</sup>.*

*A educação jesuítica vinha, seguramente, ao encontro do desejo de se criar um futuro monarca voltado para as questões da religião e do resgate das glórias passadas, entre elas, possivelmente a da Guerra Santa<sup>89</sup>.*

Nesse sentido, Loureiro (1978) afirma que a educação dada a D. Sebastião não foi obra somente de seu aio e de seu mestre e confessor, mas foi ditada por toda a nação, principalmente pelas Cortes de 1562-1563<sup>90</sup>.

Assim, segundo esse autor, D. Sebastião seria produto de uma coletividade, como resposta a sucessivas crises nacionais. Na verdade, há também um certo “*erro de interpretação*”, pois as personalidades que seriam decisivas para que os acontecimentos ocorressem não são estudadas pela historiografia lusa, outras que não teriam um peso tão grande assim se tornaram alvos de críticas, como é o caso do mestre de D. Sebastião.

*Entre estas, uma das mais amplamente discutidas tem sido sem dúvida a do padre Luís Gonçalves da Câmara<sup>91</sup>.*

O mestre Luís Gonçalves da Câmara e seu irmão Martim Gonçalves são acusados de terem impedido o Rei de se casar e de inflamarem e conduzirem D. Sebastião á guerra em Alcácer Quibir. Entretanto, tais acusações são infundadas, já que ambos teriam feito de tudo para impedir que o Rei se tornasse belicoso e extremamente voltado para guerra em África.<sup>92</sup>”.

*Tendo em conta a primeira faceta, costumam os autores julgar o monarca sem*

---

<sup>88</sup> MEGIANI, Ana Paula Torres. *Op. Cit.* p. 98.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p. 100.

<sup>90</sup> *O caso de Mazagão intensifica justamente o geral movimento da opinião contra o abandono das praças africanas por D. João III – manifestada com eloquência nos capítulos das Côrtes de Lisboa, abertas a 13 de Dezembro de 1562 a 11 de Fevereiro de 1563. O capítulo 18º, por exemplo, pede “Que não se larguem os lugares de África, nem Mazagão” (...).* AMEAL, João. *Op. Cit.* pp. 325-326.

<sup>91</sup> LOUREIRO, Francisco Sales. *Op. Cit.* p. 86.

<sup>92</sup> *Ibidem*, p. 101.

*terem em conta a sua natureza e formação e, especialmente, o ambiente próprio da época. E, nessa conformidade, não se perdoa, por vezes, em D. Sebastião, o que facilmente se aceita e compreende em outras figuras, como Felipe II<sup>93</sup>.*

Bom, agora daremos voz a Osório, para observar como se manifesta seu pensamento e se ele se encaixa, ou não, nos dois grupos apresentados acima. A primeira carta aqui analisada foi escrita em 1571. Na época, D. Sebastião tinha 17 anos, e a carta tem como destinatário o padre Luiz Gonçalves da Câmara<sup>94</sup>, mestre do Rei.

Logo no início da carta, temos o uso do seguinte recurso teórico: Osório se justifica afirmando que só quer o bem comum e ver sua pátria livre da situação triste<sup>95</sup> na qual ela se encontra. Ele se lamenta e fala que possui muita estima pelo padre Câmara; e se este acreditasse nisso, acreditaria mais em Osório.

*E se Vossa Reverencia soubesse o amor que sempre tive à Companhia à Vossa Reverencia em particular (posto que nunca o tractasse), haveria que me devia crêr mais confiadamente; mas quando o ão fizer, Deus que vee tudo, o julgue<sup>96</sup>.*

São feitas críticas a uma possível restrição da figura real por parte de seu mestre e aio. Assim, os dois impediriam que o Rei convivesse com homens sábios, pois assim se evitaria que este se afeiçoasse a eles. Pede-se ao mestre e seu irmão que deixem o Rei conviver com os homens sábios.

Não percebemos na escrita de Osório um discurso contra a Companhia de Jesus, da qual

---

<sup>93</sup> Ibidem, p. 107.

<sup>94</sup> *O Padre Luis Gonçalves da Câmara estudou na Universidade de Pariz as línguas Latina, Grega e Hebraica, e depois Filosofia e Theologia, e como a natureza o dotou de engenho agudo, e fácil compreensão sábio eminente na inteligência daqueles idiomas e investigação dessas faculdades.* Machado, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana: Histórica, Crítica e Cronológica*. Tomo III. Segunda Edição. Lisboa: 1933.

<sup>95</sup> Em uma determinada passagem do *De Regis Institutione*, é feita a descrição da situação do reino, na qual são presentes os seguinte elementos: nobreza ociosa, falta de recursos para acabar com a pobreza e grave crise social, que facilita o ataque estrangeiro.

<sup>96</sup> Osório, Jeronimo. *Carta ao Padre Luiz Gonçalves da Câmara*. In: Silva, Veríssimo Álvares da Silva. *Cartas Portuguezas de D. Hieronymo Oósrio, Bispo de Silves*. Pariz: 1819. p. 27-28.

os dois faziam parte. Ele afirma que em Portugal as pessoas responsabilizam a Companhia por tudo. Já nessa época era responsabilizada por assuntos que não competiam a ela.

Para Osório, a sua função prioritária era levar a religião católica aos povos e convertê-los. Deveria tratar assim, mais de assuntos religiosos e menos de assuntos políticos. Aqui notamos um tom de crítica, pois alega-se um certa desvirtualização por parte da Companhia de suas reais funções, que passariam a adquirir rendas e casas. Cabe a ela não perder de vista a sua verdadeira função, qual seja, o proveito das almas.

*Mas depois que a virom tractar de adquirir tanta renda e casas; começou a perder o credito, logo com os Ecclesiasticos que viam que se tirava a elles o que se dava a ella: e depois que se apoderou da Pessoa Real, em que consiste todo o bem e a consolação da terra; e viu o Reino, que as pessoas per que se governava El Rei eram da Companhia, da sua cevadeira e feitos por ella, e por ella, e para ella ser tudo em tudo; e junctamente que o fruto disto he tamanho ódio a seo príncipe, e tam geral desconsolação; converteu-se toda a edificação em escândalos, todo o amor em ódio, e cessou a maior parte do proveito espiritual que ella fazia: porque lhe juro, diante de NOSSO SENHOR que nem as pregações dos Padres têm credito por esse motivo com a mais da gente, nem muitos dos seos devotos têm já devoção de se confessarem a elles<sup>97</sup>.*

*“Se a intenção da companhia he enriquecer e mandar, já a tõe posto em alvo a muitos atiradores maldizentes; mas se he, como devo creer, o proveito das almas, que fruto pode fazer gente tam odiosa e abhorrecida, e que os homêes estam creendo ser a causa de sua destruição?”<sup>98</sup>.*

Passaremos agora para a Carta cujo assunto é o casamento do Rei <sup>99</sup>. Osório inicia com uma avaliação positiva da figura real, que apesar de ter pouca idade reina através da prudência, e

---

<sup>97</sup> Ibidem, p. 44-45.

<sup>98</sup> Ibidem, p. 44-45.

<sup>99</sup> É interessante observar que Osório abre a seguinte carta, afirmando que circula a notícia, naquela época- 1557, que o rei já teria se casado na França. Entretanto, temos registro que o casamento de D. Sebastião na França começou a ser acariciado em fins de 1559. Portanto, trata-se de um recurso lingüístico, poderíamos dizer de uma dissimulação literária. Cf.: CASTRO, P. José de. *Op. Cit.* pp. 16-17.

não dos apetites, ou seja, é verdadeiramente um Rei e não um tirano.

*O Senhor Deos pois, nos deo Rei, que em tão pouca idade se não governa por appetites, senão por juízo de prudência singular*<sup>100</sup>.

Atenta para o risco dos príncipes não se casarem e não terem filhos. O Rei não pode ser um religioso pertencente a nenhuma ordem e, portanto, deveria se casar e ter filhos.

*He esta obrigação tamanha, que obrigou a alguns Príncipes em Hespanha, sendo Frades Professos, a sahirem dos seus Mosteiros, por não haverem outros mais chegados á Coroa para não somente reinarem, mas casarem e terem filhos, porque de outra maneira, correrão os Reinos riscos de se perderem com discórdias ou pelo menos, perderem a liberdade*<sup>101</sup>.

*(...) pois como temeremos passar em África, sem deixar primeiro filhos em Portugal?*<sup>102</sup>.

È aqui nesse argumento que consiste uma das críticas de Osório à guerra em Alcácer Quibir: não deveria-se travar uma guerra sem antes deixar herdeiros. Tal análise não significa uma previsão dos resultados da guerra, somente uma questão lógica, estratégica, própria de ser pensada por um letrado, conhecedor da história de seu país e da história geral.

Portanto, a necessidade de se assegurar a sucessão dinástica era uma questão importante nesse período, pois os irmãos de João de Portugal, pai de D. Sebastião, morreram, só restando este, que faleceu quando seu filho não tinha nascido<sup>103</sup>. Quando seu avô morreu, D. João III, o Rei contava com três anos.

A segunda crítica à Alcácer Quibir é que se trata de uma guerra fora do tempo. Antes de

---

<sup>100</sup> Osório, Jeronimo. *Carta a El Rei D. Sebastião, sobre o seo Casamento em França*. In: Caminha, Antonio Lourenço. *Ordenações da Índia do Senhor Rei D. Manoel*. Lisboa: 1807, p. 174.

<sup>101</sup> *Ibidem*, p. 179.

<sup>102</sup> *Ibidem*, p. 180.

<sup>103</sup> *É neto e sucessor de D. João III, cujos filhos varões morreram todos em tenra idade, com exceção de um filho, João. Casaram-se aos dezesseis anos; morreu no ano seguinte, deixando a mulher grávida. Três semanas após a morte do esposo, ela punha no mundo o príncipe D. Sebastião*. VALENSI, Lucette. *Op. Cit.* p. 11



explicar o que isso significa, devemos atentar para um aspecto importante: Osório não é contra a batalha, nem poderia ser, pois se trata de uma tentativa de estabelecer o domínio português no Norte da África e da conversão dos mouros ao catolicismo.

Tal questão recebeu pouca importância nos reinados de D. Manuel e D. João III, haja vista que o primeiro abandonou em seu reinado as praças que não eram tão lucrativas e manteve somente as essenciais, como o Marrocos, cuja necessidade se dava pela manutenção da livre passagem dos navios portugueses e pelo fornecimento de cereais. Mas de qualquer forma, a conquista do interior da África tinha sido abandonada por D. Manuel.

Já no reinado de D. João III, os mouros atacavam tais praças, o que exigia despesas para se fazer frente a esses ataques. D. João III também abandona os territórios mais difíceis, conservando apenas as praças de Ceuta, Tanger e Mazagão. Assim, o controle do Norte da África se tornou cada vez mais difícil. Se nos ativermos às regências de D. Catarina e D. Henrique, também não observaremos maiores preocupações com o território africano.

Assim, Osório se mostra favorável a que se destruía a infernal seita de “*Mafamede*”<sup>104</sup>. Entretanto, seu ponto de discordância está no momento em que ela será realizada. Um documento muito rico a esse respeito é carta a *El Rei Dom Sebastião, sobre a jornada de África*, datada de 1574, e que exprime a idéia de que o conselho dado ao Rei para que este invista todas as suas forças na Guerra em Alcácer Quibir é fora do tempo, pois faltam dinheiro, munições, mantimentos, e Portugal está sendo assolado por uma grave fome. Decorre disso que a prioridade, em função dessa conjuntura, deve ser dada à defesa, e não à conquista de um reino, que por si só é incerta. Atenta ainda que a guerra fora do tempo beneficia os outros países, já que deixa Portugal vulnerável.

---

<sup>104</sup> Esse nome referire-se a *Mulei Mafamede*, chefe dos mouros na África, príncipe deposto, que teria se aliado a D. Sebastião.

*Dizem que não será bom Christão, nem bom Português, quem não der muitas graças a Deos por nos dar hum Rei tão virtuoso, e de tão altos espíritos, que foge de mimos e busca trabalhos, e que se põe em todo o risco, pelo acrescentamento da Santa Fé Catholica, e para destruição do infernal Seita de Mafamede; mas dizem juntamente que como as Virtudes andão sempre juntas, não se pode chamar Fortaleza, à que não for acompanhada e com conselho; e que o conselho que Vossa Alteza tomou, não se pode chamar bom, por ser fora do tempo<sup>105</sup>.*

Um outro ponto interessante é que apesar de Osório ser a favor da defesa da cristandade, não subestima os mouros, já que eles se mostram atentos e bem preparados, o que exige do príncipe cristão estar bem aparelhado<sup>106</sup>.

*Não tenho eu aos Mouros por tão poucos guerreiros, que esperem batalha campal, vendo que sem lança, e sem espada podem ser desbaratados os nossos nos rios, às chuvas e as calmas<sup>107</sup>.*

De novo temos a oportunidade de desvelar o argumento daqueles que acreditam que Osório conseguiu prever o desfecho de Alcácer Quibir. Partindo de um pressuposto lógico, o autor afirma que quando se faz uma guerra a um inimigo, antes se faz também uma guerra aos portugueses. Sendo assim, é melhor ter diligência do que ter pressa, pois, na pressa, há muito mais prejuízos do que na diligência. Afirma também que quando uma guerra é feita com mais esforços do que com conselho, não logrará êxito, não terá um bom fim. Daí decorre que o ofício do bom Rei deve estar pautado mais em defender o povo do que em ofender seus inimigos.

Apesar de toda essa avaliação, em que se coloca a questão referente ao momento oportuno

---

<sup>105</sup> OSÓRIO, Jeronimo. *Carta a El Rei Dom Sebastião, sobre a jornada de África*. In: Caminha, Antonio Lourenço. *Ordenações da Índia do Senhor Rei D. Manoel*. Lisboa: 1807, p. 164.

<sup>106</sup> *Tão mal se tinham feito as prevenções por ventura para impedir a El-Rei a jornada porque quase todos conheciam a sua dificuldade. E não faltava quem na tristeza e pouco gosto com que se embarcavam prognosticavam o mau sucesso que tiveram (...)*. ANÔNIMO. *Jornada de África del Rey D. Sebastião escrita por um Homem Africano*. Lisboa: Livro Aberto, 2004.

<sup>107</sup> Osório, Jeronimo. *Op. Cit.* 1807, p. 173.

ou não para a guerra, Osório elogia o Rei, que possui a virtude da coragem, pois se lança em uma grande empresa como essa. Afirma ainda que toda vez que um Rei se envolve em uma grande empresa, conta com a ajuda divina. Cabe ao príncipe não ter medo das grandes empresas e deixar o seu êxito ou fracasso na disposição de Deus.

Cita exemplos históricos de Reis que empreenderam grandes empresas quando não tinham condições favoráveis e havia um risco elevado. Assim, se D. Sebastião cometer erros com tal empresa, que mire nos Reis antes dele, que eram mais experientes, mas não deixaram de cometer falhas por desejarem a glória.

Cita alguns exemplos como: Rei Dom Luiz da França que, *“por fazer guerra com o mais ardente zelo, do que conselho, foi de uma vez captivo, e da outra morto pela peste sobre Tunes”*; Rei Jozias que, *“por entrar em batalha que poderá muito bem escusar, morreo elle, e com elle toda a esperança de Jerusalém<sup>108</sup>”*; e o imperador Maximilliano, que *“fez entradas em Itália, e em algumas outras partes, não somente sem fructo, mas também com alguma diminuição dos Príncipes do Império<sup>109</sup>”*.

Assim, os trechos das cartas citadas acima vêm de encontro aos nossos anseios, no sentido de mostrar que Jeronimo Osório não se colocava contra o projeto de Alcácer Quibir. Entendia, somente, que seria realizado em um momento inoportuno para o reino de Portugal, haja vista as condições sociais e econômicas presentes. É interessante observar que apesar de Osório descrever D. Sebastião como um Rei magnânimo, dotado de virtudes cristãs, havia um esforço por parte de seu mestre de afastá-lo dos homens de bem e letrados.

---

<sup>108</sup> “Ibidem, p. 170.

<sup>109</sup> Ibidem, p. 171.

### Capítulo III - O *De Regis Institutione et Disciplina*

Como já mencionamos anteriormente, o tratado *De Regis Institutione et Disciplina* foi escrito para o Rei D. Sebastião e revela as preocupações de Jeronimo Osório em relação à situação da monarquia portuguesa de sua época. Dentro desse ambiente, Osório procurou com sua obra apresentar um modelo de príncipe que ele acreditava ser o ideal, ou seja, refletir acerca de qual educação deveria ser dada ao jovem D. Sebastião.

Foi escrito em 1572, quatro anos após o reinado efetivo de D. Sebastião, mas especula-se que já estaria composto desde 1564<sup>110</sup>.

Soares (1994) critica a tradução do título da obra, *De Regis Institutione et Disciplina*, que não pode ser *Da instituição Real e sua Disciplina*, como traduz A.J. da Cruz Figueiredo, mas *Da Educação e Instrução do Príncipe*. De acordo com Soares (1994):

*O termo institutio liga-se ao verbo instituere, que tem por equivalente o verbo formare. Dirige-se a todas as faculdades humanas em geral e implica, por isso, um conceito do homem na sua totalidade, na sua unidade corpo-alma. Disciplina assenta no verbo “aprender” e aponta para o conhecimento que adquire o discipulus pelo estudo. O vocábulo disciplina, tal como doutrina, a ciência que ao mestre compete ensinar, isto é, à parte intelectual da educação. Podemos assim traduzir genericamente institutio por “educação” e disciplina por “instrução”, “ensinança”, na terminologia renascentista<sup>111</sup>.*

Poderíamos nos perguntar: *por que Osório escolheu o gênero do diálogo<sup>112</sup> para compor a sua obra?* Para responder essa pergunta, é importante observar o que essa forma literária causa quando é utilizada e, para isso, damos voz a frei Bartolomeu Ferreira, o censor que adverte o

---

<sup>110</sup> OSÓRIO, Jeronimo. *Da Ensinança e Educação do Rei*. Ed. preparada por A. Guimarães Pinto. Lisboa: INCM, 2005, pág. 22.

<sup>111</sup> SOARES, Nair Nazaré de Castro. *Op. Cit.* p. . 249.

<sup>112</sup> A palavra diálogo é de origem grega e significa *dia* = entre e *logos*= discurso, palavra. Assim, o diálogo é a palavra que circula.

leitor do *De Regis Institutione et Disciplina* não dar crédito à multiplicidade de opiniões expressas por seus personagens, mas sim atentar aos capítulos finais, quando se chega a uma determinada conclusão<sup>113</sup>.

Assim, não podemos dizer que Osório utiliza de maneira despreziosa o diálogo, gênero híbrido que permite mesclar filosofia e literatura, de tradição platônica e nos moldes de Cícero. Encontramos nos diálogos platônicos as seguintes características:

*Existia a referência a circunstâncias exteriores concretas. No Fedro, a conversa entre Sócrates e Fedro tem lugar junto de um curso de água refrescante e à sombra do plátano, numa situação de “locus amoenus” que se tornará tópica, ficando unicamente limitada, quanto à sua duração física, pela chegada do entardecer. A estratégia do diálogo coloca Fédon como uma testemunha dos últimos momentos de Sócrates, que relata esse acontecimento junto de Equícrates; já o Lísis, por exemplo, corresponde a um discurso na primeira pessoa - Sócrates é o narrador -, que vem a terminar numa alusão ao fim do dia como circunstância que impõe o termo da conversa<sup>114</sup>.*

Esse gênero também foi utilizado por Cícero, e com ele temos as seguintes características:

*O distanciamento cronológico entre o momento real da discussão e o do seu relato literário, a localização do acontecimento e a identificação e escolha das personagens históricas intervenientes na conversa<sup>115</sup> (...).*

Entretanto, Osório não era um ciceroniano, pois sua imitação era criadora, não se fixava, numa atitude simiesca ao texto de Cícero, mas fundava-se num ecletismo

---

<sup>113</sup> OSÓRIO, Jeronimo. *Op. Cit.* 2005, p. 9-10.

<sup>114</sup> OSÓRIO, Jorge A. *O Diálogo no Humanismo Português*. Primeiro Simpósio Nacional. Lisboa: Academia das Ciências, 1988. pp. 386-387.

<sup>115</sup> *Ibidem*, p. 393.

de modelos e num pluralismo de estilos, a que o seu *ingenium* e a sua *ars* conferiam subjectividade original<sup>116</sup>.

Para o humanismo italiano, o diálogo e a carta constituíam as formas privilegiadas da conversação civil<sup>117</sup>.

Seguindo a tradição humanista dos tratados de educação de príncipes, Osório recheia o *De Regis Institutione et Disciplina* de exemplos tirados da literatura e da história, como Aníbal, Tamburlão, Pelops, Médicis, Carlos Magno, Godofredo de Bulhões, Péricles, Júlio César, Alexandre, o Grande. Como autores clássicos, os quais ele recomenda a D. Sebastião, são citados César, Salústio, Lívio (...), Cícero, Vergílio, Horácio e Platão<sup>118</sup>.

O tratado *Da Instituição Real e sua Disciplina* pode ser classificado como uma obra que faz parte da tradição dos “Espelhos de Príncipes”.

Do ponto de vista etimológico e histórico, podemos pensar nos significados da palavra espelho e, para tanto, recorreremos à análise de Senellart<sup>119</sup>.

Antes de chegar à concepção de um espelho, cujo objetivo é conduzir-se e modificar-se, em que o príncipe deve governar-se a si mesmo para governar os outros, apresentada por Jonas d’Orléans em sua obra *De Institutione Regia*, o autor apresenta duas metáforas anteriores. Uma formulada por Cícero no seu *De re publica*, em que o governante é um espelho para aqueles que ele conduz, e outra por Alcuíno no *De virtutibus et virtius*, em que o espelho é um instrumento de autoconhecimento e de purificação. Aqui, espera-se que o Rei se corrija, altere suas imperfeições<sup>120</sup>.

---

<sup>116</sup> SOARES, Nair Nazaré de Castro. *Op. Cit.* p. 332.

<sup>117</sup> OSÓRIO, Jorge A. *Op. Cit.* p. 404

<sup>118</sup> BELL, Audrey F. G. *Op. Cit.* p. 51.

<sup>119</sup> SENELLART, Michael. *As artes de Governar*. São Paulo: Editora 34, 2006.

<sup>120</sup> *Ibidem*, pp. 50-53.

No que diz respeito à origem do gênero Nair de Nazaré de Castro Soares em estudo sobre “*O Príncipe Ideal na obra de D. Jeronimo Osório*”, retorna a Antiguidade Grega, para localizar a primeira obra dedicada ao tema da educação do príncipe e a define como:

*(...) à parte o elogio e louvor dos dedicandos, se contém toda uma ética de funcionalismo laico, com a exaltação dos fundamentos e das relações do poder, enfim toda uma teorização política. Esta debruça-se sobre o ideal do governante, suas responsabilidades e deveres, sobre o bom governo e melhor forma de constituição, os conselheiros e familiares do príncipe, as normas de uma boa administração, a formação e educação do príncipe, exemplo vivo de uma comunidade*<sup>121</sup>.

Assim, sua perspectiva analítica é ampla, pois “*desde a época helenística, séc. IV a.C., aos finais do séc. XVI, o gênero dos tratados de educação de príncipes ou governantes percorreu um longo caminho: espalhou-se em terrenos variados, ganhou formas diversas, adquiriu colorações e tonalidades em detrimento de outras, que se foram esbatendo ou mesmo desvanecendo*<sup>122</sup>”.

Entenda-se por terrenos variados e colorações e tonalidades obras de caráter tratadístico, epístolas, novelas, textos teatrais etc. Para Buescu (1996), podemos definir o gênero “*espelho de príncipes*” como:

*(...) gênero constituído por uma vastíssima literatura de carácter político, moral, pedagógico e normativo relativa ao príncipe que pretende fixar a imagem do perfeito governante, exemplo de virtudes morais e do bom governo. A sua criação - embora não seja nosso propósito estabelecer continuidades artificiais, existem afinidades que não podem ser ignoradas - pode fazer-se remontar à Antiguidade Clássica, embora tenha sido na Idade Média que o*

---

<sup>121</sup> SOARES, Nair Nazaré de Castro. *Op. Cit.* pp.13-14.

<sup>122</sup> *Ibidem*, p. 94.

*governo viria a ser decisivamente fixado, configurando uma longuíssima fortuna que se prolongaria pelos séculos XVI e XVII*<sup>123</sup>.

Para Quentin Skinner<sup>124</sup>, o gênero teria influenciado fortemente o pensamento político da renascença italiana. Na segunda metade do século XV, tinham como destinatários os cortesãos, com o objetivo de instruí-los quanto a sua educação, comportamento e papel em relação ao príncipe. A obra mais conhecida é *O livro do Cortesão de Baldesar Castiglione*, uma das obras mais lidas no século XVI<sup>125</sup>.

Entretanto, os principais destinatários desse gênero foram os príncipes. Para Skinner, *O Príncipe de Maquiavel* é o mais célebre livro de aconselhamento. Os humanistas do Norte, também foram influenciados pelos seus predecessores do Quatrocentos. Produziram tratados bem sistematizados, detalhando ao máximo<sup>126</sup> “*a formação nos studia humanitatis destinada aos príncipes*”. Esta seria o meio dos príncipes adquirirem as virtudes necessárias para o bom governo. Acreditavam que os erros na educação de uma criança poderiam ter efeitos desastrosos sobre o futuro de um Rei.

Na Inglaterra, o número de obras desse caráter é reduzido, contudo as mais importantes foram escritas na França, Alemanha e Espanha. Erasmo e seu *A educação de um príncipe cristão* (1516), escrito para Carlos V, teria sido a obra que mais influenciou esses manuais<sup>127</sup>.

De maneira geral, são presentes os seguintes temas nos humanistas do Norte: evitar os bajuladores, a necessidade de conselheiros leais, a necessidade de se estudar história, as virtudes principescas como: liberdade, clemência e fidelidade à palavra dada, a devoção, manter a boa ordem, harmonia e paz.

---

<sup>123</sup> BUESCU, Ana Isabel. *Imagens do Príncipe. Discurso Normativo e Representação. (1525-49)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

<sup>124</sup> SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

<sup>125</sup> *Ibidem*, p. 138.

<sup>126</sup> SKINNER, Quentin. *Op. Cit.* p. 232.

<sup>127</sup> *Ibidem*, p. 233.



Se analisarmos de maneira específica o desenvolvimento desse gênero em Portugal, é interessante citar as idéias de Tocco (2003):

*(...) os tratados portugueses repetem substancialmente aqueles motivos estruturantes do gênero speculum principis que de Egidio Romano em diante, recorreram – quase invariantes- da Idade Média a Idade Moderna, quais as origens divina do poder, a excelência da monarquia hereditária como forma de governo; as virtù que o soberano deve saber mostrar em quanto modelo para os próprios súditos (as principais e teologais; a sabedoria, clemência, piedade, generosidade, magnificência); o conceito de poder; a importância do exercício físico no desenvolvimento da capacidade guerreira; a distinção entre Rei e tirano; entre guerra justa e guerra injusta; a metáfora orgânica do estado; o corpo místico do Rei; etc.<sup>128</sup>. (tradução nossa).*

No que diz respeito ao desenvolvimento desse gênero em Portugal, Hansen (2002) afirma que ele surge no século XIV, com Álvaro Pais:

*Os “regimentos de príncipes”, “espelhos de príncipe”, “sumas políticas”, “avisos de príncipe” escritos segundo os preceitos deliberativos e epiditicos foram editados em Portugal desde o século XIV, como Speculum regum, de Álvaro Pais, bispo de Silves, escrito em 1341 e 1344 e dedicado a Afonso IX de Castela, até o século XIX, como Príncipe perfeito<sup>129</sup>.*

Muniz (2003) relaciona o gênero espelho de príncipes com a dinastia de Avis:

*Em Portugal, pode-se afirmar que uma tradição de escritos especulares começa a corporificar-se dentro de um contexto histórico específico e com ele*

---

<sup>128</sup> (...) i trattati portoghesi ripetono sostanzialmente quei motivi strutturanti del genere speculum principis che, da Egidio Romano in poi, ricorrono – pressoché invariati – dal Medio Evo all'Età Moderna, quali l'origine divina del potere; l'eccellenza della monarchia ereditaria come forma di governo; le virtù che il sovrano deve saper mostrare in quanto modello per i propri sudditi (le cardinali e teologali; la sabedoria, clemenza, pietà, liberalità, magnificenza); il concetto del potere (...); l'importanza dell'esercizio fisico nello sviluppo delle capacità guerriere; la distinzione tra re e tiranno; tra guerra giusta e guerra ingiusta; la metafora organica dello stato; il corpo mistico del re; ecc.

<sup>129</sup> HANSEN, João Adolfo. “Educando príncipes no espelho”. In: Freitas, Marco César de, Kuhlmann Jr., Moisés (orgs). Os intelectuais na história da infância. São Paulo: Cortez, 2002

*profundamente relacionado: a ascensão da dinastia de Avis. Serão os primeiros príncipes de Avis os iniciadores e estimuladores daquela tradição, seja pela ação mecênática de solicitar cópias e traduções de Espelhos de Príncipes estrangeiros, seja como criadores de textos próprios<sup>130</sup>.*

No que se refere a retórica utilizada, os teóricos desse gênero utilizariam como referência autores gregos, latinos, patrísticos e medievais. Ao se referir ao século XVI, Hansen (2002) relaciona o gênero dos espelhos de príncipes com a razão de Estado absolutista<sup>131</sup>:

*Na política católica ibérica dos séculos XVI e XVII, um dos seus núcleos principais foi a educação de crianças, dos “melhores”, crianças aristocratas, príncipes, delfins, infantes, por aios e mestres que as preparavam virtuosamente para a vida futura em que realizariam a “razão de Estado” absolutista como reis bons, fortes e eficazes<sup>132</sup>.*

Segundo Soares<sup>133</sup>, o ideal humano do renascimento português é a realização plena de todas as potencialidades do corpo e do espírito do governante. Assim, a sabedoria do príncipe (cultura e formação integral - moral, religiosa, intelectual e física), a ascendência a um passado glorioso que D. Afonso Henriques encarna e o arquétipo da perfeição são capazes de solucionar os problemas suscitados pela governação dos povos.

### **III. 1 Síntese da Obra (Livros I ao VIII)**

Ao todo, a obra possui oito livros ou capítulos. Dos livros I ao V, utilizamos a tradução de Antonio Cruz Figueiredo, datada de 1944. Dos livros VI ao VIII utilizamos a de Antonio Guimarães Pinto, publicada em 2005.

---

<sup>130</sup> MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho. *O Leal Conselheiro, de Dom Duarte, e a tradição dos Espelhos de Príncipes*. Tese de Doutorado em Literatura Portuguesa. Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo: 2003, p. 42.

<sup>131</sup> “João Botero, que introduziu essa expressão como título de um livro seu (*Della ragion di stato*, 1589), usou-a para designar “a resenha dos meios aptos a fundar, conservar e ampliar um Estado”, que é “o domínio firme sobre os povos”. ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 830.

<sup>132</sup> HANSEN, João Adolfo. *Op. Cit.* pp. 61-62.

<sup>133</sup> SOARES, Nair Nazaré de Castro. *Op. Cit.* p. 290.

## LIVRO I

A obra é escrita em forma de diálogo, no estilo platônico, e com exceção de Osório (o próprio narrador), contam-se três personagens (não fictícios): Lourenço Pires de Távora, Francisco de Sá de Menezes e Francisco Portugal.

*(...) Lourenço Pires de Távora, homem do império, experiente na diplomacia e na guerra, que serviu tanto em Roma e na Alemanha, quanto nas praças da África e na Índia. (SOUSA, ed. 1844, pp. 334-5 e 335; SILVA, 1858, p. cxvi apud AMARAL, 2007, p. 201)*

*(...) o poeta Francisco de Sá de Menezes, pertencente à família mais importante do Porto, filho de João Rodrigo de Sá de Menezes, que tinha sido camareiro do príncipe D. João e seria criado do Conde de Matosinhos no reinado do Cardeal D. Henrique. (ANDRADA, ed. 1613, IV, pp. 149-152; FARDILHA, 2003 e 2005; e SOARES, 1999, PP. 71 ss. apud AMARAL, 2007, p. 201-202).*

*Francisco de Portugal, (...) futuro Conde de Vimoso (...), sobreviveu à batalha, na qual perdera o pai, D. Afonso, e um irmão mais novo. Nos anos seguintes, como boa parte de sua família, tomara o partido de D. Antonio, Prior do Crato, na disputa da sucessão. Morreu em 1582, em consequência dos ferimentos recebidos num combate naval travado nos Açores com o Marquês de Santa Cruz. (JUROMENHA, 1860, pp. 125 e 505, nota 69 apud AMARAL, pág. 201-202).*

O cenário do diálogo é apresentado ao leitor com a ida de Jeronimo Osório ao Templo de Belém<sup>134</sup>, para realizar afazeres de caráter religioso. Quando chega lá desce aos jardins anexos à igreja, para descansar um pouco.

---

<sup>134</sup> O diálogo ocorre no mosteiro de Belém, um lugar simbólico para a Dinastia de Avis no século XVI, pois ali estão os ossos de D. Manoel, da sua esposa e de todas as princesas e os infantes. Para lá irá o suposto corpo de D. Sebastião. Cf: PINHEIRO, D. Antonio. *Summario da Pregaçam Fúnebre e Transladaçam dos Ossos D'El Rey Dom Manuel*. Edição fac-similada, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1985.

Por acaso, encontra-se com Lourenço Pedroso Távora, que tinha retornado a pouco tempo de Roma, e com Francisco Sá de Menezes – homens muito eruditos e muito dados às artes. Mal tinham acabado de tomar os seus assentos quando aparece um artista emérito, de família ilustre, chamado Francisco Portugal.

Como Francisco Portugal se encontrava afastado da Corte e impedido de se dirigir ao palácio real, pede informações à Menezes acerca da saúde, dotes de espírito e instrução do Rei D. Sebastião. Entretanto, tal era a curiosidade manifestada que se tornou tarefa difícil Menezes responder a Francisco Portugal. Então, Jeronimo Osório dá início a uma explanação e pede ao Rei que o escute com a maior atenção e benevolência.

Partindo da pergunta “*O que é reinar?*”, é feita a diferenciação entre o bom Rei e o tirano. Na primeira categoria, incluem-se os Reis portugueses antes de D. Sebastião, o qual deve superá-los, porque se trata de um Rei com muitas qualidades, cujo nascimento foi repleto de fatos extraordinários e que deverá receber para reforçar todas essas qualidades, uma adequada disciplina régia. Assim, são apresentados os objetivos da adequada educação que deve ter o jovem Rei. Ela deve contemplar os aspectos moral, físico e intelectual e deve ter como fim último a felicidade e o bem comum da nação.

No aspecto intelectual da disciplina régia, Osório se mostra a favor do estudo da filosofia, o que não é aceito pela personagem Lourenço Pires de Távora, que, demonstrando um anti-platonismo, defende que os filósofos devem ficar longe da educação do Rei. Esse personagem representaria a educação cavaleiresca, em que as letras são preteridas em relação às armas. Menezes, representando a corrente filosófica estoíca, se mostra a favor do estudo da filosofia pelo Rei, desde que ele seja feito com moderação e que também haja moderação na prática religiosa.

## **LIVRO II**

Osório inicia esse livro argumentando a favor do estudo da filosofia pelo Rei, o que no livro anterior foi somente mencionado. De porte de algumas idéias de Platão, defende um Rei culto e não ignorante. Explica que a filosofia não gera vícios aos príncipes, ao contrário, o que causa isto são os costumes corrompidos e a má-formação. Para corroborar seu argumento, apresenta exemplos à moda de Platão, como o médico, o tocador de cítara e a fábula de Faetonte. Assim, estrutura sua resposta à Távora, demonstrando através de exemplos a utilidade da filosofia e a necessidade do cultivo das letras pelo Rei.

Tal necessidade é explicada citando-se dois fatores: 1º) a diferença entre o homem comum e o Rei e o ambiente da Corte, repleta de adutores. Osório se pergunta: “Há um método e um programa educativo que prepare o Rei?” Sua resposta é sim. Utilizará o método aristotélico para fundamentar sua resposta, partindo do particular (a educação dada aos Reis portugueses) e chegando a uma ciência da educação régia.

A educação osoriana tem como pilares a criação de bons hábitos – aqui, mais uma vez, os adutores são criticados, pois dão ao Rei uma má-formação geral, já que fazem com que este aja guiado pelas paixões, e não pelas leis - e a formação moral, cujas virtudes necessárias são a fortaleza e a moderação, o que os príncipes imoderados não possuem. Há um retorno do par de opostos Rei e tirano, sendo que um Rei que possui os vícios: concessão arbitrária de favores, ambição desmedida, alianças espúrias, guerras injustas e impostos desnecessários se transforma em um tirano. A ação do príncipe deve estar calcada na reta razão, e não nas paixões que levam à ambição desmedida de glória.

## **LIVRO III e LIVRO IV**

Os adutores e suas ações serão um dos temas nucleares desse livro. A premissa inicial é que o melhor seria afastar os adutores do Rei. Em tal medida, encontra-se uma grande dificuldade, já que não é possível afastá-los, visto que sentem um tipo de amor pelo Rei. Esse amor é um sentimento que atormenta os cortesãos que estão próximos do Rei e atormenta também o Rei, pois provoca neste insensatez. Osório concorda com Menezes em relação à idéia de que o amor dos sábios pela beleza é o que os torna moderados e bem formados na vida e nos costumes, podendo-se concluir que o amor dos sábios é superior ao amor dos adutores.

Aqueles com maior poder, são os que mais têm necessidade de moderação e sabedoria. Assim como utilizam o amor de maneira inadequada, os adutores também fazem mau uso da gramática, pois tomam um vício como virtude. Portanto, a educação dos adutores deve ser repelida, pois está repleta de péssimos costumes, o que tem gerado a ruína das repúblicas. Elogia-se o Rei, que, ao contrário dos adutores, tem natureza excelente e inteligência perspicaz.

Inicia-se a teorização acerca das idéias políticas de Osório. Francisco Portugal pergunta qual seria a melhor forma de governo: república ou monarquia? Expressa sua preferência pela república, pois por ser melhor, as pessoas que nascem sob essa forma de governo são mais felizes.

Na monarquia, ao contrário, como o poder está todo concentrado nas mãos do príncipe, seu êxito está ligado à educação que será destinada a ele. Se o príncipe tiver uma educação perniciososa, ele pode levar o reino à ruína. Portugal coloca uma segunda pergunta: qual a melhor forma de transmissão do poder: a eleição ou a hereditariedade? Logo após, passa a defender a eleição. Uma possível educação perniciososa do Rei, novamente, segue como premissa desse argumento. Já Osório defende a hereditariedade, pois como é favorável à preservação dos costumes e tradições de cada povo, e esse tipo de transmissão do poder é o mais corriqueiro, deve-se preservar esse costume.

A pergunta “*O que causa a ruína das repúblicas?*” abre o livro IV. A causa é atribuída à disciplina perniciosa dada aos príncipes. Portugal e Távora pedem a Osório que trate da correta educação do príncipe.

## **LIVRO V**

A verdadeira educação do príncipe está em oposição à educação dos adutores, pois estes últimos transformam Reis em tiranos e são contra a verdadeira educação que contrariam suas ambições.

A disciplina régia osoriana, está dividida em: história, poesia e pintura, escultura e desenho. A verdadeira educação pode ser dividida em: educação moral e artes liberais. Entretanto, deve estar baseada no amor, na beleza harmoniosa da virtude, onde há o predomínio da razão sobre as paixões.

A primeira disciplina que consta na verdadeira educação e dialética também conhecida como arte de bem falar. São citadas também a retórica e a oratória.

A aritmética trabalha com os mesmos pressupostos da astronomia e geometria: moderação, concórdia, ordem e equidade. Deve ser estudada para melhorar a administração, a conservação pública e promover a harmonia virtuosa da alma. A música, com concordância com as idéias de Platão, promove: a harmonia do espírito, a moderação, a constância e a virtude.

## **LIVRO VI**

Abre-se esse livro tratando dos adutores, os homens que rodeiam os Reis. Eles são comparados a amantes, e o Rei, a uma donzela, em que, dominados pela paixão, tratam de privar a donzela, objeto de seus desejos, de todas as defesas e de afastá-la de familiares e amigos. Por segurança deve-se conhecer o caráter deles. Existem três defesas para o Rei contra os adutores: o convívio com as pessoas de bem, a religião e o conhecimento das melhores disciplinas.

Na primeira defesa, o critério para reconhecer os homens de bem é o mérito, chegando-se assim na verdadeira nobreza. Os adutores ao contrário dos homens de bem, darão exemplos ao Rei de: sabedoria, magnanimidade e fortaleza. Já os adutores possuem uma simulada virtude e quanto mais eruditos e eloquentes, mais perigosos se tornam.

Se o Rei conviver com sábios e pessoas que abraçam a religião, se tornará sábio. É importante mencionar que esses sábios podem estar vivos ou não. Por exemplo, o Rei tem muito a aprender com Alexandre, o Grande. O convívio com tais pessoas suscitará no príncipe: domínio das paixões, temperança e moderação. A sabedoria criará as seguintes virtudes no Rei: honestidade, autoridade e sentido de oportunidade, no sentido de boa sorte, de oportunidade, que reside no favor da potestade divina. A fortuna é entendida aqui como providencia divina. Já aos súditos é necessário: amizade, fidelidade e alegre confiança.

Osório defende a religião cristã e a coloca como importante para a educação do Rei, pois ela leva à prudência, magnanimidade, moderação e justiça que está ligada ao amor da pátria, benignidade, clemência e brandura. Osório refutará a argumentação de Meneses apresentada no Livro I de que é necessária a moderação para a prática religiosa. Para corroborar sua afirmação, são citados Reis, como os da Sagrada Escritura (David é o modelo), Reis Homéricos e D. Afonso Henriques como exemplo de fervor religioso.

Osório se dirige diretamente ao Rei D. Sebastião, e descreve a situação atual do Reino, onde há uma nobreza ociosa, que se coloca em oposição ao povo que é caracterizado como defensor do Reino contra o inimigo, constituindo a alma e força nacional; a falta de recursos para acabar com a pobreza; a crise social interna que facilita o ataque estrangeiro e a incompetência e maldade dos que trabalham para o rei e que o fazem perder a sua liberdade. O Rei deve seguir o exemplo dos seus antepassados, não deve valorizar somente a linhagem, mas sim o valor, o



mérito, para, dessa forma, conservar a sua autoridade, a sua própria liberdade e excelente caráter e natureza virtuosa.

## **LIVRO VII**

O ofício do Rei é o tema de abertura desse livro. Suas atribuições são tratadas como, por exemplo, o falar bem, que deve ser próprio da realeza. O Rei deve falar de maneira breve, grave e sentenciosa, pois contribuirá para aumentar a sua majestade. Essa eloquência também tem valor na condução da Guerra e na manutenção da paz. Em relação à igreja o Rei deve honrar com reverência a autoridade e conselho dos representantes da igreja, nos aspectos que dizem respeito à religião e deve administrar as coisas divinas. O ofício do Rei não é um sacerdócio ou um altar, mas sim um trono, entretanto a igreja possui uma função moderadora e diretiva junto aos Reis. Não se pode desprezar isso.

O Rei deve promulgar leis que previnam os males na República. A metáfora do ofício real cujo Rei é um arquiteto e assim necessita do trabalho dos outros para edificar a república é utilizada por Osório.

No seu ofício está inclusa a proteção do comércio e dos mercadores, dos artífices, artesãos e dos agricultores. Deve também proteger o patrimônio nacional, com armas e justiça. O Rei é diferente do general e do juiz. Dado que o ofício do Rei é muito maior que todos os outros. Contudo, mesmo o Rei não sendo general, ele pode participar pessoalmente de algumas batalhas, o resultado disso é que o Rei, ao ir para o campo de batalha, influi grandemente na vitória e na moderação dos soldados.

Ele é o supervisor e orientador de todos os ofícios e pode intervir e participar de alguns deles ativamente. O Rei deve dar um bom exemplo, pois vale mais do que qualquer palavra, e favorece a amizade, competência e bem-estar dos cidadãos, que se consideram seus

companheiros de trabalho. Ou seja, a imagem do Rei influencia no trabalho dos súditos. Em relação à comunicação pessoal do Rei com os súditos, se for por intermédio de mensageiros atrai a amizade, favorece a obediência e não prejudica a majestade real.

## **LIVRO VIII**

Dando continuidade ao tema do ofício do Rei desenvolvido acima, trata-se agora da complexidade do ofício do Rei, que precisa estar assistido pela ajuda e apoio de várias pessoas. Os conselheiros do Rei devem ser educados e instruídos de forma idêntica ao soberano para poderem sobressair em virtude, em competência e ainda na arte de falar. Aqueles que possuem cargos na administração do Reino devem ser submetidos às leis, prestar contas todos os anos da sua atividade e serem punidos branda ou severamente, até a expulsão dos próprios cargos, se assim fosse exigido.

O papel político dos conselheiros ultrapassa a simples ajuda ao Rei. É sua função: moderar e temperar a soberania absoluta e assegurar a constituição mista, em que se harmonizem todas as partes do corpo político e assegure a liberdade. É tratada da relação do Rei com Deus, já que este deve ter gravado na sua mente a imagem divina e a ordem pela qual ele governa as coisas celestes. As virtudes régias devem ser imitação das virtudes divinas. Usa-se a metáfora platônica de que o Rei deve bem governar a nau da República.

**PARTE B-**

## Capítulo IV - Pensamento Político

### IV. 1 O Rei

Para analisarmos as idéias de Osório no que compete ao Rei e seu Ofício, será necessário previamente, mobilizar alguns conceitos da tradição grega antiga, mas precisamente de Platão e Aristóteles. De Platão buscaremos a metáfora do Rei filósofo, exposta nos livros V e VI da República<sup>135</sup>.

Tem origem em Platão a idéia de que o homem e a polis possuem a mesma estrutura. A alma dos homens possui três partes ou três princípios de atividade: a parte racional, a parte irascível (responsável pelos impulsos e afetos) e a parte concupiscente (responsável pelas necessidades básicas).

Comparando a alma à cidade, Platão produziu um pensamento organicista, onde cada parte da alma tem uma equivalência com a organização da cidade. A parte racional da alma responsável pelo uso da razão estaria representada pelos magistrados e governantes. Caberia a eles governar com sabedoria. Daqui decorre a máxima de que são felizes os reinos cujos reis são filósofos.

Assim, o homem justo<sup>136</sup> é aquele cuja alma racional é mais forte do que as outras duas partes, impondo à concupiscente a virtude da temperança ou moderação, e à colérica a virtude da coragem, que deve controlar a concupiscência.

O homem injusto é aquele cuja alma concupiscente é mais forte e prevalece sobre a alma colérica e a alma racional. Para Platão a educação seria a responsável por fornecer à cidade os

---

<sup>135</sup> PLATÃO. *Op. Cit.* pp. 173-221.

<sup>136</sup> Na República, Platão define a justiça como a relação harmônica das 3 virtudes fundamentais que devem regular a alma: a temperança, a coragem e a sabedoria.

melhores homens, evitando-se assim a corrupção. Ela seria a responsável por fornecer a cidade pessoas bem preparadas para o exercício político.

De acordo com a filosofia platônica, os guardiões do Estado devem ter coragem e serem conhecedores da filosofia, qualidades imprescindíveis. Por que os Reis devem ser filósofos? Essa indagação é o nosso ponto de partida.

O filósofo é aquele que ama a sabedoria, não em parte, mas completamente. Para tanto, mostra gosto por todo tipo de saber, se entrega com ardor ao estudo e tem insaciável curiosidade de aprender. Entretanto, tais características são insuficientes para separar os verdadeiros filósofos dos filósofos de aparência. Os verdadeiros filósofos são aqueles que contemplam a verdade, elevam-se à essência do belo, desejando conhecê-lo e amá-lo em si mesmo.

De tal premissa somos levados a concluir que o conhecimento do filósofo é baseado na ciência e não na opinião. Para corroborar tal argumento, nos referiremos a idéia de beleza. O filósofo jamais toma o belo pelas coisas belas, nem as coisas belas pelo belo. Ele tem a idéia de beleza. Assim, os filósofos contemplam a essência eterna das coisas e não as opiniões.

O guardião da república deve ter horror ao que é falso, não deve dar guarida à sua alma à mentira, deve odiá-la e amar somente a verdade. Deve ter total ausência de sentimentos baixos, já que uma alma covarde e mesquinha jamais terá qualquer tipo de ligação com a filosofia.

A alma do filósofo deve possuir as seguintes virtudes: equidade, brandura, moderação, graça, memória, magnanimidade, justiça, temperança, fortaleza e contemplação da essência das coisas. Por viver entre o que é divino e ordenado, o filósofo acaba por ser ordenado e divino. Assim, o governo da República deve ser confiado ao filósofo, pois será um virtuoso guardião da cidade. A cidade justa deve ser governada e administrada pelos filósofos, que pensarão no bem comum da polis.

Um outro referencial teórico importante para entender a concepção de Osório acerca do poder real são as teorias do personalismo régio - herdeira de uma tradição antiga que vai desde Sólon, Diógenes de Laércio, Aristóteles e Sêneca, a qual admite uma relação de causalidade entre o comportamento pessoal do soberano e o seu governo<sup>137</sup>.

O Rei que não soubesse governar o seu reino interior, não saberia governar o seu reino exterior, já que o povo segue o exemplo do seu soberano, e o mau exemplo é um impedimento para o bom governo e deteriora a harmonia da comunidade política. O Rei aqui assume a figura do pai, do patrono.

Se procurarmos a origem dessa primeira metáfora apresentada por Osório, voltaremos a Aristóteles, na sua célebre obra *A Política*, pois para o filósofo, o Rei deve se comportar como um pai em relação aos seus filhos.

*A autoridade dos pais sobre os filhos é uma espécie de realeza; todos os títulos ali se encontram: o da geração, o da autoridade afetiva e o da idade. É até mesmo o protótipo da autoridade real; foi o que fez com que Homero dissesse de Zeus: É o pai imortal dos homens e dos deuses e, por conseguinte, o rei de todos eles. Pois um rei, se recebeu da natureza alguma superioridade sobre seus súditos, continua a ter o mesmo gênero que eles, como os velhos com relação aos jovens e como um pai com relação a seus filhos*<sup>138</sup>.

Cabe a esse Rei possuir um conjunto de virtudes, conhecidas como virtudes cardeais. Aqui assumem relevo duas virtudes aristotélicas: a prudência e a temperança. A prudência seria a “virtude intelectual que rectamente dirige as virtudes morais e os actos delas”<sup>139</sup>.

---

<sup>137</sup> Pedro, Calafate. *Raízes aristotélicas e tomistas do pensamento ético-político português: séculos XIV-XVI*. Disponível em: <http://coloquiulobrasileiro.blogspot.com/2008/06/razes-aristotlicas-e-tomistas-do.html>.

<sup>138</sup> ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 33-34.

<sup>139</sup> Pedro, Calafate. *Raízes aristotélicas e tomistas do pensamento ético-político português: séculos XIV-XVI*. Op. Cit.

Diante de tal referencial teórico o ponto de partida será perguntar o que Osório entende pelo nome do Rei. Através dessa resposta, deduziremos a natureza e os atributos do ofício real. Segundo o pensamento osoriano chamamos Rei: *O reitor e dirigente máximo, perpétuo e único de todo o povo*<sup>140</sup>.

Cabe ao Rei sabiamente reger, disciplinadamente orientar, justa e virtuosamente defender o povo, suas cidades e nações. Poderíamos afirmar que o verbo reger possui o mesmo sentido de governar, já que governar é dirigir rectamente os que se entregam a proteção do Rei.

Dirigir rectamente implica em usar a recta razão. Por ora, podemos adiantar que esse conceito chave no pensamento de Osório e que permeará todo o seu pensamento, está em ligação direta com a idéia de Deus. Assim, quem obedece a recta razão, obedece a Deus<sup>141</sup>.

Para Osório existem duas espécies de homens: os que obedecem a recta razão e os que são dominados pelas paixões e buscam a glória vã. De antemão podemos afirmar que damos o nome de Rei ao primeiro e tirano ao segundo. O Rei subordina a ambição exacerbada de glória à razão, não se deixando dominar pelas paixões e refreando a concupiscência. Diante dessas duas concepções, Osório pergunta:

*Uma vez que isto assim é, pergunto-vos agora eu que Rei quereis vós ter. Quereis um Monarca que se deixe dominar inteiramente pela impureza? Quereis um Monarca que não veja a luz do dia? Que passe as noites voltado à devassidão. Desejais, acaso, um Rei que se deixe dominar por um desejo insaciável de domínio?*<sup>142</sup>.

---

<sup>140</sup> OSÓRIO, Jerónimo. *Op. Cit.* 1944. p. 245.

<sup>141</sup> (...) *concepção teocêntrica do poder. Tudo decorre da Providência Divina, de uma lei superior. A ela se têm de subordinar as leis da terra. O universo humano é um universo moral e a ética política inseparável da moral cristã. Em Deus está o arquétipo dos governantes. Como Ele é justiça devem estes realizá-la na terra. E como o Senhor devem também ser temidos e amados. Trata-se no fundo de uma construção teológica do poder e, por isso mesmo, de uma visão antimacquiavélica.* ALBUQUERQUE, Martim de. *Op. Cit.* 1974, p. 69.

<sup>142</sup> *Ibidem*, p. 99.

A direção real deve ter como fim último a felicidade da República<sup>143</sup> e, para tanto, nunca buscará suas vantagens próprias, mas visará sempre ao bem-estar e à salvação do povo.

O Rei é comparado a um médico, pois se a este último cabe salvar o doente, ao primeiro cabe defender a felicidade da república, desprezando seus bens e expondo sua vida em risco para salvá-la.

Dentro desse cenário de obrigações que competem à função real, o Rei aparece como um tutor, patrono e pai da pátria, sendo que todos os seus pensamentos tenderão para a sua salvação.

Somos levados a concluir, diante da definição do ofício real, que essa função possui uma elevada grandeza. Tal afirmação traz algumas responsabilidades, já que um cargo tão magnífico mobilizará grandes cuidados e atenções. Diante de ofício tão elevado, deve-se sacrificar o próprio sangue pela pátria que a eleva a tão grandes honras.

*É que a função dele é procurar evitar que cada um erre na sua profissão e aplicar o espírito à realidade de tal forma que não se perpetre crime algum, ou pelo menos que não fique impune, ou que à virtude não se recuse a honra<sup>144</sup>.*

*Imaginal, por conseguinte, o quão constante, valente e sábio, e também vigilante, atento e activo convém que seja o rei que aceitou a incumbência de manter o Estado, que foi entregue ao seu cuidado e protecção, livre de toda a destruição, de torná-lo rico, forte, honrado e abundante e todos os bens do corpo e do espírito. Por isso, se o Estado sofrer algum grave revés, é impossível que sobre o próprio rei não recaia o perpétuo labéu da deslealdade<sup>145</sup>.*

---

<sup>143</sup> É importante observar o sentido que a palavra República tem para Osório, aqui se refere ao seu sentido primitivo e não contemporâneo. Osório defendia o regime monárquico e utiliza a palavra República como um Estado regido por leis, definição também encontrada em Rousseau, sendo aplicada também às monarquias. Kant a definiu como a vontade comum, não restrita aos interesses particulares de cada um. LALANDE, André. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. Martins Fontes: São Paulo, 1999, p. 956, e CLÉMENT, Elisabeth; DEMONQUE, Chantal; LOVE-HANSEN, Laurence e KAHN, Pierre. *Dicionário Prático de Filosofia*. Lisboa: Terramar, 1997, pp. 334-334.

<sup>144</sup> OSÓRIO, Jerônimo. *Op. Cit.* 2005, p. 398.

<sup>145</sup> *Ibidem*, p. 398.



Um outro aspecto importante é a santidade do nome do Rei. Tal premissa leva à outra, qual seja: a função divina do Rei. O que significa afirmar que o Rei não é divino, haja vista que possui paixões inatas, como qualquer homem, mas o seu nome e seu ofício são divinos, o que já lhe incute elevadas responsabilidades.

Assim, na terra o Rei deve ser o vigário e o administrador de Deus, Deus este que governa tudo o que existe no céu e na terra. Partindo do pressuposto de que Deus é bom e que tudo o que ele faz é para o desenvolvimento do gênero humano, cabe ao Rei desempenhar a sua função visando à utilidade pública e nunca o proveito próprio.

Dessa forma, aumentam as exigências morais do ofício real, já que o Rei não deve faltar à sua obrigação por conta de laços de parentesco ou amizade. Se tal comportamento for praticado, ele não será digno do nome de Rei. Dessa forma o rei não deve desviar-se da recta conduta, não podendo faltar com a sua palavra e com o seu dever. Daí se conclui que o Rei deve se manter próximo a Deus.

A grandeza presente no nome do Rei nos leva a atribuir ao céu a origem de seu nome, já que da terra ele não deriva, assim como a virtude de tornar a república<sup>146</sup> feliz é divina e não humana. Cabe ao Rei não só obter a felicidade para si, mas tornar felizes todos aqueles que estão sujeitos ao seu mando.

O príncipe necessita do auxílio e dos dons celestiais. *“Não houve ainda nenhum Príncipe eminente, vitorioso em todos os combates, a quem tivesse faltado a ajuda divina; pois é só Deus que nos alumia o entendimento, de bens que põe freio às fraudes internas”*<sup>147</sup>.

Para Osório só Deus que repele os ataques do inimigo, que concede as vitórias àqueles que cultivam a piedade, a justiça e que defendem a república com sua virtude e vigilância.

---

<sup>146</sup> Também podemos considerar a palavra república como sinônimo de reinos e principados. Cf: SKINNER, Quentin. *Op. Cit.*

<sup>147</sup> OSÓRIO, Jerónimo. *Op. Cit.* 1944, p. 304.

A narração de façanhas e vitórias dos Príncipes (seus antepassados) ajudarão na prática religiosa. Entretanto, Deus não atende as preces dos iníquos, dos dissolutos, dos tímidos, dos negligentes.

Os Príncipes que quiserem consolidar a imagem com o Sumo e Eterno Príncipe (Deus) devem ter uma vida impoluta e ter grandeza de ânimo. “ *Se assim não for, trabalharão em busca da religião sem qualquer fruto* <sup>148</sup>”. Para Osório “ *o fundamento da religião está na castidade do viver, aliada a um ânimo virtuoso, forte e aguerrido* <sup>149</sup>”. O Rei deve conservar a amizade com Deus. Deus vê tudo, está em toda a parte e vê claramente as coisas mais ocultas.

Quem nega que a função do Rei é divina não está sendo racional, pois manter as populações sob o mando, reprimir com a razão os arrebatamentos da multidão, conseguir com que todos os que habitam o reino se prostrem diante dele, todos esses atributos do Rei não se conseguem somente com a razão e com uma atividade meramente humana. Conseqüentemente, os reis foram ornamentados com virtudes divinas. E daí sucede-se um argumento lógico, possui divindade quem recebeu ornamentos divinos. Assim, se deve atribuir a Deus a criação da função real, Deus é o progenitor do Rei<sup>150</sup>.

A felicidade faz parte de uma virtude que reúne todas as outras: a sabedoria. Indispensável a todos os homens, mais ainda será para o Rei que possui elevadas responsabilidades. Daí decorre que a sabedoria do Rei não deverá ser uma sabedoria qualquer, mas singular e quase divina.

È necessário que o Rei seja corajoso e destemido, dotado de um certo vigor divino, pois a razão tem o poder de nos ditar tudo o que é útil e honesto. Para seguir suas recomendações é necessário ter animo virtuoso, pois nenhum receio deve nos impedir de executar o que a razão ditar.

---

<sup>148</sup> Ibidem, pp. 304-305.

<sup>149</sup> Ibidem, pp. 306.

<sup>150</sup> OSÓRIO, Jeronimo. *Op. Cit.* 2005, p. 292.

O Rei que quiser que toda a república tenha bons costumes deve dar exemplos de contingência e moderação. Entretanto, só poderá refrear as paixões dos outros, se refrear as suas. Pois, todos olham para o Rei, todos o imitam e o tomam como modelo. Portanto, se o príncipe for nefasto toda a república será.

*E assim, no fim de contas, nenhuma virtude florescerá em tal reino, mas tudo se deixará contaminar dos mais desregrados vícios; porquanto, como todos os súditos imitam os actos dos Príncipes, bem mais fácil será imitar os crimes do que os actos da virtude*<sup>151</sup>.

*(...) posta de parte a virtude, e quási extinta a luz da razão, quem irá pegar em armas para defender a pátria? Quem estará disposto a correr qualquer risco por um povo de que não participa, do qual nenhuma vantagem espera, nem honras, nem louvores?*<sup>152</sup>.

*Quem, no meio de tantos exemplos de maldade, coibirá a sua concupiscência de, logo que possa, praticar as maiores torpezas?*<sup>153</sup>.

Assim como o médico, que por possuir sabedoria sobre o seu ofício é obedecido pelos enfermos, dos passageiros que confiam no piloto que sabe seu ofício e os soldados que obedecem a um general entendido, o mesmo se passa com o Rei, pois da mesma forma os súditos obedecerão a um Rei que tem sabedoria sobre seu ofício<sup>154</sup>. Assim, o povo necessita de um soberano esclarecido.

Para que os súditos confiem no Rei ele deve apresentar as seguintes qualidades: amor<sup>155</sup>, fé e entusiasmo. Dessa forma, não deve medir esforços para que seja amado e imitado por todos,

---

<sup>151</sup> OSÓRIO, Jerónimo. *OP. Cit.* 1944, p. 185.

<sup>152</sup> *Ibidem*, p. 184.

<sup>153</sup> *Ibidem*, p. 184.

<sup>154</sup> OSÓRIO, Jerónimo. *Op. Cit.* 2005, p. 281.

<sup>155</sup> *Se o rei, à semelhança de Deus e como seu representante, é fonte de amor, em virtude do próprio amor corrige e orienta. Consequentemente, pela justiça e como justo juiz, confere o galardão e a pena.* ALBUQUERQUE, Martim. *Estudos de Cultura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000, p. 279, 3º volume.

para tornar o povo unido em um só pensamento. Assim, entre ser amado e temido, o Rei deve preferir ser amado pelo povo<sup>156</sup>.

Não podemos deixar de mencionar a conhecida resposta de Maquiavel para a pergunta do amor ou do temor, a qual se coloca totalmente contrária a concepção osoriana. No capítulo XVII de *O Príncipe*, Maquiavel aconselha que na impossibilidade de ser ambas as coisas (amado e temido), é melhor ser temido, pois é o medo do castigo que mantém o povo quieto. A escolha se justifica, pois os homens são ingratos, volúveis, dissimulados, procuram escapar dos perigos e desejam vontades. O Rei não deve ter medo de ser acusado de cruel quando o objetivo é manter o povo unido e leal.

*Chegamos assim à questão do saber se é melhor ser amado ou temido. A resposta é que é preciso ser ao mesmo tempo amado e temido, mas, que como isso é difícil, muito mais seguro ser temido, se for preciso escolher. De fato, pode-se dizer dos homens, de modo geral, que são ingratos, volúveis; se o príncipe os beneficia, estão inteiramente do seu lado; como já observei, quando a necessidade é remota, oferecem seu próprio sangue, o patrimônio, sua vida e os filhos; quando ela é iminente, revoltam-se. Estará perdido o príncipe que confiar somente nas suas palavras, sem fazer outros preparativos, porque a amizade conquistada pela compra, e não pela grandeza e nobreza de espírito, não é segura - não se pode contar com ela. Os homens têm menos escrúpulos em ofender quem se faz amar do que quem se faz temer, pois o amor é mantido por uma corrente de obrigações que se rompe quando deixa de ser necessária, já que os homens são egoístas; mas o temor é mantido pelo medo da punição, que nunca falha<sup>157</sup>.*

O Rei não deve faltar à sua palavra, não deve ser áspero e irascível e ser avaro. São citados Aristóteles e Demóstenes. Nesse sentido mais uma vez se contrapõe Maquiavel, pois

---

<sup>156</sup> *Para os pensadores peninsulares, o rei mais deve ser amado que temido.* ALBUQUERQUE, Martim. *Op. Cit.* 2000, p. 292.

<sup>157</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe e Dez Cartas.* Tradução de Sérgio Bath. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996, p. 47.

segundo seu raciocínio, se todos os homens fossem bons, o príncipe deveria sempre cumprir com a sua palavra, mas como eles são maus e não mantêm a palavra, não se está obrigado a agir de boa fé. Assim, se uma promessa resulta em algo incômodo aos interesses do Estado, é melhor esquecer o que se jurou cumprir. Mas é necessário, disfarçar bem essa conduta e dissimular perfeitamente. Aparentar ter todas as qualidades é algo fundamental para o príncipe.

*Sendo obrigado a saber agir como um animal, deve o príncipe imitar a raposa e o leão, pois o leão não se pode defender das armadilhas, e a raposa não consegue defender-se dos lobos. É preciso, portanto, ser raposa para reconhecer as armadilhas, e leão para assustar os lobos. Aqueles que desejam ser apenas como o leão não compreendem que um governante prudente não deve agir com boa fé quando, para fazê-lo, precise trabalhar contra seus interesses, e quando os motivos que o levaram a contrair uma obrigação deixam de existir. Este preceito não seria justo se todos os homens fossem bons; mas como eles são maus, e não mantêm a palavra, não se está obrigado a agir de boa fé. E nunca faltaram razões legítimas para encobrir a inobservância das promessas. Seria possível apresentar um número infinito de exemplos modernos mostrando como muitas vezes a paz foi rompida e promessas anuladas pela infidelidade dos príncipes; e que os mais capazes de imitar a raposa lograram maior êxito. Mas é necessário poder disfarçar bem esse caráter, e dissimular perfeitamente; os homens são tão poucos argutos, e se inclinam de tal modo às necessidades imediatas, que quem quiser enganá-los encontrará sempre quem se deixe enganar<sup>158</sup>.*

Mas, voltemos ao pensamento de Osório, cujo próximo passo é se referir às qualidades que o Rei deve ter para desempenhar bem o seu ofício. Deverá ser: casto, manso, moderado, grave e dotado de honestos predicados que causarão a admiração de todos, incentivando-os a imitar tão grande honra e dignidade. Não deve ser: desregrado, irascível, leviano, inconstante e dissoluto.

---

<sup>158</sup> Ibidem, p. 49.

*Ora, quem é esse homem? Certamente aquele que (consoante já dissemos) é sensato, magnânimo e comedido em todas as situações da existência, a quem nenhuma loucura ataca, nenhuma emoção faz perder o seu estado de equilíbrio, nenhum desregrado desejo abala e que não antepõe nenhuma riqueza pessoal aos interesses públicos à equidade do direito<sup>159</sup>.*

Osório adverte que com tais responsabilidades e exigências o Rei não conseguirá dormir:

*Portanto, o rei, ao meditar consigo mesmo na importância da empresa que lhe for atribuída, na grandeza do governo que tem a seu cargo, no peso do encargo que tomou seus ombros, ao ver quanto depende da sua vigilância a conservação da república, certamente não poderá dormir<sup>160</sup>.*

Em um determinado momento do diálogo, Meneses pergunta a Osório se com tantas atribuições, o Rei não será infeliz. Osório responde que não, pois se ele é digno deste título é absolutamente necessário que seja sábio, forte, moderado, justo<sup>161</sup>, compassivo, bondoso, probo e, finalmente, superior.

Osório relembra o valor da prudência. Quanto mais poderoso for o Rei, se for presunçoso e insensato, mais nocivo será ao Reino, mais males causará à coletividade. Osório responsabiliza os adutores desse grande mal, pois estes tornam o Rei envaidecido. O Rei que obedece a seus apetites, na maioria das vezes, violará os preceitos humanos e divinos.

*Na verdade, quando tiver exaustas suas riquezas, então sobrecarregará a república com impostos desmedidos. Despojará a muitos de seus haveres para locupletar os seus protegidos: extorquirá a inocentes para beneficiar homens*

---

<sup>159</sup> OSÓRIO, Jerônimo. *Op. Cit.* 2005, pp. 252-253.

<sup>160</sup> OSÓRIO, Jerônimo. *Op. Cit.* 1944. p.266.

<sup>161</sup> *Por tudo isso, a justiça é aquilo que maior honra e glória dá. Exercer a justiça na terra é imitar “a ordem e o modo com que o Supremo Criador e Senhor de todas as coisas rege e governa”. Ninguém deve, conseqüentemente, deixar de praticar a justiça e, sobretudo o rei, a quem cumpre difundi-la (...).ALBUQUERQUE, Martim. Op. Cit. 2000, p. 285.*

*iníquios; e, por último, lançará mão das coisas sagradas, e pilhará todos os templos*<sup>162</sup>.

Podemos inferir que Osório usa a noção de *virtude* aristotélica, quando se refere às qualidades do Rei. Nesse sentido, o Rei virtuoso, o Rei dotado de virtude é aquele guiado pela justa medida, o meio termo. Não é nem o excesso, nem a falta. O ditado latino “*Virtus in médium est*<sup>163</sup>”, traduz bem esse conceito. A vida feliz, a vida boa, é garantida buscando-se uma justa medida. Surge nesse contexto uma outra virtude, a temperança isto é o justo equilíbrio; nas ações a temperança se traduz pelo uso do bom senso ou o uso da razão.

A prudência é a capacidade de medir prós e contras, e se encontrar a justa medida, o bom senso. O homem prudente sabe calcular o que é determinado para ele em uma certa circunstância. Nesse sentido, o tirano não é prudente, pois é movido pelas paixões. Já o jovem, carente de prudência, deve estar rodeado de homens prudentes (mais velhos) para assim imitá-los. A imitação, nesse sentido, forma o caráter moral do jovem. Nesse contexto, a amizade é a amizade do prudente que ensina coisas. Com uma única ação o homem não se torna virtuoso ou vicioso, é necessário a repetição das ações.

Também encontramos a prudência, a temperança e a moderação no rol de virtudes platônicas. A virtude e o vício se formam em nós pela educação e pela prática da ação (seja ela virtuosa ou viciosa). A lei é um termômetro do justo na cidade; é o critério da justa medida.

*Se seguirmos a recta razão, quanto mais ardente for a tendência inata do nosso espírito para as honras, mais honestos e maduros serão os frutos a colher*<sup>164</sup>.

---

<sup>162</sup> OSÓRIO, Jerônimo. *Op. Cit.* 1944, p.177.

<sup>163</sup> Significa em português: *A virtude está no meio.*

<sup>164</sup> OSÓRIO, Jerônimo. *Op. Cit.* 2005, p. 410.

Por mais difícil que pareça a sua função, o Rei deve cumpri-lá de maneira satisfatória, governando de maneira cuidadosa. Na vida não existe arte mais elevada que a arte do Rei, assim como nada é mais mofino que o tirano.

Diante disso, Osório nos apresenta mais uma metáfora da função real, sendo que agora o Rei é o artífice, o moderador, o guia e o arquitecto da sociedade. São suas funções: conseguir que o Estado seja unânime no seu querer, constante na sua organização, sólido, abundante em riquezas, bem ataviado em costumes, superior em glória, sempre invicto na guerra e comedido na paz e na ociosidade<sup>165</sup>.

Cabe ao Rei estar alerta, vigiar, trabalhar, correr perigos, sofrer quando necessário e desejar a morte se necessário for. È feita uma comparação entre os artífices e o Rei, pois os primeiros se deleitam com o produto de suas obras assim também será o Rei *“que se mostrar eminente em todas as virtudes, quanto mais afincos puser na conservação e engrandecimento da república, com tanto maior ardor o amará ele”*<sup>166</sup>.

A religião não deixará o Rei exercer sua função de maneira negligente, pois Deus suportou os mais duros sofrimentos pela salvação de todos e sacrificou sua própria vida pela pátria. Assim, para o Rei seguir a reta razão, cujo nome e ofício são divinos, deve fazer o mesmo quando o bem comum exigir.

*(...) é próprio de Deus não ceder a favores, não se inflamar em paixões ou desejos, não se render ao amor, nem, por fim, desviar-se, por qualquer perturbação de ânimo, da recta razão nem dos ditames de sua consciência. E é próprio da benignidade divina esquecer-se das próprias vantagens para só atender às de todos. É próprio da virtude de Deus conjurar todos os perigos,*

---

<sup>165</sup> Ibidem, p. 397.

<sup>166</sup> OSÓRIO, Jerônimo. *Op. Cit.* 1944, pp. 267-268.



*manter a república, entregar-se às empresas mais árduas e prover a paz e tranqüilidade da pátria*<sup>167</sup>.

Para fortificar o poder do Rei é necessário: a união com os homens bons, o conhecimento das artes mais elevadas e a religião.

Mais uma vez Osório elenca as virtudes necessárias para o desempenho de tal função. Não são aceitas virtudes medíocres, mas sim uma recta razão, uma sabedoria divina, uma admirável elevação de espírito, modéstia, justiça, fé, caridade, vigilância, empenho e aplicação. Será Rei se desempenhar sua função como se fosse Deus na terra, merecedor de culto e veneração<sup>168</sup>.

Cabe aqui uma ressalva antes de prosseguirmos: o Rei deverá agir como se fosse Deus na terra. Isso não significa que ele seja Deus na terra; não é, pois o homem é provido de paixões que o induzem a erros nocivos e que o afastam da reta razão. Assim, é de suma importância uma verdadeira educação, para que a índole virtuosa do príncipe não seja extinta.

São vícios do príncipe: ser pródigo do que é seu, ser cobiçoso do alheio; ser implacável na sua ira; ser contumaz no seu ódio; feroz; pernicioso; leviano; inconstante, sem amigos, inepto, detestado por todos e consternado com a consciência dos seus crimes. A palavra “cobardia” nunca poderá se aplicar ao Rei.

*Portanto, aquele que governa uma de duas, ou é corajoso ou covarde. Se covarde, nunca denominar-se Rei; se corajoso, será alheio a quaisquer suspeitas de inveja. E tão grande será a sua largueza de vistas que não poderá ter inveja de nenhum daqueles que estão sob o seu mando*<sup>169</sup>.

*Por isso prefiro um Príncipe que precise ser refreado a qualquer outro que careça de estímulos*<sup>170</sup>.

---

<sup>167</sup> Ibidem, p. 252.

<sup>168</sup> Ibidem, pp. 268-269.

<sup>169</sup> Ibidem, p. 215.

<sup>170</sup> Ibidem, p. 274.

Algumas vezes o Rei deve se deixar tomar pela ira, pois o zangar-se evitará a indolência e a preguiça. Deve ser também afável, transigente, sujeito aos costumes e alheio a qualquer suspeita de teimosia ou obstinação, benigno, clemente, mais propenso à bondade e mansidão do que à ira e azedume.

*(...) pois a clemência, a mansidão, a liberalidade e todas as outras virtudes próprias de um coração clemente, convém ao máximo que as possua o Rei, a quem fazem sumamente amado e mui próximo de Deus*<sup>171</sup>.

Para que o Rei não seja odiado é necessário possuir duas virtudes: ser discreto e comedido, sem timidez, corajoso e magnânimo. A essência dessas virtudes está em “*desejar louvores e recear ignomínia*”.

*O desejo de honras torna o espírito mais alerta e elevado, enquanto o receio de ignomínias consolida o pudor e a vergonha*<sup>172</sup>.

Todas as virtudes dos cidadãos derivam do Rei, assim ele não os invejará. Osório usa a metáfora do general que não inveja o valor de seus soldados e vangloria-se mesmo com feitos alheios.

*O Rei, portanto, dirige as almas, estimulando-as para a virtude; é o mestre de todas as profissões, o arquitecto de toda a honestidade, que faz convergir às virtudes, às acções, os esforços mais nobres de todos os actos e grandes feitos alheios*<sup>173</sup>.

Surgem mais qualidades do Rei: engenhoso; magnânimo; erudito; ávido da verdadeira honra; digno; preocupado com a salvação de todos; religiosamente casto e conhecedor dos direitos de Deus. Além disso, o Rei deve odiar a mentira, pois:

---

<sup>171</sup> Ibidem, p. 274.

<sup>172</sup> Ibidem, p. 275.

<sup>173</sup> Ibidem, p. 216.

*(...) a mentira é a desgraça dos espíritos mesquinhos e tacanhos, que se arreceiam dos perigos, por mais ligeiros que sejam. E, de facto, todos nós tendemos para a verdade, cuidando que todos os esforços serão poucos para a alcançarmos. O desejo que temos dela leva-nos, por vezes, a abraçar, de boa mente, verossimilhanças em vez de verdades. E a prova mais eloqüente de que nada se adapta tão bem à natureza humana como a verdade, está no facto de sentirmos deleite mesmo com a falsa imagem dela* <sup>174</sup>.

Nenhum pretexto poderá levar o Rei a mentir, pois se assim proceder não será digno de tal nome. Deve ser dotado de ânimo forte que despreze toda a hediondez por amor à dignidade. Mas, muitos dizem como Meneses, que os negócios da república exigem muitas vezes que o Rei minta. Osório não concorda, pois não há nenhuma utilidade em ser desonesto e ademais traz muito mais prejuízos do que vantagens. Já que as vantagens obtidas nunca serão maiores que os danos causados.

As vantagens que advém da mentira se dissiparão, pois quem não cumpre com a sua palavra não tem a fidelidade dos outros, ninguém lhe dará crédito. Osório cita Lisandro, que se refere a Hércules e ao ditado “*mal acaba o que mal começou*”.

A mentira traz para os príncipes a infâmia, ódio e ofensa dos homens. Para as repúblicas gera a pobreza, a indigência, a vaidade. Todos abandonam os Príncipes cuja fidelidade é suspeita. Já aos príncipes fieis todos se entregam. “*Enfim: toda a felicidade na vida se reduz à pura verdade*” <sup>175</sup>.

O Rei não deve alterar as leis e costumes, pois poderá arruinar toda a nação. Quando as leis mudam, a cada momento, os súditos podem não cumpri-las, o que perturbará a vida da república, perventendo-se os costumes e a arruinando. Para que isso não ocorra, o Rei deve amar as leis desde a infância. Não deve transgredi-las (norma emanada do espírito divino), pois por ser

---

<sup>174</sup> Ibidem, p. 296.

<sup>175</sup> Ibidem, p. 300.

o guarda, o defensor, e administrador do direito público, arruinará a república e atrairá a ira de Deus. O seu contraponto é o tirano, cujo poder é ilimitado e independente das leis.

*Na verdade, muitas cidades, submissas ao legítimo império da lei, conservaram a sua liberdade e foros sem a ajuda de armas, ao passo que aquelas nas quais as leis e o direito não têm qualquer importância, ainda que se defendam com as armas, mesmo assim são completamente aniquiladas<sup>176</sup>.*

*(...) tão-pouco convém que as leis sejam em tão grande número que se embarquem umas às outras, nem tão abstrusas que não possam ser compreendidas por todas as pessoas dotadas de mediana inteligência. Todavia a perversidade humana, contrariando a utilidade pública, multiplicou as leis e tornou-as pouco claras, tal ponto que os que se ocupam em interpretá-las atribuem-se uma espécie de sabedoria suprema e ensoberbecem-se de forma descomedida com a obscuridade delas. Ora, a função do príncipe não é ser indulgente com os embustes, mas acabar com a malícia, nem ocasionar a obscuridade das leis, mas esclarecer o sentido delas e velar pela verdade<sup>177</sup>.*

Osório cita um aspecto relacionado com a justiça, pois o Rei deve propor leis que não só reprimam a desonestidade e a perversidade, mas também que evitem que as malfeitorias aconteçam.

Essas leis seriam criadas, proibindo completamente os pais de negligenciarem a educação dos filhos, pois (...) *quem educa mal os seus filhos destrói por completo a república<sup>178</sup>.*

*Por isso, até homens denodados e providos de ânimo elevado, ofendidos com esta aparência de indignidade, maquinam horríveis dissídios e destroem por vezes as suas pátrias<sup>179</sup>.*

---

<sup>176</sup> OSÓRIO, Jerônimo. *Op. Cit.* 2005, p. 347.

<sup>177</sup> *Ibidem*, p. 349.

<sup>178</sup> *Ibidem*, p. 357.

<sup>179</sup> *Ibidem*, p. 254.

Para que a justiça uma os homens e não os afaste, os juízes possuem um papel fundamental, pois ao deixarem os crimes por punir - julgando com as paixões e não com a reta razão - estimulam os homens a conjecturar em se revoltar contra aquele Estado em que se pratica a justiça viciosa.

A justiça une os espíritos dos cidadãos, ao passo que a injustiça os desune e impele à guerra civil. Sua função é dar a cada um a dignidade que lhe cabe.

*(...) sempre que alguma acção criminosa se deixa por punir, [249] fica incrustada no seio da república e, se não for expiada, a ira da divindade desperta-se e toda aquela cidade é castigada, pois quem é indulgente com o crime torna-se culpado de crime. E não existe nenhum modo mais poderoso de expiá-lo do que aquele que se funda no legítimo desforço dele. Ora, foi por este motivo que Deus, quando deu a lei, ordenou com tanta insistência a punição do crime: ou seja, para que a totalidade do povo não se manche com o assentimento ao crime e deste modo resgate publicamente o acto criminoso que fora perpetrado só por um ou poucos<sup>180</sup>.*

Assim, para desempenharem uma função tão importante, ser juiz, o Rei deve escolher varões dotados de grande ponderação, autoridade e firmeza, capazes de- com virtude, piedade e perseverança- a assumirem sem dificuldade.

*(...) poderosos quer dizer, os que estão dotados de um ânimo superior e elevado, e praticam de modo santíssimo a religião, e antepõem o dever e a rectidão a todas as comodidades da existência, e sentem entranhado ódio pela avareza e vivamente abominam os presentes oferecidos para condicionar os julgamentos<sup>181</sup>.*

O Rei não deve ser um general, mas o chefe e superior dos generais, que recorre a eles quando convém à república e quando prevê que as guerras serão perniciosas.

---

<sup>180</sup> Ibidem, 352.

<sup>181</sup> Ibidem, 350.

*Ora, de acordo com este princípio, ainda que o rei não seja general, todavia é forçoso que por vezes desempenhe as funções de chefe militar. Com efeito, é admirável a grande importância que tem para a vitória a visão e a presença do rei<sup>182</sup>.*

Ele é o supervisor e orientador de todos os ofícios e pode intervir e participar em alguns deles ativamente. O Rei deve dar um bom exemplo, pois vale mais do que qualquer palavra, e favorece a amizade, competência e bem-estar dos cidadãos, que se consideram seus companheiros de trabalho. Ou seja, a imagem do Rei influencia no trabalho dos súditos. Se preciso for, o Rei deve vestir as armas e ir para o campo de batalha lutar contra o inimigo, pois os soldados imitarão sua coragem e bravura. Em relação a comunicação pessoal do Rei com os súditos, se for por intermédio de mensageiros, atrai a amizade, favorece a obediência e não prejudica a majestade real.

*(..) os soldados imitam facilmente os costumes e usanças do seu príncipe. Logo, quando nem o príncipe falta à sua obrigação, nem os soldados recusam obedecer a quem vêem que se encontra provido de divinas virtudes: como é que pode acontecer que ele não seja vencedor de todas as guerras<sup>183</sup>?*

O Rei deve falar de maneira breve, grave e sentenciosa, pois contribuirá para aumentar a sua majestade. Essa eloquência também tem valor na condução da Guerra e na manutenção da paz. Em relação à igreja o Rei deve honrar com reverencia a autoridade e conselho dos representantes da igreja, nos aspectos que dizem respeito à religião e deve administrar as coisas divinas. O ofício do Rei não é um sacerdócio ou altar, mas um trono, entretanto, a igreja possui uma função moderadora e diretiva junto aos Reis.

---

<sup>182</sup> Ibidem, p. 323.

<sup>183</sup> Ibidem, p. 383.

No seu ofício estão inclusos a proteção do comércio e dos mercadores, dos artífices e dos artesãos e agricultores. Deve também proteger o patrimônio nacional, com armas e justiça. O Rei é diferente do general e do juiz, dado que o ofício do Rei é muito maior que todos os outros. Contudo, mesmo o Rei não sendo general, ele pode participar pessoalmente de algumas batalhas, sendo que ao ir para o campo de batalha, influi grandemente na vitória e na moderação dos soldados.

O Rei deve ter gravado na sua mente a imagem divina e a ordem pela qual Deus governa as coisas celestes. As virtudes régias devem ser imitação das virtudes divinas. Diante dessa definição do ofício do Rei, surge sua anti-imagem, a antítese do Rei, o tirano<sup>184</sup>. Este será o príncipe que não luta pela felicidade da república, pois a despreza em proveito de seus apetites levando-a à perdição com a sua insensatez. Mas se o Rei quiser se precaver de todos esses males deverá se dedicar ao estudo das artes, pois além de aguçar o intelecto, aumenta a coragem e a boa disposição.

Vale ressaltar que desde Xenofonte passando pela tradição medieval, nos tratados, a imagem do bom Rei aparece em contraste com a do tirano<sup>185</sup>.

*O Rei atende, primeiro, à salvação do povo, e só depois cuida do seu bem e da sua salvação. Muitas vezes não poderá defender a república, se não se salvar previamente a si. O Tirano, porém, orienta todos os seus desígnios para o que lhe convém a si e lhe dá prazer. Depois, como só pode dispor de todos os bens quando tiver dominado, por completo, o povo, tratará de perder a todos, pondo em último lugar o cuidado de salvar a pátria<sup>186</sup>.*

---

<sup>184</sup> Em Osório vemos (...) *rex - come uomo del modus e dell'eccellenza (...) e dell tyrannus, come rex degenerato* (...). BIGALLI, Davide. *La Trama delle Passioni nel "De Regis Institutione et Disciplina" di Jeronimo Osorio*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1986, p. 5.

<sup>185</sup> SOARES, Nair Nazaré de Castro. *Op. Cit.*, p. 409.

<sup>186</sup> OSÓRIO, Jeronimo. *Op. Cit.* 1944, p. 191.

Osório define mais uma vez o tirano: é aquele que despreza a justiça, o que faz convergir tudo para a sua vantagem, entrega os cidadãos à rapina e ao vexame de alguns homens perversos.

Assim como a vida do tirano é difícil, infeliz <sup>187</sup> e miseravelmente rodeada de todos os males, assim é forçoso que a vida do Rei seja doce, agradável e cheia de todos os bens <sup>188</sup>.

É interessante ir até Platão e observar como as idéias de Osório acerca da tirania e por sua vez do tirano, se assemelham a seu pensamento. Já nas últimas páginas do último livro da República, livro X, Sócrates conta a Glauco o que aconteceu com Her, armênio, que morreu em combate. Depois de dez dias do fim da guerra, seu corpo foi encontrado em perfeito estado. Ressuscitou e contou às pessoas o que tinha visto no outro mundo. Dentre as coisas vistas, cita Arideu o tirano de Panfília. Dentre seus crimes, estavam inclusos a morte de seu pai e do irmão mais velho. <sup>189</sup>

*Sócrates- Quando estávamos para sair do abismo subterrâneo, depois de haver cumprido nossas penas, vimos de repente a Arideu na companhia de muitos outros tiranos, quase todos tiranos, quase todos, como ele. Iam com estes algumas almas que, em sua condição privada, haviam perpetrado grandíssimos delitos, No momento em que esperávamos sair, a abertura recusou-lhe a passagem. E de cada vez que um destes miseráveis, cujos crimes eram irreparáveis, ou ainda não haviam sido suficientemente expiados, se apresentava para sair, ouvia-se-lhe um espanto bramido<sup>190</sup>.*

---

<sup>187</sup> O tirano tem “uma vida desenfreada e destituída de todas as amarras morais (...)”, Esta vida é dita infeliz. BIGNOTTO, Newton. *O Tirano e a Cidade*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998, p. 133.

<sup>188</sup> OSÓRIO, Jerônimo. *Op. Cit.* 1944, p. 407.

<sup>189</sup> (...) de todos os regimes, a tirania é a que torna os homens mais infelizes. A descrição que é feita do tirano e, no entanto, tão radical, que sua infelicidade torna-se paradigma, em limite negativo da existência. Se aceitarmos que a busca da felicidade faz parte da natureza do homem, e isso até os sofistas aceitavam, então a condição do tirano é o ideal negativo da humanidade, que não reconhece nela nem mais um grão de sua própria essência. BIGNOTTO, Newton. *Op. Cit.*, p. 134.

<sup>190</sup> PLATÃO. *Op. Cit.* pp. 413-414.



Podemos dizer que para Platão o tirano é representado pelas paixões, pelo desejo. A parte racional da sua alma é subjugada pelos desejos. A preocupação pelo bem comum e felicidade geral é substituída pela força e pelo desejo.

## IV. 2 Formas de Governo

Qual seria a melhor forma de governo? Monarquia ou República? No *De Regis Institutione et Disciplina*, essencialmente no livro III, esse tema será tratado através de dois personagens: Portugal e Osório. Portugal terá uma certa tendência a defender a república. Para tanto, fará uma contraposição entre aspectos comuns às duas formas de governo, revelando a superioridade do regime republicano. Osório defenderá a monarquia.

Antes de iniciar análise do texto osoriano, convém algumas informações de como esse tema foi tratado pela tradição clássica. Aqui, o referencial é o livro *A Política* de Aristóteles. Vejamos o que o nosso estagirita diz a esse respeito.

No mundo grego Aristóteles buscou sistematizar as formas de governo, onde as descreve em Monarquia (governo exercido por uma pessoa), Aristocracia (governo exercido por poucas pessoas) e Democracia (governo exercido pela multidão). O critério utilizado para a aplicação de cada uma delas é o que convém a cada povo.

*No que diz respeito à arte política, deve-se considerar não apenas qual é o melhor governo, aquele que se deve preferir quando nenhum obstáculo exterior se opõe, mas também aquele que convém a cada povo, pois nem todos são suscetíveis do melhor<sup>191</sup>.*

Todavia, a tese mais freqüente era a de que a monarquia reunia as melhores condições prévias para assegurar a realização do bem comum.

*A monarquia é, na nossa opinião, um dos melhores regimes. Contudo, é preciso examinar se é preferível, para um país e para um povo que queiram ser bem*

---

<sup>191</sup> ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 145.

*governados, ter ou não um rei, se não há um sistema mais interessante ou se a monarquia, sendo boa para uns, não seria má para os outros*<sup>192</sup>.

Contudo, Aristóteles apresenta as principais críticas feitas ao regime monárquico. A primeira delas é que em uma monarquia absoluta o Rei faz tudo conforme a sua vontade. A segunda crítica refere-se que em uma monarquia um só homem é pouco para tantas atribuições. Ele precisará de vários magistrados para auxiliá-lo, colocando-se assim a necessidade de conselheiros nessa forma de governo.

Os que defendem a monarquia têm freqüentemente que responder a seguinte pergunta: é melhor ser governado por um só ou por leis excelentes? Esses se defendem afirmando que as leis só são eficazes para casos gerais, não dando conta de casos particulares, colocando-se nesse sentido a necessidade de intervenção do monarca. Contudo, poderíamos contrapor esse argumento a idéia de que a multidão muitas vezes julga melhor do que uma pessoa em particular, pois é menos fácil de se corromper. Nesse quesito Aristóteles chega a conclusão que a aristocracia, governo de várias pessoas de bem, é superior à monarquia. Mas, a dificuldade está em encontrar tais pessoas de bem.

O próximo passo é apresentar a fundamentação histórica da monarquia, pois antigamente se escolhiam homens generosos que se destacavam. Através do ciclo geração – corrupção, é apresentada a idéia de que esse homem generoso, escolhido para ser o monarca se multiplica dando origem assim a República, entretanto nessa segunda forma de governo, tais homens se corrompem, formando oligarquias, que passam ao despotismo e posteriormente à democracia. Assim, para Aristóteles a monarquia é a única forma que prevaleceu desde que as cidades cresceram, sendo difícil substituí-la por outras<sup>193</sup>.

---

<sup>192</sup> Ibidem, p. 151.

<sup>193</sup> Ibidem, pp. 157-158.

Também é contemplada a reflexão acerca da hereditariedade do poder no regime monárquico, que apesar de não evitar que maus sucessores se tornem reis, não é natural que um pai não passe a coroa para o seu filho.

*Deve ser hereditário o cetro? Ficaremos expostos a cair nas mãos de maus sucessores, como aconteceu algumas vezes. Dir-se-á que o pai terá o poder de não lhe passar a coroa. Mas não devemos esperar por isto: esta renúncia está muito acima da virtude que a natureza humana comporta<sup>194</sup>.*

A monarquia pode degenerar em tirania, pois no que toca à força que o Rei deve ter para conter rebeliões, ele precisará ser mais poderoso do que cada um em particular o que pode levá-lo a tirania.

Depois de apresentar as críticas que se fazem às monarquias, Aristóteles volta ao seu critério *do que convém a cada povo* e adverte que algo pode ser verdade para um povo e não para outros. Ou seja, existem diferentes tipos de súditos para cada forma de governo. Os súditos ideais para viverem sobre uma monarquia são aqueles acostumados desde o nascimento a viverem sob a tutela de uma família excelente na arte de governar, na república são aqueles naturalmente belicosos, próprios para mandar e obedecer, de acordo com a Constituição que dá poderes aos ricos segundo seus méritos.<sup>195</sup>

No que diz respeito aos teóricos dos espelhos de príncipes, Skinner<sup>196</sup> os classificará como defensores da monarquia, pois para eles era melhor forma de governo<sup>197</sup>. Coaduna-se com essas reflexões Calafate<sup>198</sup> quando ressalta que os pensadores portugueses do século XVI e XVII, como por exemplo Diogo Lopes Rebelo e Álvaro Pais, que tendo como base Aristóteles, elogiarão a

---

<sup>194</sup> Ibidem, p. 158.

<sup>195</sup> Ibidem, p. 159.

<sup>196</sup> SKINNER, Quentin. *Op. Cit.*

<sup>197</sup> Ibidem, p. 144.

<sup>198</sup> CALAFATE, Pedro. *Raízes aristotélicas e tomistas do pensamento ético-político português: séculos XIV-XVI*. Op. Cit.

monarquia, defendendo o argumento da superioridade da unidade em relação a multiplicidade. Sob a visão cristã, tratava-se de governar a sociedade tal como Deus governava o universo, pois assim como havia um só Deus que governava todas as coisas, mantendo-as na sua perfeita harmonia, também na comunidade política deveria haver um só Rei, governador e reitor de toda a república.

Depois de exposto nosso referencial teórico para tratar a melhor forma de governo, voltemos ao diálogo e o seu primeiro movimento: a defesa da república por Portugal.

Nas palavras de Portugal, na monarquia não é fácil para qualquer um ser elevado às honras do mando. Na república o desmedido poder de um príncipe é contrário à liberdade de todos. Por amor à república, todos fazem e suportam tudo. Na monarquia poucos são chamados para o governo e o restante não pode disfrutar nem tê-lo em vista e assim poucos são aqueles que se arriscam para pegar em armas e defendê-la.

Na república todos aqueles que se destacam podem aspirar às dignidades mais elevadas. Assim, todos lutam entre si e se lançam na luta honesta da virtude. Já na monarquia, não se concedem prêmios aos homens pelo seu valor, pois ninguém pode se igualar ao Rei em dignidade.

Em relação às leis, na república o poder supremo está na lei, onde geralmente se faz justiça. Na monarquia as leis se situam no arbítrio de um só homem, assim necessariamente haverá muita injustiça.

Os legisladores não consideram o que é razoável, mas atendem somente à vontade do Rei. Todos parecem estar à margem da lei. Por fim, Portugal conclui que em uma república a liberdade pública é mais completa, é mais elevado o culto à inteligência, é mais notável a prática da virtude, é maior a esperança da honra e dignidade, é mais apurado o amor à pátria, mais santa a autoridade da lei e maiores são as preocupações contra a tirania.

Passamos agora para a defesa da monarquia feita por Osório, que é iniciada através da contestação das críticas de Portugal à monarquia. Não haverá inveja do príncipe nem revoltas pelo poder, pois na monarquia é mais fácil conter as rebeliões. Mas o Rei não pode se transformar em um tirano. O poder não é exclusivo dele, mas pertence a toda a nação. Em uma monarquia, o povo amará o Rei e ele por ter esse amor<sup>199</sup>, o defenderá. É uma relação recíproca entre amor e proteção. Assim, o Rei deve ser justo, deve usar a virtude como critério e é necessário dar exemplos aos súditos. Na república, há uma divergência de opiniões, o que dificulta a ordem e a harmonia do povo. Na monarquia deve existir o culto à justa medida. Para defender a monarquia é apresentado o argumento de que nada há de melhor para manter a harmonia do povo e promover a união geral do que a entrega do governo a um único homem virtuoso.

Entretanto, existe uma dificuldade em fundar uma república já que para assegurar a liberdade geral não se pode ofender a liberdade comum. Para Osório não há nada melhor para manter a harmonia do povo e promover a união geral do governo do que um único homem virtuoso.

É citado como exemplo Sócrates, pois este afirmava que quem bem governa um povo deve- dentro de suas possibilidades – unificá-lo por meio de apertados laços, em uma unidade perfeita. Assim:

*(...) poderá imaginar-se coisa mais útil, para irmanar todos os cidadãos num só amor, do que o governo de um só Príncipe supremo?<sup>200</sup>.*

---

<sup>199</sup> O rei (...) “há-de, portanto, imitá-lo e proceder como Ele, por que actua em Seu nome. Se Deus ama os homens, o príncipe deve amar os súditos, que lhe estão ligados como as criaturas ao Senhor”. ALBUQUERQUE, Martim. *Op. Cit.* 2000, p. 281.

<sup>200</sup> OSÓRIO, Jerónimo. *Op. Cit.* 1944, p. 207.

Não haverá inveja do Príncipe, nem revoltas internas, pois ele poderá evitar tal crime com a sua autoridade e com o seu poder. São citados alguns exemplos históricos para corroborar o seu argumento: Atenas, Tebas, Esparta, os cartagineses e romanos.

*(...) basta fazer notar que, em todos aqueles povos, só um, ou poucos, foram investidos em dignidades tão elevadas que pouco alguém estariam da majestade e da grandeza do poder real<sup>201</sup>.*

As nefastas divergências entre os cidadãos são as causas do fracasso das repúblicas italianas. Entretanto, Osório elogia Veneza, pois a considera a mais prudente de todas as cidades por ter colocado à sua frente um Príncipe Supremo, virtuoso e digno.

*É assim que, sujeitos à autoridade dele, torna-se-lhes mais fácil fazer justiça e manter própria nação. Aquele soberano, se bem que não tenha o nome de Rei, possui no entanto, autoridade real; com ela contém invejas, refreia ambições, estabelece uma concórdia firme e duradoira no Senado, tornando-se-lhe fácil unificar a todos dentro de um espírito recto de justiça<sup>202</sup>.*

A conclusão que Osório chega é que ” (...) nada há, para conservar indefinidamente uma república, como o regime monárquico<sup>203</sup> “. Quando muitos lutam para obter o poder se originam tumultos e rebeliões que dilaceram a república. Ao passo que, se todos, obedecem a um só, torna-se mais fácil a este manter a paz.

*Mas nós, que vivemos sob o governo de um rei, estamos menos expostos a estas convulsões, porque o rei é uma espécie de árbitro dos jogos gímnicos para [176] atribuir os prémios e acabar com as contendas com a máxima imparcialidade, e porque nós de tal maneira aprovamos as suas vontades que achamos que até a sua iniquidade ao julgar é muito mais fácil de suportar. E, ainda que por este motivo na monarquia também costumem surgir sedições e*

---

<sup>201</sup> Ibidem, p. 208.

<sup>202</sup> Ibidem, p. 209.

<sup>203</sup> Ibidem, p. 209.

*rebeliões e maquinarem-se conjuras contra a vida e posição do rei, tal como sucedeu no tempo dos nossos avós durante o reinado de D. João II (varão dotado de muitas virtudes), todavia são impedimentos para que tal aconteça mais amiúde a majestade do título régio, a grandeza da função, a lealdade escrupulosamente observada dos cidadãos para com os reis, os fins terríveis dos perversos e a eterna infâmia de traição e perfídia que envergonha não pouco os descendentes*<sup>204</sup>.

Será tirano o Rei que tolher a liberdade, ou seja, manter a ordem não significa tirar a liberdade dos súditos. Assim o Rei deve conservar e defender a liberdade dos seus súditos até que para isso seja preciso por em risco a sua vida. Logo, cabe ao Rei tornar a vida dos seus súditos feliz, e isso não ocorrerá se eles não forem livres e magnânimos.

O poder do Rei não é exclusivo dele, mas pertence a toda a nação. O povo pegará em armas para defender a monarquia, pois consagrará amor ao Rei. Aqueles que estão sujeitos ao poder real possuem uma grande afeição.

*(...) pois o soberano protege todos os súditos, ajuda-os com o seu patrocínio, auxilia-os com a sua proteção, fortalece-os com a sua virtude, livra-os de todas as injustiças e ignomínias, sustentando a muitos com a sua liberdade*<sup>205</sup>.

Agora, se o Rei conceder benefícios, glorias as iniquidades, à temeridade e à insensatez não será digno de seu nome.

*Assim é que os homens, levados, em parte, pelo amor que consagram ao rei (é verdadeiramente admirável a grande afeição que votam ao régio nome aqueles que estão sujeitos ao poder real) e atraídos, em parte, pela esperança dos dons e ofertas que aquele proporciona aos que esforçadamente servem a nação, arriscam-se heroicamente aos maiores perigos*<sup>206</sup>.

---

<sup>204</sup> OSÓRIO, Jeronimo. *Op. Cit.* 2005, pp. 254-255.

<sup>205</sup> OSÓRIO, Jeronimo. *Op. Cit.* 1944, p. 213.

<sup>206</sup> *Ibidem*, p. 214.



Osório fala de uma monarquia mal governada, e mesmo os seus males não são maiores que as iniquidades que se observam em uma república livre. Portanto, mesmo uma monarquia mal governada é superior à uma república livre.

Para a república ser superior ela deve ser fundamentada no direito e ter bons costumes. Osório recorre a definição de Aristóteles:

*(...) no dizer de Aristóteles, a república é a ordem, a medida e a disposição de muitos que habitam numa só cidade, certamente, desde que falte a ordem, a medida, a equidade e a razão, desde que tudo se perturbe e confunda temerariamente, já a república, de modo nenhum, poderá manter o seu carácter*<sup>207</sup>.

O mesmo sucederá com a cidade que não merecerá esse nome, caso a ordem, a medida e a equidade e a liberdade faltarem.

*Nem sequer o nome de cidade merecerá, se nela dominar uma cupidez desenfreada e uma louca administração: porquanto, a cidade consta de uma multidão de homens livres, irmanados numa igualdade de direitos. Portanto, desde que não haja liberdade, nem se faça justiça igualmente a todos, nenhum povo poderá ter o nome de cidade; será, sim, uma teoria desgraçada de escravos que inteiramente se consagram aos prazeres de alguns*<sup>208</sup>.

É falso afirmar que nas monarquias se colocam de lado as duas mais altas virtudes: a inteligência e a grandeza de ânimo. É justamente sob o governo de Reis dignos que ambas florescem. Em uma república livre, pelo contrário, os mais inteligentes e esclarecidos muitas vezes se tornam tiranos, chegando a subverter a república. Já em uma monarquia há o culto pela virtude, ou seja, pela justa medida, o que dificilmente a tornará nociva.

---

<sup>207</sup> Ibidem, p. 189.

<sup>208</sup> Ibidem, p. 189.

Assim, o Rei *justíssimo juiz de jogos*, distribuirá honras em razão da virtude e não de acordo com a riqueza.

*Haverá coisa mais honesta que ser galardoado com dádivas e obséquios por um Príncipe esclarecido que nunca preferiu qualquer prazer vil à virtude? Tais dádivas, tais obséquios, pois, constituem testemunho de virtude e não indício da mais elevada mancha<sup>209</sup> “.*

*Há um poder que pode fortalecer a república: a dos gramáticos, pois a ignorância da gramática é a responsável pela ruína de todas as nações e é a origem de todos os males, pois são ocultadas as torpezas sob nomes honestos.*

*– Mas que poder é esse, - disse T, - o dos gramáticos, que pode fortalecer a república?<sup>210</sup> ”.*

*“ Muitas vezes sucede vêr-se manchado e desonrado quem se deixou ir no engodo de termos aliciantes e dignos, vangloriando-se com baixezas mascaradas de cândidas donzelas. Por isso penso que, quem pretender formar um república modelar, deverá primeiramente promulgar uma lei proibindo que se dêem designações honrosas a infâmias; não se dê o caso de tais vícios de linguagem virem confirmar ignomínias<sup>211</sup>.*

Na monarquia o Rei deve dar exemplo aos súditos. Mais uma vez Osório diferencia o Rei do tirano. O primeiro obedece, respeita a lei, já o segundo quer ferí-la. O poder do Rei, diferentemente do tirano, é legítimo, não viola o direito e limita-se pela lei e pela razão.

*No poder legítimo, não há maldades, nem violências, nem desregramentos de concupiscência, nem de ira, nem ambições temerárias, mas há leis, costumes, há uma disciplina bem ordenada em que se contém a salvação e a dignidade da república<sup>212</sup>.*

---

<sup>209</sup> Ibidem, p. 217.

<sup>210</sup> Ibidem, p. 187.

<sup>211</sup> Ibidem, pp. 187-188.

<sup>212</sup> Ibidem, p. 219.

Já uma república entregue ao poder de muitos, em que os costumes são pervertidos, o Rei necessariamente se desgraçará. Na República o interesse público fica comprometido pois:

*Nas repúblicas livres, porém, cada qual, entregue aos seus cuidados, vê-se muitas vezes impedido, pelas suas conveniências particulares, de cuidar do interesse público*<sup>213</sup>.

Um outro problema é que os negligentes retardarão os diligentes e ativos o que impedirá a promoção do bem comum. Cabe ao Rei colocar sua ação e seu pensamento a serviço da defesa e conservação do reino, livrando-o de todo o mal. Um atributo fundamental para o Rei é que ele tenha se exercitado na função régia e que nada mais se preocupe a não ser com o respeito à utilidade pública. Exercitar-se na função régia significa ser educado desde os primeiros anos de vida à essa arte.

*Ao passo que o rei, se for dotado de boa índole, e tiver sido convenientemente educado, só na função régia, se exercitou, desde os seus primeiros anos, só essa arte aprendeu*<sup>214</sup>.

A função do Rei é árdua, enquanto todos dormem e repousam ele deve estar de sentinela, deve trabalhar, correr os maiores riscos para afastar todos os perigos que possam ameaçar a pátria - a qual foi entregue pelo povo para que este a cuidasse. Não há comparação entre república e monarquia, pois não pode haver grande empenho em defender a república como um reino bem construído. Osório cita Homero:

*Assim é que Homero, mui acertadamente, pôs o regime monárquico muito acima do poliárquico. Por isso é lógico que um só Príncipe, eminentemente sábio e virtuoso, brilhe numa república*<sup>215</sup>.

---

<sup>213</sup>Ibidem, p. 221.

<sup>214</sup>Ibidem, p. 221.

<sup>215</sup>Ibidem, p. 222.

Entretanto, recorre à noção de Deus como o Monarca Supremo:

*Com efeito, um só é o Monarca que rege, que governa, que preside a todo o universo; um só é o que dirige, com poder eterno, o céu e tudo aquilo que nele se contém*<sup>216</sup>.

Uma contraposição é feita, por Portugal, ao regime monárquico, pois de acordo com a educação que geralmente lhe dão, o Rei nunca obedece a ninguém, pensando desde criança que pode mandar em todos. Meneses intervem no diálogo pedindo a Osório que diga qual das duas coisas é melhor ou mais útil: nomear o Rei por sufrágio ou transmitir o reino ao filho mais velho? Expõe sua preferência pela monarquia eletiva e levanta uma crítica a transmissão hereditária do poder.

*(...) nem sempre os filhos seguem as pisadas dos pais. De um Príncipe clemente e benigno, extraordinariamente instruído, nos costumes ou depravado pela educação*<sup>217</sup>.

Como os povos não têm a liberdade de eleger quem lhes aprouver (assim poderiam acertar um governo forte) ficam à mercê do acaso e da fortuna.

O Rei não deve governar contra a vontade de todos, caso contrário será um tirano, já que deve governar homens livres e não escravos. Entretanto, só serão livres aqueles que escolhem o seu dirigente e não que forem obrigados a obedecer.

Como o povo eleva alguém eleito a um lugar alto, este último colocará todo o seu cuidado, seu interesse e bondade para alcançar a felicidade para todos.

Assim, para Meneses “*resta acrescentar ainda que o eleito, em razão do seu merecimento, poderá ser mais benigno e humano para com o povo*”<sup>218</sup>.

---

<sup>216</sup> Ibidem, p. 223.

<sup>217</sup> Ibidem, p. 224.

Já o Rei hereditário como desconhece por completo as necessidades, os cuidados que afligem todo o restante- esquecendo-se também que é homem- corre o perigo de colocar a humanidade com que deverá tratar a todos.

Depois de apresentada sua defesa da monarquia eletiva, Meneses pede a Osório pronuncie sua opinião á respeito.

*É por estas razões, portanto, que, por vezes, me sinto levado a julgar que nada há tão vantajoso como, de entre todo o povo, eleger um varão sagaz, sábio, corajoso, honesto, todo dado à honra; um homem que se inflame no desejo de salvar a todos, que defenda e conserve a república com a sua prudência, e que mui bem se desempenhe da função real. Pelo que, nada nos poderá ser tão grato como sabermos a vossa opinião a este respeito<sup>219</sup>.*

Osório inicia sua fala com o seguinte ditado: “ *entre 2 males, escolhamos o menor*”. O critério de escolha deve levar em consideração: o que mais convenha aos costumes, à nossa república, a raça e ao temperamento luso, concepção puramente aristotélica.

O argumento de defesa de Osório tem como premissa observar se a eleição, defendida por Meneses, não trará males maiores que o sistema hereditário.

Inicia-se a refutação dos argumentos da monarquia eletiva: o povo nem sempre escolherá para si um Príncipe que coloque o bem comum acima dos seus interesses particulares. Muitas vezes o Príncipe se afasta da recta razão, dedicando-se a uma virtude falsa em vez de uma verdadeira.

Ou seja, o povo não sabe distinguir a verdadeira da falsa virtude, já que a primeira está geralmente oculta e a segunda se mostra em toda a parte. Provavelmente tomará a falsa pela verdadeira, prestando-lhe as maiores honras. A consequência natural será:

---

<sup>218</sup> Ibidem, p.225.

<sup>219</sup> Ibidem, p.229.

*Essa escolha livre, portanto, a que vos referis, dará lugar a que os homens mais funestos e prejudiciais perturbem a república, a seu talante, e a privem de seus bens<sup>220</sup>.*

Osório pede que Meneses recorde a história antiga, pois esta mostra que foi esse o caminho que trilharam os tiranos para chegar ao poder. Exemplos citados por Osório: Psístrato, Dionísio, Fálaris, Alexandre, Nicodes, além de outros tiranos gregos e romanos.

Na monarquia eletiva como se disputa o mando, há a cobiça de reinar o que dá lugar a atrocidades cometidas pelos Príncipes. Rebatendo a idéia de Meneses de que na monarquia hereditária o povo se sente privado de um direito, Osório defende a idéia de que aquilo que é sancionado pelos costumes e pela prática de muitos anos, o povo aceita com maior gosto. Assim, o povo concordará com a sucessão real não se sentindo despojado de seus diretos.

Osório relembra mais um argumento de Meneses de que o Príncipe seria mais humano e clemente se fosse eleito por todos. Para refutá-la afirma que esse argumento só seria válido se o povo nunca tivesse se enganado ao eleger alguém. Entretanto:

*(...) se, na realidade, se verifica que, por via de regra, prefere os injustos e os ingratos, quem duvidará de que tal não suceda agora também?<sup>221</sup>.*

Osório finaliza sua defesa recorrendo à metáfora do artista que nada mais tenha feito durante a sua vida senão esforçar-se por se tornar excelente naquilo que faz, ou seja: virtuoso. Por fim, Osório se refere ao Rei que deve ser instruído desde os seus primeiros anos em todas as disciplinas reais e for adornado das mais altas virtudes. A educação tem um grande papel a desempenhar:

---

<sup>220</sup> Ibidem, p. 231.

<sup>221</sup> Ibidem, p. 235.

*Assim, pela educação e pela disciplina, poderão os educadores orientar o Infante menino no sentido que lhes aprouver*<sup>222</sup>.

### **Monarquia X República**

| <b>Argumentos favoráveis<br/>à Monarquia</b>   | <b>Argumentos favoráveis<br/>à República</b>  |
|--|---|
| Todos de boa mente fazem e suportam tudo por amor à república.   | Na República, todos aqueles que se destacam podem aspirar como prêmio as dignidades mais elevadas. Assim, todos lutam entre si e se lançam na luta honestíssima da virtude. Já na Monarquia o desmedido poder de um único Príncipe é contrário à liberdade de todos.  |
| Na Monarquia, não é fácil para qualquer um ser elevado às honras do mando.   | Na monarquia não se concede prêmios aos homens pelo seu valor, pois isso impede a extensão do poder real. Ninguém pode se igualar ao rei em dignidade.  |
| Na República como poucos são chamados para o governo e o restante não pode disfrutar nem tê-lo em vista, poucos são aqueles que se arriscam para pegar em armas para defendê-la. | Na República, o poder supremo está na lei onde geralmente se faz justiça. Na monarquia, como as leis se situam no arbítrio de um só homem necessariamente haverá muita injustiça. Os legisladores não consideram o que é razoável, mas atendem somente à vontade do rei. Todas parecem estar à margem da lei. |

---

<sup>222</sup> Ibidem, p. 240.

### IV. 3 Os Aduladores

Segundo Skinner<sup>223</sup>, as atribuições dos conselheiros são um tema recorrente na literatura de espelho de príncipes, já que são importantíssimos para o êxito do governante. Nos manuais desse gênero eram abordadas as virtudes que deveriam ter os conselheiros como: sabedoria, temor à Deus, amor pelo príncipe e boa vontade.

Também eram citadas as características daqueles que não deveriam ser conselheiros do Rei como: os avaros, os soberbos e os aduladores. Dentro do gênero dos espelhos o melhor conselheiro é aquele que é amigo do Rei, que lhe quer bem não por temor ou para obter vantagens com a intimidade real, mas que está disposto a contrariá-lo se for necessário, sendo sempre sincero e que daria seus bens ou sua vida pela felicidade do reino. Representando o Rei de maneira digna e justa<sup>224</sup>.

É interessante observar como Aristóteles se refere a essa questão na sua obra *A Política*. Partindo da premissa que é impossível para um homem só dar conta de tantas atribuições na monarquia, coloca-se a necessidade de conselheiros.

*Por melhor que julgue o magistrado, guiado pela lei, seria estranho que um homem que só tem dois olhos, duas orelhas, dois pés e duas mãos visse, ouvisse e decidisse melhor do que vários que têm cada qual o mesmo número de órgãos. Atualmente, mesmo os príncipes que detêm sozinhos as rédeas do governo multiplicam seus olhos, suas mãos e seus pés, confiando a seus favoritos uma parte dos negócios do Estado. Se estes não forem bem intencionados para com ele, servi-lo-ão mal. Se forem seus amigos, se-lo-ão também de seu Estado. A amizade supõe igualdade e semelhança. Portanto, se os considera dignos de*

---

<sup>223</sup> MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho. *Op. Cit.* p. 89.

<sup>224</sup> *Ibidem*, p. 87-88.



*governar consigo, reconhece que o governo pertence igualmente aos iguais e semelhantes*<sup>225</sup>.

No que concerne ao *De Regis Institutione et Disciplina*, os adutores ou educadores do Rei, são severamente criticados, pois o rei possui uma bondade natural que os adutores querem deturpar. O educam mal, deixam-o regressivo, não praticam a temperança, querem governar eles mesmos a república, querem lançar o rei na maior ignomínia, tornam-o presunçoso e insensato, louvam exageradamente o príncipe e elogiam sua sabedoria a tal ponto que o rei se torna envaidecido por ter poder e riqueza.

Acreditam que os homens bons são seus rivais, não querem que o rei conviva com homens sábios e que adquira erudição.

Os adutores também afastam o príncipe da religião, pois não querem que ele se entregue devotadamente a esta. Para os adutores quando a religião é exagerada ela não dignifica os Reis.

*Quem é muito piedoso perde a coragem, despreza quanto possa dignificá-lo ou honrá-lo; não quer desforçar-se das injúrias, mas sofrer, com a maior resignação, todos os ultrages- o que não é próprio de um espírito forte e audaz – mas sinal de um temperamento fraco e indolente, pouco cioso da majestade real*<sup>226</sup>.

Osório se dirige diretamente ao Rei D. Sebastião e pede para que ele se afaste dos adutores. Na verdade têm como objetivo governar eles mesmos toda a república, acreditam que os homens bons são seus rivais. Tornam o rei presunçoso e insensato, louvam-no, elogiam sua sabedoria a tal ponto que o Rei se torna envaidecido por ter poder e riquezas.

---

<sup>225</sup> ARISTÓTELES. *Op. Cit.* p.. 156.

<sup>226</sup> OSÓRIO, Jerónimo. *Op. Cit.* 1944, pp. 168-169.

*(...) e o Príncipe que se aproveita da ajuda deles, além de servo da desonestidade, da maldade, da torpeza, está também sujeito áqueles ministros da iniquidade; e tanto que nada ousa fazer que lhes possa desagradar a eles*<sup>227</sup>.

Os ensinamentos dados ao Rei são inteiramente prejudiciais, pois impedem a sua alma de atingir a perfeição que lhe traria a glória.

*Por isso, afastai para bem longe de vós tão asquerosa raça de homens que vos querem lançar na maior ignomínia; dai ouvidos à vossa natural bondade. E, se é certo que bem afortunados sois, tanto mais vos deveis humilhar e adaptar às necessidades de todos quantos estão confiados à vossa guarda*<sup>228</sup>.

A crítica aos adutores desdobra na perda de liberdade dos súditos. Portanto, se o Príncipe não possui liberdade como o povo terá?

*Acaso não será evidente que a república, que eles dirigem, de tal maneira a governam que lhe tiram toda a liberdade?*<sup>229</sup>.

Temos mais uma enxurrada de críticas aos adutores: deixam o Rei temerário, insensato, arrogante e nocivo. Educam-no mal, deformam-lhe a figura, embotam a sua sensibilidade e causam inúmeros sentimentos que o rei não poderá agüentar.

Faz parte da “*detestável*” disciplina dos educadores (que na verdade são adutores): não deixam o Rei espreitar o sol; alimentação em abundância (iguarias saborosíssimas); o príncipe é compara do a um “*patinho que está na engorda*”; tornam o flácido e débil, sujeito a muitas enfermidades que lhe hão de abreviar a vida; querem um Rei negligente, fraco, inútil, de saúde precária, tímido, preguiçoso, efeminado e frágil.

---

<sup>227</sup> Ibidem, pp. 182-183.

<sup>228</sup> Ibidem, p. 398.

<sup>229</sup> Ibidem, p. 183.

Segundo Osório esses educadores merecem um castigo: o do suplício eterno. São adutores que devoram o tesouro real, envenenam a fonte (o Rei), fazem dos homens deuses quando na verdade esses são homens, não orientam e corrigem o Rei, mas o instigam, o inflamam e querem levá-lo a loucura completa, inflamam o Rei fazendo-o acreditar que só nele esperam os homens encontrar a glória dos seus mais ilustres monarcas.

São os responsáveis pelas desgraças e calamidades públicas, exploram a ingênua brandura do príncipe “*um Rei adolescente*, nas palavras de Osório, entregam o príncipe aos cuidados de desregradíssimos senhores e possuem o poder da dialectica. A temperança e a justa medida, virtudes tão caras ao Rei, estão ausentes nesse tipo de homens.

*Que entendem pois, fazer, aqueles que educam o Rei? Pensam que todo o perito, nesta arte, deverá investigar para que lado pende o temperamento do Príncipe, não tanto para orientá-lo e corrigi-lo, mas para mais o instigar, para mais inflamá-lo ainda e levá-lo à loucura completa. Se o Rei for aguerrido e dado às armas, logo que estes eminentes educadores de tal suspeitam, e já que o Rei tanto quer ser bom soldado, tornam-no ainda mais feroz e nefasto. Louvam-lhe a sai força, encorajam-lhe o ânimo, admiram-lhe o seu valor, convencendo-o de que só nele esperam os homens encontrar a glória dos seus mais ilustres monarcas<sup>230</sup>.*

Partindo da premissa que os adutores causam malefícios ao Rei, poderíamos nos perguntar: Por que eles não são afastados do Rei? A resposta que Osório dá a essa questão está baseada na força de atração que o amor possui.

Explicamos: os adutores amam o rei, manifestam um tipo de amor pelo príncipe. É uma sede ardente de amor, onde só há espaço para o seu louvor . Não é um verdadeiro amor, pois torna os adutores sem personalidade nem sensibilidade próprias, ou seja, estão totalmente subordinados á vontade do Rei. Esse amor cria inveja, fazendo com que os adutores afastem

---

<sup>230</sup> Ibidem, p. 130.

peças de bem ou aquelas que por possuírem qualidades como: prudência, honestidade e bondade, se destacam dos demais. Nas palavras de Osório:

*Odeiam-se, portanto, como rivais; e, conquanto finjam estimar-se, bem desejam à compita dominar<sup>231</sup>.*

Depois de apresentado a modalidade de amor que os adutores sentem pelo Rei, Osório apresenta a sua definição de amor que tem como pressupostos: desejo de honestidade, verdadeira beleza e valorização da honestidade.

*O amor, na verdade, é um desejo de honestidade, de verdadeira beleza, uma paixão imensa de honra e de louvor. O apetite voluptuoso, por seu turno, tende para a torpeza, e, enquanto se não sacia, nada lhe interessa a beleza e a honestidade. O amor, porém, admira a beleza, antepõe a honestidade e o decoro a todos os prazeres da vida; enquanto a concupiscência põe de lado a honestidade, e macula ainda o próprio corpo, no que teve de lindo, com a sua falsidade<sup>232</sup>.*

Osório aconselha o príncipe, rogando que este escolha para a sua companhia varões adornados de todas as virtudes, os verdadeiros conselheiros do rei. Tais homens devem ser inteligentes, instruídos nas artes liberais, experientes graças a uma longa prática das coisas, corajosos para se oporem ao rei.

Os conselheiros do Rei devem ser minuciosamente versados em história e que não possuam apenas grande perspicácia para esquadrihar a situação presente, mas uma vista apurada para prever por conjectura o que será útil para a república. Entretanto, não é apenas necessário que tenham grandes capacidades de inteligência, cultura e sensatez, mas também é importante que possuam excepcional lealdade e integridade e que amem a pátria com o devido amor e afeto.

---

<sup>231</sup> Ibidem, p. 161.

<sup>232</sup> Ibidem, pp. 164-165.

*(...) é necessário que os conselheiros do rei sejam dotados da mais elevada inteligência, bem instruídos nas artes liberais, experientes graças a uma longa prática das coisas, minuciosamente versados na história e que não possuam apenas grande perspicácia para esquadriñar a situação presente, mas uma vista apurada para prever por conjectura o que há-de ser útil para a república. E não apenas é necessário que tenham grandes capacidades de inteligência, cultura e sensatez, mas também é mister que possuam excepcional lealdade e integridade e que amem a pátria com o devido amor e afecto<sup>233</sup>.*

Mas não é suficiente somente que o conselheiro do rei seja dotado de sabedoria e lealdade, pois, além disso, é necessário que esteja provido de uma grande coragem, que lhe permita, quando aconselha, não sentir o receio de descontentar o rei ou aos príncipes e, por isso, empenhar-se em persuadir mais aquilo que é grato e prazeroso para os ouvidos do que é útil e honesto.

Para se escolher o mestre e aio, devem-se levar em consideração duas qualidades: a grandeza de ânimo e a moderação. Cabe ao aio dotar o menino rei de uma índole virtuosa e morigerada, tanto quanto estiver ao alcance de suas forças.

Todo o apetite desordenado deve ser refreado com o temor, a lei e a disciplina. O mestre não deverá ser ignorante, taciturno e descomedido. Tais recomendações são necessárias, pois o defeito dos mestres passa para os discípulos “*como a peste ou moléstia contagiosa moral*”. Todavia, os conselheiros do rei devem ser educados e instruídos de forma idêntica ao soberano para poderem sobressair em virtude, em competência e ainda na arte de falar. Aqueles que possuem cargos na administração do reino devem ser submetidos às leis, prestar contas todos os anos da sua actividade e serem punidos branda ou severamente até a expulsão dos próprios cargos se assim exigisse.

---

<sup>233</sup> OSÓRIO, Jeronimo. *Op. Cit.* 2005, p. 372.

Osório finaliza sua argumentação, lembrando que o papel político dos conselheiros ultrapassa a simples ajuda ao rei. È sua função: moderar e temperar a soberania absoluta e assegurar a constituição mista, em que se harmonizem todas as partes do corpo político e assegure a liberdade.

#### IV. 4 Pedagogia Osoriana – O Príncipe Ideal

O pensamento grego antigo qualifica a educação como um elemento da organização do Estado. Observamos isso de maneira mais pungente na filosofia de Platão que abordará sua pedagogia, ao propor uma educação filosófica dos futuros governantes, para que assim se alcançasse o bem comum. Em Platão, política e educação são dois campos que se entrecruzam, logo uma boa educação dada ao governante gera uma cidade justa, já que indivíduo e cidade tem a mesma estrutura.

A alma e a cidade possuem três partes iguais, sendo que cada segmento que compõe a cidade tem os mesmos elementos que cada uma das partes da alma.

*O que é e como chegar ao Estado justo, e ao homem justo, como escolher e educar o governante, como preparar os cidadãos do Estado é o percurso dos dez livros da República*<sup>234</sup>.

Os magistrados e governantes são responsáveis pelo uso da razão e por governar com sabedoria; os guerreiros que através dos impulsos e afetos, seriam responsáveis por proteger a cidade com fortaleza e por fim os artesãos, agricultores e comerciantes (responsáveis por promover as necessidades da cidade com temperança).

*Sócrates- Portanto, meu amigo, se encontramos na alma humana três partes que correspondam às três classes do Estado, e nas quais se encontrem as mesmas qualidades, autorizados estaremos a dar-lhes os mesmos nomes que às três ordens do Estado*<sup>235</sup>.

---

<sup>234</sup> GMEINER, Conceição Neves. *A virtude como fundamento do poder no projeto político pedagógico de Platão*. Tese de Mestrado PUCSP. 1983, p. 111.

<sup>235</sup> PLATÃO. *Op. Cit.* p. 157.

*Sócrates- É necessário convir em que nos indivíduos se encontram os mesmos afetos e costumes do Estado<sup>236</sup>.*

Assim, o Estado justo pressupõe homens preparados, cada qual para a sua função, através da educação para conduzir a vida pública.

O governante é o guardião do Estado e como inicialmente receberá a mesma educação, entre os melhores guerreiros, o governante será escolhido. Serão suas qualidades: ser bem nascido, ter boa índole, sagacidade, vitalidade, força, bondade, justiça e temperança. Deve ser forte e rude com o inimigo, mas brando e doce com seus súditos e ter disposição para o saber, amor pela sabedoria, ou seja, deve ser filósofo. Deverá ser educado na ginástica, para a formação do corpo e na música para bem formar a alma. Submeterá a razão ao domínio das paixões. Aritmética, Geometria, Astronomia e dialética eleva a alma do sensível para o inteligível - e posteriormente ao Bem, essência imutável - caminho obrigatória do filósofo.

*Sócrates- Como e com a ajuda de que ciências e exercícios se tornam os homens capazes de guardar e manter a constituição de um Estado, e em que idade deverão aplicar-se a casa estudo<sup>237</sup>.*

Segundo Jaeger<sup>238</sup>, o governante-filósofo constitui a meta suprema da *paidéia* platônica. É por meio dela que o Estado ideal, supondo-se ser possível, poderá ser realizado.

Esclarecedora dessa concepção é o a *Alegoria ou Mito da Caverna* presente no livro VII da obra *A República*<sup>239</sup>. A história inicia-se com muro alto separando o mundo externo e uma caverna, onde existe uma fresta por onde passa um feixe de luz exterior. No seu interior permanecem seres humanos, que nasceram e cresceram ali, que ficam de costas para a entrada, acorrentados, sem poder locomover-se, forçados a olhar somente a parede do fundo onde são

---

<sup>236</sup> Ibidem, p. 158.

<sup>237</sup> Ibidem, p. 248.

<sup>238</sup> JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

<sup>239</sup> PLATÃO. *Op. Cit.* pp. 263-266.



projetadas sombras de outros homens que, além do muro, mantêm acesa uma fogueira. Os prisioneiros julgam que essas sombras eram a realidade.

Um dos prisioneiros decide abandonar essa condição e fabrica um instrumento com o qual quebra os grilhões. Aos poucos vai se movendo e avança na direção do muro e o escala. Com dificuldade enfrenta os obstáculos que encontra e sai da caverna, descobrindo não apenas que as sombras eram feitas por homens como eles mas todo o mundo e a natureza<sup>240</sup>. Aos poucos o prisioneiro dá início a passagem do mundo sensível, mundo dos sentidos, das formas, do que é passageiro e efêmero, onde reina a *doxa* (opinião), ao mundo inteligível, mundo das essências, do que imutável e eterno, o mundo da *episteme* (conhecimento). Poderíamos afirmar que a passagem do mundo inteligível ao mundo sensível, realizada pelo filósofo, seria dada através da educação.

A partir dessa reflexão, podemos dizer que para a filosofia platônica uma boa educação, garante um bom governante, e o seu contrário também é verdadeiro, ou seja, uma educação baseada em vícios gera um governante vicioso, dominado pelas paixões, pela parte não racional da alma, ou se quisermos ir mais além: um tirano.

*Sócrates- Vigiem, pois, e acautelemo-nos para que nossos guerreiros não façam outro tanto a seus concidadãos, tanto mais quando tenham as armas na mão: que, de protetores e defensores dos cidadãos, se não lhes convertam em tiranos e déspotas.*

*Glauco – É essencial prevenir esta desordem.*

---

<sup>240</sup> A caverna seria um símbolo para representar o mundo sensível, o mundo onde vivemos. As sombras refletidas no fundo da parede seriam as coisas que percebemos através de nosso sentido, os prisioneiros tomariam essas sombras pelos objetos reais. Os grilhões os impediriam de perceber as coisas como elas realmente são. Os seres humanos que habitam a caverna não suportam acreditar que tudo que conhecem não passa de sombras, portanto matam aquele que vislumbrou a verdade. Essa é a mesma atitude que a cidade tem com o filósofo, como visto no julgamento de Sócrates.

*Sócrates- Mas, para preveni-la, não seria a boa educação o melhor recurso<sup>241</sup>?*

*Sócrates- A prudência reina em nosso Estado porque aí reina o bom conselho, não te parece<sup>242</sup>?*

Serão herdeiros dessa tradição platônica, os teóricos dos espelhos de príncipes, pois partem da crença de que a educação modela o caráter do governante, retomam o pressuposto de que uma correta educação e por sua vez um bom conselho pedagógico está diretamente ligado a um bom conselho político<sup>243</sup>.

Um outro fator que corrobora a importância da educação na vida política, é a defesa de um conjunto de disciplinas, como gramática, retórica, história e filosofia, as chamadas *studia humanitatis*, que desenvolverão as virtudes necessárias para o ofício real.

Um dos livros que trata da necessidade de se juntar um conhecimento das armas com as letras é *O Cortesão* de Baltasar Castiglione. A convicção íntima de Castiglione é que, embora “*o ofício principal e genuíno do cortesão deva ser o das armas*”, ele também precisa distinguir-se por suas façanhas culturais, “*dominando não apenas a língua latina mas igualmente grega*”, e sendo “*bem versado*” “*naqueles estudos que denominamos as humanidades*<sup>244</sup>”.

Assim como os princípios que inspiram o pensamento político de Platão têm sido retomados muitas vezes, os ideais que ele postula estão presentes no pensamento político de Osório.

É com base na pedagogia platônica que nos apoiaremos para responder a questão: Como Osório propõe educar D. Sebastião? Osório responde através da sua disciplina real e para chegar a isso, propõe observar a educação passada, ministrada aos reis, para chegar a uma ciência da

---

<sup>241</sup> PLATÃO. *Op. Cit.* p. 248.

<sup>242</sup> *Ibidem*, p. 147.

<sup>243</sup> SKINNER, Quentin. *Op. Cit.* pp. 142-143.

<sup>244</sup> SKINNER, Quentin. *Op. Cit.* p. 143. APUD CASTIGLIONE, Baltasar. *O Cortesão*. pp. 32- 70.

formação real. Não devemos esquecer que a virtude se deve adquirir por três meios: pela educação, pela lei e pelo ensino.

#### **IV. 4. 1 Educação na Infância**

A educação do Rei durante a infância deve ser baseada no prazer. Osório usa a metáfora dos doutores: assim como eles adoçam a boca das crianças com bolo doce, assim os Príncipes Reais devem “*atrair-se ao gozo da dignidade, para, pouco a pouco e com maior facilidade, se educarem na sua missão*”<sup>245</sup>.

Será brincando que o futuro Rei, quando criança, aprenderá a ser justo, liberal, comedido e virtuoso. Em relação ao ensino das letras na infância, Osório pede para não fazer o Rei interpretar muitos autores na infância, apenas alguns extremamente selecionados. O príncipe deve colher ensinamentos úteis para a régia função que ele terá que desempenhar.

Não é recomendado estudar gramática todo o tempo, pois deverá dedicar-se também a outras artes. Entre os historiadores deve estudar César, Salústio ou Lívio, Cícero, Vergílio e Horácio. O infante também deve conhecer os poetas.

Em confluência com essa visão, citamos abaixo um trecho do diálogo entre Sócrates e Glauco, onde expressa-se a concepção platônica da infância, que consiste no aprendizado da aritmética, da geometria e outras disciplinas que dão base a dialética. Entretanto todos esses estudos devem ser realizados sem violência ou pressão, já que tal método reduziria o infante a um escravo. É interessante observar que Platão admite até que a prática de exercícios físicos seja feita de maneira não natural, ou seja, que o infante seja forçado a fazê-la, entretanto no que concerne às disciplinas teóricas, que dizem respeito à alma e não ao corpo, tais métodos não

---

<sup>245</sup> OSÓRIO, Jerónimo. *Op. Cit.* 1944, p.289.

devem ser aplicados, já que o seu aprendizado de tão leve e prazeroso se assemelhará a uma brincadeira.

*Sócrates- Iniciemo-la, pois, desde a mais tenra idade, no estudo da aritmética, da geometria e das outras ciências que servem de base à dialética; mas desterremos desse ensino tudo quanto de leve lembre pressão e violência.*

*Glauco – Por que razão?*

*Sócrates- Porque nenhum homem deve aprender coisa alguma como escravo. Que os exercícios corporais sejam voluntários ou forçados, nenhum detrimento padece por isso o corpo: mas as lições que penetram na alma à força, depressa aí se apagam<sup>246</sup>.*

*Sócrates- Nada de violências, pois, meu amigo, nas lições que deres. Ao contrário, que os meninos aprendam como brincando, para que melhor possa apreciar o talento de cada um<sup>247</sup>.*

Em relação às histórias contadas ao infante, Osório fundamenta seu pensamento na seguinte premissa: ficam gravadas na memória do Príncipe as imagens que ele recebeu quando criança. Nessa fase, se ele for acostumado a pronunciar palavras obscenas, necessariamente praticará obscenidades.

Por esse motivo para Platão as histórias contadas aos jovens, futuros governantes da cidade, devem exaltar somente atos que revelam benevolência e grandeza de alma dos heróis. Ou seja, as histórias contadas não devem revelar o caráter imperfeito dos deuses e Reis, pois isso poderá influenciar sua personalidade.

*Sócrates- Não se poderia cantar a seus ouvidos que os presentes persuadem aos deus e aos reis. Nem se aprovaria como sábio o conselho que a Aquiles deu*

---

<sup>246</sup> PLATÃO. *Op. Cit.* p. 292.

<sup>247</sup> *Ibidem*, p. 293.

*Fênix seu aio, no sentido de levar socorro aos gregos, se estes lhe dessem presentes, de lhes guardar ressentimento em caso contrário*<sup>248</sup>.

*Sócrates- Todas essas razões nos compelem a pôr termo às ficções deste jaez, pelo temor de que induzam os jovens à prática leviana dos maiores delitos*<sup>249</sup>.

O príncipe deve amar seus pais e não ofendê-los, igualmente o seu mestre e aio. Deve também honrar os anciãos, veneráveis pela sua autoridade e prudência. Osório cita Xenofonte que escreveu sobre o respeito aos mais velhos. Platão nos apresenta similares recomendações quanto ao comportamento e respeito do guardião da cidade, em relação aos mais velhos.

*Sócrates- Por exemplo: a de se calarem os moços em presença dos velhos; levantarem-se quando entram; cederem-lhe em toda a parte os melhores lugares; os que dizem com o respeito devido aos pais (...)*<sup>250</sup>.

#### **IV. 4. 2 O Corpo do Rei**

Segundo o pensamento osoriano, deve-se dar uma atenção especial ao corpo do rei, já que a sua figura e porte não devem ser desagradáveis e nem disformes. Aqui também o rei deve seguir o bom senso e a justa medida.

Se o seu corpo possuir qualquer defeito, seu nome será indigno. Tal preocupação tem como causa a gula e seu efeito: afastar o rei da preocupação de defender a república. Para corroborar seu argumento, Osório cita alguns exemplos históricos como por exemplo os etíopes e

---

<sup>248</sup> Ibidem, p. 97.

<sup>249</sup> Ibidem, p. 99.

<sup>250</sup> Ibidem, p. 143.

espartanos cujo Rei deveria exceder todos em estatura. Tais povos não aceitavam nada de disforme no corpo do Rei.

É feita uma crítica aos excessos ligados à alimentação do Rei. Assim, a virtude aristotélica é aqui recomendada: em tudo o Rei deve seguir o bom senso e a justa medida. Osório afirma que:

*(...) não estão a engordar nenhum patinho mas a criar o defensor da república. Pois o excesso nas comidas provoca indigestões, debilita as forças, obscurece o entendimento, enfraquece vontade, gera a preguiça, a inacção e o torpor e acaba por abreviar a vida<sup>251</sup>.*

*Nada há tão desagradável e que tão funesto seja como ter um soberano que passe o tempo todo a dar arrotos, a bocejar, a ter náusea e a cair de sono e preguiça<sup>252</sup>.*

Dessa forma, a gula desvia o Rei da preocupação de salvar a república, pois este prefere saciar o seu apetite. A verdadeira saúde reside em uma alimentação moderada e de exercícios físicos. Os educadores do Rei não podem fazer com que o Rei só pense em festins, ou seja, não o tornem lânguido, enfermo, inactivo, preguiçoso ou disforme.

Se o Rei for educado de tal forma que não agüente nenhum esforço, não poderá suportar maiores trabalhos. Por isso o Rei não deve ser delicado.

*(...) não devem efeminar o Rei com exageradas carícias, mas, sim, educá-lo de maneira a suportar todos os trabalhos<sup>253</sup>.*

O corpo do Rei deve fortalecer-se com a corrida, salto e luta, adestrando-se nas armas e caçando. Tudo deve ser praticado com moderação.

---

<sup>251</sup> OSÓRIO, Jerónimo. *Op. Cit.* 1944, p. 279.

<sup>252</sup> *Ibidem*, pp. 279-280.

<sup>253</sup> *Ibidem*, p. 284.

*Mas, deve tomar-se cuidado com o Príncipe- como acauteladamente dizia M.- não se torne demasiado duro com o exercício exagerado da caça, nem demasiadamente agreste e rude com o nímio contacto com a selva*<sup>254</sup>.

Também encontramos a preocupação com a alimentação e conseqüentemente com o corpo<sup>255</sup> do governante em Platão. Pois, para este, depois da música, a ginástica seria a segunda disciplina a ser ensinada aos jovens. Também encontramos uma preocupação com a alimentação dos guerreiros da *polis*, que não deve ser igual a dos atletas comuns, pois “ *este regime dá margem demasiada ao sono e expõe a saúde de muito sacidentes. Não vêes que os profissionais desse ofício passam a vida a dormir e que, por pouco que se afastem do regime prescrito, caem doentes de perigosas enfermidades?*”<sup>256</sup>.

Aos primeiros cabem “ (...) *estarem alertas como cães, ter vista aguda e ouvido fino, mudar por vezes de comida e bebida nas fases da guerra, expo-se ao frio e ao sol ardente, ter enfim saúde à prova de todas as fadigas*”<sup>257</sup>. Para cumprir de maneira virtuosa sua função, Platão- citando Homero e a Guerra de Tróia- recomenda uma alimentação baseada em assados, “ (...) *coisa cômoda para a gente de guerra, a quem, numa palavra, é mais fácil assar diretamente ao fogo o alimento, que levar consigo instrumentos de cozinha*”<sup>258</sup>.

È interessante confrontar a concepção de Osório, herdeira da filosofia platônica, em relação ao corpo do rei, com as idéias presentes no livro *Os Dois Corpos do Rei* de Kantorowicz.

O ponto de partida desse autor são as cortes da Europa, em especial, a inglesa, onde buscará a imagem do rei, dividida entre a sua existência pública e a pessoal, e perpetuada através

---

<sup>254</sup> Ibidem, p. 317.

<sup>255</sup> Segundo a filosofia platônica, e seu dualismo corpo e alma, o corpo por mais bem constituído que seja não assegura uma alma virtuosa. A relação é inversa, ou seja, a alma quando virtuosa garante a formação de corpo perfeito.

<sup>256</sup> Ibidem, p. 115.

<sup>257</sup> Ibidem, p. 116.

<sup>258</sup> Ibidem, p. 116.

dos embates jurídicos, filosóficos e religiosos. O primeiro corpo do rei aparece enquanto seu corpo natural, sustentado nas efemeridades humanas, calcado nos defeitos, infantilidades e apelos naturais ao homem.

O segundo, o corpo político, supera o primeiro no sentido em que é ele possuidor do poder da verdade, da decisão, da legitimidade, o que o torna necessariamente superior às instâncias naturais que, de certa forma, fazem dos homens de natureza igual.

*Pois o Rei tem em si dois corpos, a saber, um corpo natural e um Corpo político. Seu Corpo natural (se considerado em si mesmo) é um Corpo mortal, sujeito a todas as Enfermidades que ocorrem por Natureza ou Acidente, à Imbecilidade da Infância ou da Velhice e a Defeitos similares que ocorrem aos Corpos naturais das outras Pessoas. Mas seu Corpo político é um Corpo que não pode ser visto ou tocado, composto de Política e Governo, e constituído para a Condução do Povo e a Administração do bem-estar público, e esse Corpo é extremamente vazio de Infância e Velhice e de outros Defeitos e Imbecilidades naturais, a que o Corpo natural está sujeito, e, devido a esta Causa, o que o Rei faz em seu Corpo político não pode ser invalidado ou frustrado por qualquer Incapacidade em seu Corpo natural<sup>259</sup>.*

Tais afirmações vêm de encontro a concepção osoriana da importância do corpo do Rei - tributário da concepção platônica. Para o humanista, o corpo do rei não tem um caráter sobrenatural. O ofício do rei é divino, mas o seu corpo não. Logo, o corpo do Rei é humano, tanto que deve ser disciplinado, deve ter uma educação baseada em disciplinas. Fala-se da educação do corpo, por que ele ficará virtuoso, distribuirá a justiça corretamente. Estabelece-se, portanto, uma relação entre o bom governo do rei e a sua preocupação com o corpo.

#### **IV. 4. 3 Disciplinas Régias**

---

<sup>259</sup> KANTOROWICZ, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei – Um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 21.



Para Osório, nada é melhor do que o estudo das boas artes para tornar o rei comedido, pois estas “*aguçam o engenho, dão ao espírito a noção da verdade, indicando-lhe claramente o caminho para a contemplação da honestidade. Na verdade, contêm em si o decôro, a elegância, toda a razão de ordem, de medida e conveniência, toda a dignidade que consiste, unicamente, em determinada medida de perfeições*”<sup>260</sup> “.

A importância da música na educação real, é atestada, pois eleva o espírito do Rei, o torna humano e o faz entender o valor das leis e da prudência. Deve-se adotar a lei de Sólon: letras, luta e música, sendo que não é necessário dedicar-se excessivamente a nenhuma delas.

Em Platão, a música, componente imprescindível na educação moral do guardião da cidade, lhe trará temperança, coragem, generosidade e outras virtudes.

*Sócrates- Logo, quando um homem, dano-se inteiramente à música, e especialmente a estas harmonias doces, brandas e quérulas, dela se deixa penetrar e a faz coar-se-lha na alma através do ouvido, e passa toda a vida distraído e como que arrebatada pelo beleza do canto, não é certo que o primeiro efeito da música é debilitar-lhe a energia, quase como se abranda o ferro ao fogo, tornando maleável a dureza que antes o fazia inútil ou áspera e intratável? Mas, se continua por muito tempo entregue ao seu entusiasmo, esse mesmo valor pouco a pouco se entibia e desfalece até extinguir-se: enerva-lhe a alma e, daí por diante, não passa de guerreiro desalentado e covarde.*<sup>261</sup>

Através da aritmética, o príncipe osoriano será atento, defensor e administrador da república. Não será digno da função real quem não souber fazer contas.

*Como poderá êle contar o exército, na guerra, se não tiver noção do número?  
Com que ordem poderá acampar? Como irá dispor o exército em ordem de*

---

<sup>260</sup> OSÓRIO, Jerónimo. *Op. Cit.* 1944, p. 330.

<sup>261</sup> *Ibidem*, pp. 124-125.

*batalha, segundo o número de soldados, quem não souber fazer contas? E, depois, como há-de distribuir recompensas, segundo o mérito de cada um?*<sup>262</sup>.

*(...) como irá lançar impostos, em tempo de paz, quem desconhecer, por completo, a maneira de contar?*<sup>263</sup>.

Se a aritmética não participar no conjunto de virtudes principescas, lhe faltarão: prudência, justiça e liberdade. O valor da aritmética consiste em: “ (...) *para obter tal analogia com a divindade, requiere-se, geralmente, que o espírito se desprenda dos sentidos e se aparte dos hábitos corpóreos, para poder observar directamente a harmonia e a beleza das coisas que não sofrem qualquer alteração no dobrar dos tempos*<sup>264</sup>”.

Para Platão a aritmética e por sua vez a matemática, ou ciência do número e do cálculo, é universal, sendo que todas as artes, as indústrias e as ciências fazem uso dela e é a primeira a se aprender, sendo necessária aos guerreiros. É ela que eleva a alma à pura inteligência e dirige-a à contemplação do que é eterno.

*Sócrates- Não diremos que a ciência dos números e do cálculo é necessária ao guerreiro?*

*Glauco- Absolutamente necessária, se quiser entender algo sobre a disposição de um exercito ou, para melhor dizer, se quiser ser homem*<sup>265</sup>.

*Sócrates- Seria conveniente, pois, amigo Glauco, estabelecermos por lei que os que se destinam a ocupar os primeiros cargos se apliquem à ciência do cálculo e a entendam, não superficialmente, mas até que se elevem pela mais pura luz do espírito à contemplação da essência dos números; não para que lhes sirva, como aos comerciantes e mercadores, às compras e vendas, mas para as*

---

<sup>262</sup> Ibidem, p. 333.

<sup>263</sup> Ibidem, p. 333.

<sup>264</sup> Ibidem, p. 337.

<sup>265</sup> PLATÃO. *Op. Cit.* p. 274.

*aplicarem aos usos da guerra e prover a alma de meios para se alçar da esfera das coisas perecíveis à verdade e ao ser<sup>266</sup>.*

Igualmente a geometria tem vantagens iguais às da matemática. São elas: para vida ordinária, para o conhecimento da natureza e para a manutenção da justiça. Sem a geometria não é possível demarcar terrenos, assentar acampamentos, edificar cidades, levantar cidadelas nem estabelecer ações judiciais. É ela que dá a noção de medida e de justiça. Se o príncipe não aprender tal disciplina, não saberá manter a concórdia na República.

Platão também nos mostra a utilidade no estudo da geometria, pois pode ser utilizada na guerra e obriga a alma a contemplar a essência das coisas, criando assim o espírito filosófico.

*Glauco- Quais são essas vantagens?*

*Sócrates- Primeiro as de que já falaste, e dizem respeito à guerra; ao depois proporciona facilidade ao estudo de outras ciências, pois vemos que a este respeito há vasta diferença entre o que é versado em geometria e o que não é<sup>267</sup>.*

O Rei também deve estudar astronomia, “a tão elevada ciência que contempla os astros” pois, ao contemplar o céu, sua vasta imensidão, seu esplendoroso brilho, a beleza de suas formas, sua constância e estabilidade, tornará sua inteligência mais nobre.

*(...) quem meditar nas coisas celestes brilhará também, depois, com o esplendor da virtude celestial<sup>268</sup>.*

Além disso, ao se contemplar o céu se conhece a natureza de Deus e se verifica que todas as coisas criadas por ele foram para a nossa utilidade. A astronomia é a disciplina que melhor se

---

<sup>266</sup> Ibidem, p. 277-278.

<sup>267</sup> Ibidem, pág. 280.

<sup>268</sup> OSÓRIO, Jerónimo. *Op. Cit.* 1944, p. 341.

adapta à grandeza da função real, pois eleva o espírito, tornando o príncipe moderado, constante, piedoso, benevolente e com o espírito mais esclarecido.

*(...) o estudo do firmamento, além de nos elevar o espírito, de nos tornar moderados, constantes, piedosos e benevolentes, encanta os espíritos mais esclarecidos com uma satisfação extraordinária*<sup>269</sup>.

Segundo a filosofia platônica, pode-se usar a astronomia para se ter conhecimento das estações, dos meses e do ano. Tal ciência é definida como a que estuda os sólidos postos em movimento, permitindo a contemplação das coisas celestes.

*Sócrates – Poremos em terceiro lugar a astronomia? Que dizes?*

*Glauco- Parece-me que sim, tanto mais quanto é necessário ao guerreiro, como ao lavrador e ao político, ter conhecimento das estações, dos meses e dos anos*<sup>270</sup>.

O próximo movimento de Osório é apresentar a dialética e incluí-la dentre as disciplinas importantes para a educação régia. Todas as artes ou ciências que distinguem a verdade aparente da verdade em si mesma são úteis ao Rei.

A dialética tem por objetivo manifestar as fraudes e falácias dos argumentos, demonstrar a verdade fundamentando-a em argumentos sólidos. Deve ainda descobrir as ciladas dos sofistas. Há pessoas que ao cultivarem esta arte abusam dela, utilizando-a de maneira imprudente. Assim, a arte em si, não é viciosa, mas sim aqueles que agem contra seus próprios ensinamentos<sup>271</sup>. A função da dialética é :

---

<sup>269</sup> Ibidem, p. 342.

<sup>270</sup> PLATÃO. *Op. Cit.* p. 281.

<sup>271</sup> È interessante observar que Sócrates desenvolveu a dialética, já presente entre os sofistas, como um caminho para a razão poder obter o verdadeiro conhecimento para além das aparências.

*(...) iluminar as coisas obscuras, dispor e ordenar tudo quanto seja confuso, reprimir a vaidade e a mentira, fundamentar a verdade em firmíssimos alicerces e confirmar, com válidos argumentos, as opiniões acertadas* <sup>272</sup>.

É próprio do Rei perseguir a mentira e defender a verdade, por isso é importante que ele estude a dialética. Ao ensinar dialética e retórica ao Príncipe o mestre deve ser prudente. O mestre deve evitar algumas coisas, deve evitar discussões absurdas de sofistas. Pois, nas palavras do Rei não deverá haver mentira, astúcia ou falácia.

*Aprenda, pois, unicamente a falar com correção, pureza, com elegância e clareza; deverá ser grandiloqüente, sensato em suas opiniões, conciso nas suas expressões, e não prolixo nem palavroso nem licencioso, no artifício do seu estilo. Excitará os ociosos, consolará os aflitos, estimulará os pusilânimes, revigorará os atentos, premiará os bons, fará ver aos iníquos os perigos em que incorrem, enfim: fará com que todos, no que por si possa fazer, obedeçam à lei* <sup>273</sup>.

Osório cita os Reis que se ocuparam da retórica: Filipe, rei da Macedônia (se ocupou da eloqüência); Alexandre (seu filho); Muitos sucessores deste tornaram-se célebres como oradores; Atenas, Esparta, Tebas, Cartago; Roma. Generais que admiravelmente falavam: Cláudios, os Lélios, os Cipriões, os Galbas, os Catões; Júlio César; Octaviano; Tibério (pág. 359); Os “tiranos” (nas palavras de Osório, “homens iníquos) também cultivaram a retórica: Calígula, Nero, Domiciano; Tiranos gregos. Na filosofia platônica a dialética garante a contemplação da essência verdadeira das coisas, chegando a essência do Bem <sup>274</sup>.

---

<sup>272</sup> OSÓRIO, Jerónimo. Op. Cit. 1944, pp. 347-348.

<sup>273</sup> Ibidem, p.356.

<sup>274</sup> É importante salientar que a subida para fora da caverna, nos referimos aqui novamente ao Mito da Caverna, representa o exercício da razão que critica as falsas imagens da realidade. Portanto, a filosofia assume o papel do exercício crítico da razão, Platão chama esse exercício de dialética, ou seja, são as perguntas e respostas que criticam as falsas opiniões e visam a verdade.

*Sócrates- (...) quem se aplica à dialéctica, abstendo-se em absoluto do uso dos sentidos, se eleva só pela razão à essência das coisas, e, se persiste em suas investigações até alcançar com o pensamento e essência do bem, chega ao termo da ordem inteligível, como quem vê o sol chegar ao termo da ordem visível<sup>275</sup>.*

A dialética também é definida como a ciência que torna os reis aptos a interrogar e responder o mais sabiamente possível.

*Sócrates- O erro que hoje se comete e de que resulta o grande descrédito da filosofia é, como já dissemos, que não se tem o merecido respeito para com esta ciência, permitindo que a cultivem espíritos falsos e bastardos, quando só as almas nobres sabem cultivá-lo dignamente.<sup>276</sup>*

*Sócrates- Não é já excelente precaução a que consiste em impedi-los, quando ainda muito jovens, de estudar a dialética? Não ignoras, decerto, que os moços, logo depois de recebidas as primeiras lições de dialética, dela se servem como passatempo e com ela se divertem em jogo de incessantes contradições. E, a exemplo dos que antes os confundiram nas discussões, procuram por sua vez confundir os outros, comprazendo-se, à maneira de cães novos, em dilacerar com raciocínios os que deles se acercam.*

*Sócrates- após tantas disputas, de que ora saem vencedores, ora vencidos, acabam por não crêr em coisa alguma daquilo em que antes criam, desacreditando-se aos olhos dos outros e envolvendo no seu descrédito toda a filosofia.<sup>277</sup>*

Uma outra habilidade ligada a dialética é a arte de bem falar. “ *Ora a dialéctica diz-nos onde devemos ir buscar argumentos, como havemos de tirar conclusões, de que maneira devemos expor os exemplos; numa palavra: sem o auxilio da dialéctica todo o discurso é, por via*

---

<sup>275</sup> PLATÃO. *Op. Cit.*, p. 287.

<sup>276</sup> *Ibidem*, p. 291.

<sup>277</sup> *Ibidem*, p. 296.

*de regra, enfadonho, oco, sem energia nem calor. E não pode admitir-se que o Rei não saiba falar; há-de ser invulgarmente eloqüente*<sup>278</sup>”.

Como o Rei não poderá fazer tudo, muitas coisas ele mandará os outros fazer, não utilizando a sua autoridade ou impondo sua vontade, mas sim dando ordens, utilizando palavras hábeis. É interessante observar que o rei dá ordens não a escravos mas a homens livres e estes últimos obedecem à medida que são convencidos da utilidade que determinado ato trará a todos. Outra função que concorre para a sua autoridade é a eloqüência.

*Com efeito, não é só na guerra que o Rei há-de exortar os soldados com inflamados discursos; também, na paz, se hão-de incitar os cidadãos, com freqüência, ao cumprimento da lei e se hão-de unir todos com o elo forte da concórdia social*<sup>279</sup>.

Como são deveres do Rei: evitar os assaltos do inimigo e proteger, com justiça, a república, ele necessitará da ajuda de muitos, e deve incitá-los com eloqüência e o vigor das palavras. Osório explica que:

*(...) muito mais prontos são os homens em executar o que deliberadamente empreendem do que em praticar actos a que os obrigue a força ou o temor*<sup>280</sup>.

Osório explica que não se procura ter um Rei tão eloqüente como Cícero, mas que o seja quanto baste. Em sua avaliação, apesar da retórica ser muito importante, ela caiu em desuso pois foram cometidos desregramentos, luxo e ociosidade. O dom da eloqüência não se adquire sem trabalho e aplicação. Aos aduladores também cabe uma parcela de culpa, já que estes afastaram os Príncipes do trato com o povo e o levaram a crer que deveriam impor pela força do mando e não deveriam implorar ao povo com discursos.

---

<sup>278</sup> OSÓRIO, Jerónimo. *Op. Cit.*, 1944, p. 348.

<sup>279</sup> *Ibidem*, p. 351.

<sup>280</sup> *Ibidem*, p. 351.

A dialética e a eloquência aguçam o engenho e levam a moderação. Quem se aplicar nos seu estudo não deixará ser levado por enganos ou lances temerários. Entretanto, há uma relação com os adulares:

*Mas o argumento de maior peso que me permite afirmar que tais ciências hão-de trazer a salvação e a dignidade aos Reis, está exactamente no facto de tão odiosa e afincadamente as atacarem os malvados, os pervertidos. Uma vez que é pernicioso, para toda a nação, o que eles têm como louvável, assim logicamente entendemos ser eminentemente vantajoso para a república o que eles vituperam<sup>281</sup>.*

Diferentemente dos outros dois personagens do diálogo, Távora<sup>282</sup> e Meneses<sup>283</sup>, Osório defende o estudo da filosofia pelo Rei. Segundo o autor, a formação intelectual do príncipe é inseparável de sua educação religiosa. O ideal de sabedoria é atingido pelo estudo da filosofia, conhecimento que abarca todos os ramos do saber e prepara o príncipe para o difícil e diversificado ofício do rei.

*(...) ninguém pode duvidar [201] de que aquele príncipe que quiser brilhar com a glória de uma superior reputação e aspirar aos louvores dos homens mais*

---

<sup>281</sup> Ibidem, p. 362.

<sup>282</sup> Távora defende um príncipe que não se dedica ao estudo da filosofia, pois esta é funesta aos Reis; embota a sensibilidade e obscurece o entendimento; leva à inação; se o Rei se deter no estudo da filosofia se vai por terra a salvação do povo; os filósofos afastam-se dos sentimentos, das convicções, dos costumes, das leis e instituições de toda a coletividade; seria um absurdo entregar a educação do Rei aos filósofos; não se deve embotar o Rei com noções abstrusas, mas sim incitar à confiança, à justiça, à liberdade; deve ser ensinado a ser tolerante e clemente, deve observar os exemplos de varões ilustres, pois os Reis portugueses não ficaram devendo nada às letras, a que nunca estudaram, mas sim à virtude, às armas, em que cuidadosamente se exercitaram. Não governaram a república com as argúcias dos filósofos, mas com ótimas leis e admiráveis instituições; nem se tornaram ilustres por serem eloquentes, mas por terem praticado feitos notáveis.

<sup>283</sup> Segundo Menezes o Rei deve sim filosofar, mas não em demasia. Segundo esse personagem do diálogo, não foram poucos os Príncipes que se dedicaram a filosofia e que se tornaram notáveis e célebres; a filosofia ensina a todos, procurando vencer e submeter todos às leis, às instituições e aos pactos estabelecidos; a filosofia é das coisas que com maior moderação devem ministra-se aos Príncipes. Existe uma disciplina que torna o Rei mais perfeito: a medida e a temperança.



*eminentes que se immortalizaram graças a monumentos egrégios, deve ataviar-se e instruir-se com as letras, a filosofia, e todas as artes mais elevadas*<sup>284</sup>.

Para Platão, os filósofos são os mais aptos a governar uma cidade, pois amam a verdade, a justiça, a fortaleza e a temperança. Possuem horror ao que é falso, não defendem a mentira, conhecem a essência das coisas, devendo ser assim ser os guardiões da *polis*. Nesse sentido, o traço que distingue o filósofo é amar toda a ciência que lhe pode desvendar a essência das coisas, eterna e imutável. Em uma determinada passagem da *A República*, Adimanto pergunta à Sócrates, como os filósofos devem governar a cidade, se eles são inúteis à sociedade. Aqui aparece o argumento da utilidade/inutilidade da filosofia também abordado por Osório.

As maiores e mais fortes acusações que a filosofia sofre são daqueles que se dizem ser filósofos, mas não o são. Os inimigos dos filósofos quando os acusam de inúteis têm em mente esses falsos filósofos. São qualidades dos filósofos: a fortaleza, a magnanimidade, a agudeza de engenho, a memória e a temperança.

*Sócrates- Ao menos que os filósofos sejam reis ou que os que hoje em dia se chama reis e soberanos sejam verdadeira e seriamente filósofos, de sorte que a autoridade política e a filosofia política juntas se encontrem no mesmo indivíduo, ao mesmo passo se excluam do governo quantos atualmente aspiram a uma das duas vocações com exclusão da outra; fora disto meu caro Glauco, não há remédio para os males que afligem e arruinam os Estados e o próprio gênero humano, nem jamais aparecerá na terra e virá à luz do Sol o Estado perfeito, cujo plano esboçamos*<sup>285</sup>.

---

<sup>284</sup> OSÓRIO, Jerônimo. *Op. Cit.* 2005, p. 288.

<sup>285</sup> PLATÃO. *Op. Cit.* 2000, p. 210.

## Conclusão

*Sócrates- Um bom sistema de educação e instrução, conservado no que tem de excelente, forma indivíduos de belo e natural e estes, por sua vez, graças à educação recebida, se tornam melhores que os que os precederam (...)*<sup>286</sup>.

*Ocupamo-nos, sim, da educação e da missão do Rei. Portanto, é opinião minha que devem ensinar-se ao futuro Rei tais disciplinas, e da maneira que acabo de dizer*<sup>287</sup>.

Na segunda metade do século XVI, mais precisamente em 1554, nasce em Portugal Dom Sebastião, décimo sexto Rei da Dinastia de Avis. Em virtude de ser um herdeiro tão esperado ficou conhecido como *O Desejado*; *O Encoberto* ou *O Adormecido* - devido à lenda que se refere ao seu regresso numa manhã de nevoeiro, para salvar a Nação<sup>288</sup>. Inicia-se assim, um dos reinados mais conturbados e estudados da historiografia portuguesa. As circunstâncias do nascimento de D. Sebastião, os problemas de sua educação e casamento, a sua ação governativa e a batalha de Alcácer Quibir, têm contribuído para a produção de um significativo material acadêmico.<sup>289</sup>

No plano econômico e social, em meados do século XVI, Portugal possuía um vasto império colonial que se estendia do Oriente, passando pela África, até o Brasil. Todavia, em meados deste mesmo século, tal império dava sinais de crise. Podemos citar como fatores de desencadeamento dessa conjuntura: as despesas, provenientes da manutenção das frotas e

---

<sup>286</sup> Ibidem, p. 141.

<sup>287</sup> OSÓRIO, Jerónimo. *Op. Cit.* 1944. p. 345.

<sup>288</sup> *Esperando décadas antes de nascer, como bem demonstram as Trovas de Bandarra, o sucessor de D. João III tornar-se-ia ainda o Desejado rei português, antes de encarnar a triste e misteriosa saga do Encoberto. Herdeiro de um trono que vivia a angústia de uma quase inevitável união com Castela, seria o depositário de todas as esperanças de retomada do ímpeto desbravador e guerreiro que caracterizava a história do povo português, desde pelo menos o início do século XV.* . HERMAN, Jacqueline. *Op. Cit.* p. 73.

<sup>289</sup> LOUREIRO, Francisco Sales. *Op. Cit.* p. 7.

fortalezas e do pagamento de salário, eram superiores as receitas, gerando assim um déficit; os rendimentos obtidos, oriundos do comércio colonial, eram gastos na compra de propriedades e artigos de luxo, preterindo assim os investimentos na produção artesanal e na agricultura; e por fim a falta de capitais que fez com que os monarcas portugueses passassem a ser devedores de banqueiros estrangeiros, a juros elevados. Em função desses sinais de esgotamento, os portugueses abandonaram algumas praças menos lucrativas, no Oriente e no Norte da África. Podemos citar, dentro desse quadro conjuntural, a miséria e pobreza elevadas, e desorganização nas funções reais.

A tentativa de restabelecer o domínio português no Norte da África marcará o reinado do D. Sebastião. O Rei fará duas expedições: uma em 1574, com fins meramente diplomáticos, e a outra em 1578, onde os portugueses foram vencidos e há a morte de D. Sebastião e cerca de 7.000 homens do exército português.

Osório, em suas epístolas ao Rei, chama atenção para algumas questões concernentes a Guerra como por exemplo: a crise econômica e social que Portugal vivia, a falta de capital para investir em armamento e formar um aparelhado exército, a má organização da expedição, os perigos de se ir para uma guerra sem antes se casar e sem deixar herdeiros.

Entretanto, gostaríamos de ter deixado claro que o homem é produto do seu tempo, suas idéias tem o limite do tempo em que se vive, da ideologia e mentalidade dominantes. Portanto, Osório, como acreditam alguns de seus pesquisadores, não era contra a Batalha em Alcácer Quibir, pois como religioso apoiava a Guerra Santa, ou seja, a conversão dos povos árabes em cristãos. Vemos espelhado em seu pensamento uma forte crença religiosa no que diz respeito a função real.

Imerso neste ambiente conturbado, procuramos, com a presente pesquisa, direcionar nosso olhar no sentido de entender qual era o modelo ideal de príncipe no século XVI e quais eram suas heranças tanto do ponto de vista histórico como filosófico.

Através das idéias de um letrado e humanista, Jeronimo Osório, buscamos verificar como esse pensador político português enxergava algumas questões prementes do reinado de D. Sebastião- que posteriormente desembocou na aclamação em 1580 de Felipe II, já dono do trono espanhol, a rei de Portugal- e como se posicionava diante daquela realidade.

È interessante observar que esse ambiente conturbado reverberará na obra de Osório e no seu respectivo modelo de educação do príncipe. Assim, Osório não escreveu uma proposta de educação real, antes do nascimento de D. Sebastião, ou seja, ele não produziu seu pensamento distante da realidade. Pelo contrário, ao recusar ser preceptor de D. Sebastião e ausentar-se da Corte, Osório escreve a presente obra, no calor dos acontecimentos políticos, observando a educação dada pelos padres jesuítas ao Rei e todo o ambiente cortesão que o cercava.

Seria interessante observar que ao contrário de pensadores que escrevem suas obras para voltar a intervir no curso dos acontecimentos políticos, e aqui nos referimos a Maquiavel que produz sua obra *O Príncipe*, como tentativa de retornar a *Firenze*, após seu exílio em *San Casciano*, Osório escreve o seu tratado para bem educar D. Sebastião e se mantém afastado da Corte, assim produz sua obra não para voltar ao ambiente cortez, tanto que o seu afastamento só é permitido desde que ele retorne a Corte quando o Rei assim exigisse.

Podemos afirmar assim, que Osório se encontrava em conflito com a sua própria realidade. Afirmava que na Corte não havia lugar para a verdade e lealdade, uma vez que muitas vezes preferiam-se o engano e a adulação.

Logo, não esqueçamos seu inconformismo com a política de sua época, baseada segundo ele na incapacidade de se falar a verdade ao Rei e de ter coragem para se contrapor a ele quando a

ocasião, que deve visar sempre a justiça e felicidade do reino, pedisse. O incomodava - e vemos isso de maneira veemente ao longo da obra, dada a constância a qual o tema reaparece- o fato do Rei estar cercado de adutores que o afastavam de seus súditos e de homens letrados e sábios como Osório. Tais homens perniciosos se aproveitavam da pouca idade do rei, transformando virtudes em vícios reais, ceifando uma natureza virtuosa, mas que por conta da pouca idade precisava ser cultivada nas mais excelentes disciplinas.

Pensador de vasta erudição e letrado atuante no reinado de Avis, Jeronimo Osório, defensor da tradição cristã, busca no passado grego antigo os fundamentos políticos e filosóficos para propor a reabilitação da monarquia portuguesa de sua época. Não esqueçamos que Osório aos 13 anos foi para Salamanca estudar grego e latim.

Em sua obra *De Regis Institutione et Disciplina*, procurou apresentar um modelo ideal de príncipe - que poderíamos classificar como antítese do príncipe maquiaveliano, pois segundo o pensador florentino as virtudes reais não são fixas e muitas vezes, dependendo da ocasião, infringem os mandamentos cristãos, estando assim subordinadas ao momento político, sendo que seu fim ultimo é a conservação do poder- para governar a monarquia portuguesa.

O príncipe cristão de Osório deve ser defensor da religião, refrear a concupiscência, sujeitar à razão a sua ambição de glória; moderar a ira; manter o espírito bem alto, sem deixar obscurecer o entendimento; seguir os dictames da razão sem ser temerário nem insensato, ser conhecedor da filosofia, deve cuidar primeiro do seu corpo que será são e saudável e simultaneamente do seu espírito que será íntegro e decidido; sua alimentação deverá ser moderada; deve praticar exercícios físicos; para uma boa formação de carácter deve ser feita a prática da virtude e com uma honestidade disciplinada; deve possuir grandeza de ânimo, temperança, coragem e prudência, fortaleza e moderação. Conduzindo seu governo para a justiça e felicidade de todos.

Destes ensinamentos temos a figura de um Rei – herdeira dos espelhos de príncipes - que se assemelha como a um pai que conduz seus filhos, de posse da recta razão, não se deixando dominar pelas paixões e refreando a concupiscência, desprezando seus bens e expondo sua vida em risco para salvar seus súditos. Nesse sentido o Rei não é divino, haja vista que possui paixões inatas, como qualquer homem, mas o seu nome e seu ofício são divinos, o que já lhe incute elevadas responsabilidades. Assim, na terra o rei deve ser o vigário e administrador de Deus, Deus este que governa tudo o que existe no céu e na terra. Partindo do pressuposto de que Deus é bom e que tudo o que ele faz é para o desenvolvimento do gênero humano, cabe ao rei desempenhar a sua função visando à utilidade pública e nunca o proveito próprio.

Não tivemos a pretensão, com este estudo, de esgotar um assunto tão rico e que muito pode contribuir para o desvelamento do pensamento político humanista português no século XVI. Outras obras de Osório e sua larga correspondência com pessoas influentes da época em que viveu poderiam ser analisadas, a fim de explorar temas os quais o presente trabalho não contemplou, aprofundando aspectos políticos, filosóficos e históricos- no que concerne ao seu pensamento político.

Não obstante as diversas possibilidades de análise das idéias políticas de Osório e considerando os limites deste trabalho e de seus objetivos, fica a expectativa de ter contribuído, ainda que de maneira parcial, para os estudos do Pensamento Político Humanista Português e não só para a formação pessoal do pesquisador, algo que estaria em completa discordância com suas convicções políticas, traindo o seu desejo por ingressar no ambiente acadêmico e a fiel crença de que todo e qualquer trabalho científico, por si só contribui para a transformação do mundo e para a saída da caverna, do mundo das sombras, da ignorância, que nos faz tomar simulacros pela realidade efetiva das coisas, como propunha Platão.

## **Bibliografia**

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ALBUQUERQUE, Martim de. *A Sombra de Maquiavel e a Ética Tradicional Portuguesa. Ensaio de História das Idéias Políticas*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Instituto Histórico Infante Dom Henrique. Lisboa, 1974.

\_\_\_\_\_ *Estudos de Cultura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000, 3º volume.

\_\_\_\_\_ *A Sombra de Maquiavel e a Ética Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1974.

AMARAL, Sérgio Alcides. *Desavenças. Poesia, Poder e Melancolia nas Obras do Doutor Francisco de Sá de Miranda*. Tese de Doutorado, FFLCH USP, São Paulo, 2007.

AMEAL, João. *História de Portugal*. Porto: Ano Áureo, 1940.

ANDRADE, Antonio Alberto. *Antologia do Pensamento Político Português. Século XVI. 1º Volume, Período Joanino*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa- Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1965.

ANÔNIMO. *Jornada de África del Rey D. Sebastião escrita por um Homem Africano*. Amadora: Livro Aberto, 2004.

ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BARBOSA, João Morais. *A Teoria Política de Álvaro Pais no "Speculum Regum". Esboço de uma fundamentação Filosófico Jurídica*. Lisboa 1972.

BELL, Audrey F. G. *O humanista Dom Jeronimo Osório*. Com Introdução de Luiz de Almeida Braga. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933.

BIGALLI, Davide. *Senso della colpa e società umana in Osório*. In: *Potentia Dei. L'onnipotenza nel pensiero dei secoli XVI e XVII*. A cura di Guido Canziani, Yves Charles Zarka e Miguel A. Granda. Milano: Franco Angeli, 2000.

\_\_\_\_\_. *Lecture della Sovranità in Camões e Osório*. In: *L'interpretazione nei secoli XVI e XVII*. A cura di Guido Canziani e Yves Charles Zarka. Milano: Franco Angeli, 1993.

\_\_\_\_\_. *Jerónimo Osório: Tra Crisi dell'erasmismo político ed emergere della ragion di stato*. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 1993.

BIGNOTTO, Newton. *O Tirano e a Cidade*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.

BUESCU, Ana Isabel. *Imagens do Príncipe. Discurso Normativo e Representação (1525-49)*. Lisboa:



Edições Cosmos, 1996.

\_\_\_\_\_. *A Educação de Príncipes e Ninõs Generosos. Um Modelo Quinhentista Peninsular*. Revista de História das Idéias, vol. 19, 1998.

CALAFATE, Pedro. *História do Pensamento Filosófico Português*. Vol. II: Renascimento e Contra-Reforma. Lisboa: Editorial Caminho, 2001.

CASTRO, José de. *O Prior do Crato*. Lisboa: União Gráfica. 1942.

\_\_\_\_\_. *D. Sebastião e D. Henrique*. Lisboa: União Gráfica, 1942.

CASTRO, Joaquim Mendes. *D. Jeronimo Osório: Tradutor da Ilíada?* Lisboa: Instituto Nacional Científico, 1991.

COELHO, Alessandro Manduco. *Razão de Estado e Interesse no Pensamento Político de Antonio Viera*. Dissertação de mestrado, FFLCH USP, São Paulo, 2003.

CUNHA, A. G. *Dicionário Etimológico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

EARLE, Thomas F. (2004). *Obras de Eruditos Portugueses em Oxford no Renascimento: O Caso de Jeronimo Osório (Hieronymus Osorius)*. Revista Camoniana. vol. 15.

ÉVORA, André Rodrigues de. *Sentenças para a Ensinança do Príncipe D. Sebastião*. Fac-Símile do Manuscrito da Casa do Cadaval. Lisboa: Banco Pinto e & Sotto Maior, 1983.

FERNANDES, Rogério. *O Pensamento Pedagógico em Portugal*. Lisboa: ICALP, 1992. 2ª Edição.

FREIRE, Antonio. *Humanismo Cristão*. Braga: Edições APPACDM, 1994.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. In: Sinais: Raízes de um Paradigma Incendiário. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

HANSEN, João Adolfo. “*Educando príncipes no espelho*”. In: FREITAS, Marco César de, In: Freitas, Marco César de, Kuhlmann Jr., Moisés (orgs). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002

HERMAN, Jacqueline. *No Reino do Desejado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 3ª ed.

KANTOROWICZ, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei – Um estudo sobre teologia política medieval*. Companhia das Letras. São Paulo, 1998.

KUHLMANN Jr., Moisés (org.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1992.

LOPES, Marco Antonio. *Para ler os clássicos do pensamento político*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LOUREIRO, Francisco Sales. *D. Sebastião: antes e depois de Alcácer Quibir*. Lisboa: Editorial Vega, 1978.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana: Histórica, Crítica e Cronológica*. Tomo III.. Lisboa: 1933. 2ª Edição.

MAQUIAVEL. *O Príncipe e Dez Cartas*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. 3ª edição.

MARROU, Henri-Irénée. *História da educação na Antigüidade*. São Paulo: E.P.U., 1990.

MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães Editores, 1991.

MATTOSO, José. *História de Portugal*. Vol. 3: *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Jovem Rei Encantado: aspectos da construção e personificação do mito messiânico português*. Tese de Mestrado FFLCH/ USP: São Paulo, 1995.

MERÊA, Paulo. *Sobre a Origem do Poder Civil. Estudos sobre o pensamento político e jurídico dos Séculos XVI e XVII*. Coimbra: Tenacitas, 2003.

MONTEIRO Rodrigo Bentes. *O Rei no espelho. A monarquia portuguesa e a Colonização da América (1640 – 1720)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho. *O Leal Conselheiro, de Dom Duarte, e a tradição dos Espelhos de Príncipes*. Tese de Doutoramento em Literatura Portuguesa. Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas: Universidade de São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, P. Miguel de. *História da Igreja*. Lisboa: União Gráfica, 1952.

OSÓRIO, Jorge A. *O Diálogo no Humanismo Português*. Primeiro Simpósio Nacional. Lisboa: Academia das Ciências, 1988.

PICCHIO, Lucia Stegagno. *Il Portogallo. Dalle origini al Seicento*. Via Chiantigiana 62, Firenze-Antella. Passigli Editori, 2001.

PINHO, Sebastião Tavares de. *Epistolografia e Humanismo em D. Jerónimo Osório*. In: Humanismo Português 1500-1600. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1988.

\_\_\_\_\_. *Jerónimo Osório e a crise sucessória de 1580: em torno da Defensio sui nominis, da Carta Notable e de outros documentos afins*. In: Humanismo Português na Época dos Descobrimentos. Coimbra: Congresso Internacional, 1991.

PINHEIRO, D. Antonio. *Summario da Pregaçam Fúnebre e Transladaçam dos Ossos D'El Rey Dom Manuel*. Edição fac-similada, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1985.

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Edipro, 2000.

RAMALHO, Américo da Costa. *Para a História do Humanismo em Portugal*. Coimbra: Instituição Nacional de Investigação Científica, 1988.

REIS, Jaime Estevão dos. *Pensamento Político e Modelo de Príncipe nas “Empresas Políticas” de Saavedra Fajardo*. Dissertação de Mestrado, UNESP Assis, 2000.

RINESI, Eduardo. *Política e Tragédia. Hamlet entre Maquiavel e Hobbes*. Tese de Doutorado FFLCH USP, 2002.

RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Tomo Segundo: Na Corte-Além-Mar. Porto: 1938.

SEHELLART, Michael. *As artes de Governar*. São Paulo: Editora 34, 2006.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. (1495- 1580)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1970. 3ª Edição.

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SOARES, Nair Nazaré de Castro. *O Príncipe Ideal no séc. XVI e o De Regis Institutione et Disciplina de D.. Jerónimo Osório*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1994.

TABORDA, Vergílio. *Maquiavel e AntiMaquiavel*. Coimbra: Atlântida Editora, 1939.

TAVARES, Maria José Ferro. *Sociedade e Cultura Portuguesas*. Lisboa: Universidade Aberta, 1997.

TOLEDO, César Alencar Arnaut. *Pedagogia e política nos Tratados de Nobreza Civil e Cristã de Jerônimo Osório da Fonseca*. Maringá: Acta Sci. Human Soc. Sci, 2006. Vol. 28. Nº. 1.

VALENSI, Lucette. *Fábulas da Memória: a batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

VELLOSO, Queiroz. *D. Sebastião (1554- 1578)*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1945. 3ª Edição.

VIEIRA, Ana Thereza Basilio. *O De Gloria, livro I, de Jerônimo Osório*. Tese de Doutorado em Língua e Literatura Latina. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 1999.

## **Documentos e Fontes de Pesquisa**

OSÓRIO, Jerónimo. *Da Instituição Real e sua Disciplina*. Tradução de A. Guimarães Pinto. Coleção Pensamento Português. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1944.

\_\_\_\_\_. *Vida e Feitos De El Rei D. Manuel. Vol. I*. Prefácio de Joaquim Ferreira. Porto-Livraria. Civilização Editora, 1944.

\_\_\_\_\_. *Da Nobreza Civil e Cristã*. Lisboa: INCM, 1996. Ed. preparada por A. Guimarães Pinto.

\_\_\_\_\_. *Da Ensinança e Educação do Rei*. Lisboa: INCM, 2005. Ed. preparada por A. Guimarães Pinto.

\_\_\_\_\_. *Carta a El-Rei D. Sebastião, sobre o seo Casamento em França*”. In: Caminha, Antonio Lourenço. *Ordenações da Índia do Senhor Rei D. Manoel*. Lisboa: Impressão Régia, 1807.

\_\_\_\_\_. *Carta a El Rei D. Sebastião contra o Juiz da Coroa, Jorge da Cunha*. In: Silva, Veríssimo Álvares da. *Cartas Portuguezas de D. Hieronymo Oósrio, Bispo de Silves*. Pariz: 1819.

\_\_\_\_\_. *Carta a El Rei Dom Sebastião, sobre a jornada de África*. In: Caminha, Antonio Lourenço. *Ordenações da Índia do Senhor Rei D. Manoel*. Lisboa: Impressão Régia, 1807.

\_\_\_\_\_. *Carta ao Padre Luiz Gonçalves da Câmara*. In: Silva, Veríssimo Álvares da Silva. *Cartas Portuguezas de D. Hieronymo Oósrio, Bispo de Silves*. Pariz: 1819.

\_\_\_\_\_. *Carta de Dom Jeronymo Osório para a Rainha*. In: Caminha, Antonio Lourenço. *Ordenações da Índia do Senhor Rei D. Manoel*. Lisboa: Impressão Régia, 1807.

## Referencias pela Internet

CALAFATE, Pedro. *Raízes aristotélicas e tomistas do pensamento ético-político português: séculos XIV XVI*. Disponível em: <http://coloquiolusobrasileiro.blogspot.com/2008/06/razes-aristotlicas-e-tomistas-do.html>. (acesso em: 12/12/ 2208).

SANTOS, Bento Silva. *Platonismo e Cristianismo: Irreconciliabilidade Radical ou Elementos Comuns?*. Disponível em: [www.bentosilvasantos.com/cms/download.platonismo e cristianismo: irreconciliabilidade radical ou elementos comuns?](http://www.bentosilvasantos.com/cms/download.platonismo_e_cristianismo:_irreconciliabilidade_radical_ou_elementos_comuns?) (acesso em: 30/3/ 2009).

SOUSA, Ivo Carneiro. *A Carta de Jeronimo Osório a Isabel de Inglaterra e a Reforma Católica*. Disponível em: [www.ler.letras.up/uploads/ficheiros/5434.pdf](http://www.ler.letras.up/uploads/ficheiros/5434.pdf) (acesso em: 30/3/ 2009).

TOCCO, Valeria. *La formazione culturale del sovrano daquém e dalém mar, nel Cinquecento Portoghese*. Artifara, n. 3, (luglio - dicembre 2003), sezione Addenda. Disponível em: <http://www.artifara.com/rivista3/testi/sovrano.asp> (acesso em 07/01/2007).



## ANEXOS

### ANEXO A

#### **Carta para El Rei Dom Sebastião sobre o Casamento em França de Sua Alteza**

De Villa Nova de Portimão aos 12 de Outubro de 1557 annos.

Corre fama por esta Terra, que Vossa Alteza he casado em França. Se assim he, será para gloria de Nosso Senhor, e prosperidade deste Reino, e grande nome de Vossa Alteza, o que já neste negocio não pode ser pouco illustre, porque dizem, que não casa Vossa Alteza por sua vontade, mas pelo que convem á Paz, e proveito de seus Reinos e Senhorios, no que se vê quão grande mercê nos faz a todos.

O Senhor Deos pois, nos deo Rei, que em tão pouca idade se não governa por appetites, senão por juízo de prudência singular.

Muitas diferenças assinão Filósofos entre Tyrannos e Reis, mas eu cuido que huma só basta; que he vontade e razão; porque a vontade per si sem obediência de entendimento he desconcerto de Tyrannia, e a mais certa entrada do inferno que sabemos, e a boa razão he natural e Divina: pelo que com muito fundamento, se virmos hum homem fazer milagres, e juntamente soubermos que he voluntário, podemos determinar que não he justo, nem virtuoso, e que os milagres são falsos como de Antichristo.

Pelo contrario, quando pozermos os olhos em homem affeiçoado a seu parecer proprio, e que facultamente segue a razão dos outros, quando he melhor que a sua podemos presumir, que este tal não somente governa bem a si mesmo, mas a Impérios muito grandes.

Não ha quem per si alcance tudo o que lhe convem. Por isso quis Deos, para supprimento desta falta, doar a Reis tamanhos estados para que de infinito número de homens podessem escolher

huns singulares para seu conselho, os quaes não tratassem de faltar a verdade por seus interesses, e respeitos particulares, mas tratarem verdade para o fim do bem comum.

Pelo que não são obrigados somente aos Príncipes a enfrear suas affeições, mas também a pôr a vida pelos seus.

Tudo o que digo he para se ver mais claramente quão digno de louvor foi o feito de Vossa Alteza, porque quanto mais fora esta de casar, tanto mais Real animo mostrou em resistir à sua própria vontade, e obedecer a razão, ou para melhor dizer, á Lei de Deos, em se negar a si mesmo, por acudir ás necessidades dos seus; e para que veja quanto contentamento deve ter desta Victoria ainda que pareça pouco necessário, direi em summa alguma parte dos fructos, que deste casamento podem resultar.

França tem forças, sitio, e disposição para muito mal: o mal sentimos assás nos grandes roubos e dannos, que a este Reino tem feito, e isto não havendo guerra apregoada.

Ao Grão Imperador Carlos quinto atava França pés e mãos, de tal maneira, que se não sabia dar a conselho, nem podia levar suas empresas avante, como desejava o bem parece que tem Deos posto nas mãos de Vossa Alteza, sendo isto assim, que maior gloria pode ser de Vossa Alteza, que mudar com este seu casamento, o estado das cousas, de tal sorte que a fonte de males, sem remédio se converta em fonte de bens, muitos e grandes.

O dinheiro que Portugal tem, não está no Cofre; tudo anda de fora: o Commercio de Flandres, de Alemanha, e Italia não teremos, se os Franceses não quizerem: o Senhorio das Ilhas de Guiné, e da Índia custará muito trabalho em se defender, perigo, e despeza intolerável.

Nas cousas de Religião, em que tanto vai, não podemos consultar a Sé Apostólica, sem grande risco, se França nos cerrar os Portos: o trigo nos pode muitas vezes faltar em nossas necessidades.

Todos estes males se evitarão por meio deste casamento, e delle se seguem todos os bens contrários aos males, que tenho dito; e o melhor de tudo he a reformação da Religião da França,

que por este casamento com a conformidade dos Príncipes Catholicos, que com elle se segura, póde haver effeito.

Não sem cauza he desejado, tantos annos ha, destes Reinos este Matrimonio; não sem mysterio o procura El Rei de Castella, Vosso Tio; não sem conselho insiste tanto nelle o Padre Santo. Duas das mais alegres mercês, que Portugal recebo da mão de Nosso Senhor, foi o nascimento de Vossa Alteza; não será menos alegre mercê a deste casamento, porque não somente será dos homens, más dos montes e valles será festejado; além de tudo isto cumprirá Vossa Alteza com o que deve a seus Vassallos, porque lhes deve Príncipes, que se pareçam com os Reis de gloriosa Memoria, seus Avôs.

He esta obrigação tamanha, que obrigou a alguns Príncipes em Hespanha, sendo Frades Professos, a sahirem dos seus Mosteiros, por não haverem outros mais chegados á Coroa para não somente reinarem, mas casarem e terem filhos, porque de outra maneira, correrão os Reinos riscos de se perderem com discórdias ou pelo menos, perderem a liberdade.

E pois Vossa Alteza não he Frade, em casar não há, de que ter escrupulo, deve-o ter muito grande na dilação, porque tarda em o Officio de Justiça, que he pagar o que deve aos seus.

Mii lembro tambem, que quando nos dizem, que mata muitos porcos ou veados, esmorecemos com medo de alguma queda perigosa; pois como temeremos passar em África, sem deixar primeiro filhos em Portugal?

Pelo que, se Vossa Alteza deseja pôr em effeito seus altos pensamentos, em destruir por sua parte, quanto nelle for, a infernal Seita de Mafamede, e ter para grandes proezas inteira liberdade, convem muito que não ponha seu casamento em dilação, para que se não dilate a sua glória.

Muitas outras razões tenho, de que não trato, por não enfadar, mais á Vossa Alteza; não faltará por ventura quem diga, que são razões humanas, e que muitas vezes succede a quem as segue, o contrario do que imagina.

He mui grande verdade, mas que faremos? Porque em quanto não temos Revelação Divina do contrario, obrigados somos a seguir a razão. Quem tiver espírito de Profecia saia ao Campo lê dê sinaes, que nos mostrem ser elle Profeta verdadeiro, e diga a grandes vozes: Hec dixit Dominus Deus, quem isto não fizer, e sem Revelação insistir em contrariar tantas e evidentes razões, dê-nos licença, que o tenhamos por protervo e voluntariado, e não por espiritual e prudente; mas bem cuidado, que ninguem será de contrário parecer.

O que tenho dito não he conselho, porque não sou tão atrevido, que o dê sem ser chamado; mas festejarei a victoria, que Vossa Alteza de si mesmo alcançou, em mostrar-lhe as razões que tem para ter de que, segundo se affirma, fez mui grande contentamento.

Do que me fica por fazer, terei em grande cuidado, que he pedir a Nosso Senhor em minhas Orações e Sacríficos, que o Real Estado de Vossa Alteza prospere e argumente com Geração Gloriosa, e bem aventurada.

De Villa Nova de Portimão aos 12 de Outubro de 1557 annos.

O Bispo de Algarve.

Fonte: OSÓRIO, Jerónimo. *Carta a El-Rei D. Sebastião, sobre o seo Casamento em França*". In: Caminha, Antonio Lourenço. *Ordenações da Índia do Senhor Rei D. Manoel*. Lisboa: Impressão Régia, 1807.

## **ANEXO B**

### **Carta de Dom Jerónimo Osório para a Rainha**

SENHORA

Corre por esta terra novas bem tristes para todos em universal, e muito ainda mais tristes em particular para quem melhor póde entender quanto nisso vai.

As novas são, que Vossa Alteza desampara estes Reinos, e se vai para Castella. Isto não póde deixar de se sentir muito, porque perdemos Mai e Senhora, e perdemos hum fruto de tão grandes e excelentes Virtudes, como são as de que Deos dotou a Vossa Alteza; e o peor de tudo he, que de tão Real Virtude, e de tão provida constancia em grandes negócios, não se póde presumir mudança, sem justa causa, e quanto ella for mais justa tanto o Reino ficará mais infamado; de maneira que não somente perdemos todos muito, mas ainda cobraremos fama de gente barbara e desconhecida.

Bem vejo que fallar eu nesta matéria, será grande atrevimento, porque convem somente ás pessoas de muito maior authoridade, do que a minha póde ser; mas o amor e lealdade não tem pejo; pelo que, apontarei a Vossa Alteza algumas razões, pelas quaes me parece que não devia fazer tal abalo, e caso que Vossa Alteza quando vir de que principio esta minha ousadia tem nascimento, que levará facilmente em conta; e para que comece aqui, lhe lembro que mui poucas vezes deixou de se arrepende quem se aconselhou com a indignação, por muito justa que ella fosse; o conselho ha de tomar primeiramente com o Espirito de Deos, e depois com a razão muito desapaixonada, como está presupposto, só fallarei com Vossa Alteza, conforme a razão, pois sei que nunca della fugio.

O officio de Príncipes Virtuosos e Santos he fazer mercê a bons, e castigar a ruins. Vossa Alteza se se for, fará tudo pelo contrário, porque os bons sentirão muito sua ida, e os mãos farão folias estranhas, com lhes parecer que se vingão tambem. Não parece justiça, que por culpa de poucos padeção muitos inconvenientes; lembre-se Vossa Alteza de tantos pobres, e de tantas casas de Religiões, como são della consolados, os que ficarão Órfãos com a ausência, e dado o caso, que o mesmo de póde faze em Castella, por ventura a necessidade será lá tamanha, nem a esmola tão bem empregada? Lembre-se Vossa Alteza tambem, que a Terra de Portugal, ainda que não seja muito grossa, como a de Castela, he de ares muito mais benignos, e mais convenientes para se passar a vida, e de menos accidentes; e a natureza de Vossa Alteza não he Flandres, nem Castella; mas Portugal, onde reinou quarenta e cinco annos pouco mais ou menos, sendo a maior parte deste tempo a mais venerada, e honrada Princeza, que póde haver no Mundo.

Sendo estudante em Paris ouvi dizer a hum creado da Rainha Vossa Irmã Dona Leonor, que estando em prática a mesma Rainha sobre materia desta qualidade, dissera finalmente: não se engane ninguém, que nenhuma Imperatriz, nem outra Princeza alguma se póde chamar Rainha, senão a de Portugal.

Se isto, que disse a Rainha Dona Leonor, não he tão perfeitamente ao presente em Vossa Alteza, como devia ser, ao menos foi-o já, e sello-ha daqui em diante, e a fruta de que Deos nos fez mercê, no milagroso nascimento de El Rei Nosso Senhor; chegará à madureza, e perfeição que desejamos, e terá Vossa Alteza em satisfação de alguns desgostos, muito e mui grandes contentamentos. Quanto mais, que o Espirito de Vossa Alteza, mais está posto nos negocios da vida eterna, que nas opiniões desta miserável, que tão pouco há de durar.

E para que acerca disto me resolva em poucas palavras, se Vossa Alteza vai buscar descanso temporal a Castella, tão pouco o ha lá, como cá: se vai buscar a salvação, não he mais longe de Portugal, que de Castella.

Devia-se Vossa Alteza tambem nesta maneira de se lembrar muito do Santo Rei Dom João terceiro, que tão verdadeiro amor lhe sempre teve, e não devia querer desamparar a terra, onde seus ossos estão sepultados. Veja quão gloriosa sepultura será a sua, se assim como foi companheira na vida de quem tanto amou, o for tambem no enterramento, e não consentir que haja no Mundo Terra, que tenha depositado seu Corpo, senão a mesma que tem em si as Relíquias de tão Catholico Príncipe, a quem Vossa Alteza tanto deve.

Considere Vossa Alteza todos estes inconvenientes, como são, sentimento bons, gosto de mãos, desamparo de pobres, ausencia da sepultura de tão virtuoso e santo Companheiro. E lembre-se que nesta sua partida ( o que Deos não permita), no temporal se ganha pouco, e no espiritual se perde muito; e quando Vossa Alteza não perder, perderá El Rei, e o Reino, e podem succeder desgostos e enfandamentos, aos quaes Vossa Alteza por sua grande Virtude, e pela grande obrigação que tem a estas suas Terras, he obrigada atalhar. Se fica no reino, cumpre com a Caridade, com o bem universal, que lhe ha de lembrar muito mais que o proprio; serve a Nosso Senhor, ganha huma grande Coroa.

Pelo contrario, se se vai, que mais se ganha que satisfação da vontade, e triunfos de maliciosos, por derradeiro, El Rei Nosso Senhor, he Neto, Filho, e Creado, e de sua natural inclinação virtuoso, e basta não ter Vossa Alteza outra imagem na Terra de El Rei seu Avô; pelo que, como qualquer homem do povo, ainda que mais não seja, peço a Vossa Alteza pelas Chagas de Nosso Senhor Jesu Christo, que mude seu propósito, e não desampare Terra, nem injurie Ossos, e memória de tão virtuoso Príncipe, e queira em paga de alguns desgostos, ter tantos e tão grandes contentamentos, como espero em Nosso Senhor que há de receber.

Em dizer isto cumpro com officio devido à lealdade, e com o desejo de servir a Vossa Alteza, e tudo o que me fica para fazer, he pedir a Nosso Senhor em todas minhas Orações e

Sacrifícios, que inspire a Vossa Alteza o que houver de ser mais seu Santo Serviço, e seu Real Estado conserve.

De Sylves 7 de Fevereiro de 1571.

Fonte: OSÓRIO, Jerónimo. *Carta de Dom Jeronymo Osório para a Rainha*. In.: Caminha, Antonio Lourenço. *Ordenações da Índia do Senhor Rei D. Manoel*. Lisboa: Impressão Régia, 1807.



## ANEXO C

### Carta A El Rei D. Sebastião contra o Juiz da Coroa, Jorge da Cunha.

SENHOR

Sem o favor de VOSSA ALTEZA, como lhe disse no Cabo de San-Vicente, tenho por impossível fazermos, nós Prelados, nosso officio inteiramente: sendo isto assi, que será de nós, quando ão formos favorecidos de VOSSA ALTEZA; mas seremos, alem d'isso, com seo nome inquietados muito injustamente? Ao presente succede materia de muita inqueitaçom minha, de mui grande injuria de VOSSA ALTEZA, e de mui grande offensa de NOSSO SENHOR: a qual passa da maneira que direi.

Maximo Dias de Lemos, feitor das marinha de VOSSA ALTEZA, em Tavira, he homem mui pouco conveniente para o cargo, segundo toda a cidade publica. De seo sizo, consciência, fee, e verdade nada direi; por que de muito maa vontade diria mal.

De memoria dos homens está sabido que sempre d'estas marinhas se pagou dizimo á Igreja; (prendeiros eram os que arrecadam, os mais dos annos. D'esta maneira sempre a Igreja esteve em posse de receber este dizimo.

O primeiro homem que n'isto poz grossa, ou por servir á VOSSA ALTEZA, como elle diz; ou por seo interesse, como muitos affirmam, foi Maximo Dias; dizendo que elle, como feitor, representava a Pessoa Real, e que pois VOSSA ALTEZA nunca pagará, elle o havia de sustentar n'esta posse, e isto confirmava com os livros da alfanfega, em os quaes ão achava descarga d'esse dizimo.

A verdade d'isto averigüei per testemunhas, que mostrarei quando cumprir; e sube que era o contraio do que elle dizia.

Quanto aos livros de alfandega, n'elles se n'õ lançava se nom o que era liquido de VOSSA ALTEZA, e nom o dizimo que por ser da Igreja, n'õ era fazenda Real; e esse dizimo, ou se pagava nas marinhas, ou se concertava o feitor por dinheiro com o rendeiro das meunças; e pois isto era assi, como se havia de dar por descarga o que n'õ era lançado em receita? Este mesmo deseganno lhe derom os officiaes da alfandega, e assi o fizeram os officiaes de Lagos, e toda outra pessoa que d'isto alguma cousa intendia: nada aproveitou, e o rendeiro dos dízimos se queixou: fiz lhe justiça, conforme ao Concilio Tridentino: mandei monir a Maximo Dias que logo appellou para o juiz dos feitos e VOSSA ALTEZA (Nom sei que letrado lhe disse que era meo superior Jorge da Cunha): dei-lhe, depois da monitoria, quinze dias para se aconselhar: correu todo este tempo sem elle bulir comsigo, antes fazia escarneo da monitoria: foi forçoso que eu o mandasse declarar por excommungado: corriam os termos ordinários, até de participantes: houve agravaçom e reagravaçom de censuras, interdicto deambulativo; entom viu-se forçado a ir-se de Tavira, e encommendar o cargo das marinhas a um Domingos Pilharte, o qual feitorisou o cargo das marinhas de VOSSA ALTEZA; muito diferente de Maximo Dias, como convinha ao serviço de VOSSA ALTEZA, e com muito proveito do povo.

Seis mezes há que anda Maximo Dias excommungado; e tee tam pouca conta com isso, como se fora mouro. Estando eu em Lagos, me foi feito de sua parte um requerimento, e agravo para o juiz dos feitos de VOSSA ALTEZA. Respondi que eu nom estava em Inglaterra, mas em Reino catholico, debaxo de um Ré tam sancto, como VOSSA ALTEZA era; pelo que n'õ era obrigado a responder, sen'õ a meo superior; que Metropolitano tinha, e Legado tínhamos, que fariam de mi justiça inteiramente, quando eu nom fizesse o que devia: com tudo, (para os juizes dos feitos de VOSSA ALTEZA me nom terem em maa conta) que, como amigo e servidor, daria conta do que passava. Assi o fiz; e desfiz, com minhas verdades, quantas mentiras e falsidades o dicto requerimento tinha. Mas que aproveita tudo, pois Maximo Dias falava contra

mi, perante desembargadores, dos quaes alguns som bem pouco devotos? Pelo que, deu-se tudo pintado com Maximo Dias queria, e á força, sem direito se poz: *Accordam em Relaçõ, que se escreva uma carta ao Bispo do Algarve*; e n'esta carta feita em nome de VOSSA ALTEZA, presupoem seos desembargadores que VOSSA ALTEZA está em posse de não pagar este dizimo, e que este direito da minha Igreja está prescripto. Quem lh'ó disse? Donde o sabem? Que testemunhas reperguntaram? Nenhumas. Contra mi bastava, dize-lo Maximo Dias.

Eu digo tudo ao contrario; e se havemos de pesar autoridades, parecia razom que eu tivesse um pouco de mais credito (por quem sou, e por que não sei mentir) que Maximo Dias, que foi já prezo por doudo e tee tam ruim memoria, que dentro de uma hora dirá sette cousas differentes uma da outra. Mas passo por isso: nom cream a elle, nem a mi, até não saberem a verdade: não se arrisquem em fazer tam grande desatino, como he afrontar um prelado, que tee algum nome no Mundo, por um singular testemunho de um homem que tam pouco teme a DEUS.

D'esta razom ninguem me pode fugir. Mas que faremos a tenções damnadas que não recebem razom? Dirm-me-ha VOSSA ALTEZA, que na carta se me não fez agravo, por ser estylo costumado em casos d'esta qualidade?

Isso seria, quando na carta nom viesse ponto de muito sentimento meo, porque vae dizendo: - *Pelo que vos encommendo e rogo muito, que nom procedaes contra Maximo Dias, e o mandees logo absorver*. Até aqui se pode dizer que sou agravado; por que posso com a minha resposta satisfazer á VOSSA Alteza, e isso faria, se Jorge da Cunha com seos assessores me deessem esse vagar; mas não m'ó dam, nem querem que a carta seja de *rogo*, mas de *mando*, e mando mui comminatorio; porque se segue logo: - *e quando assi o nom fizerdes, o que eu te vós nom espero, mando a meos officiaes que vos nom obedeçam, nem evitem Maximo Dias*.

- Nom há mais que dizer: só de uma cousa me espanto muito; porque nom diz a carta mais adiante- *e mando a todolos Clérigos et Religiosos que nom evitem Maximo Dias; fazendo o*

*contrario, que sejam mettidos a ferro, nas galees onde remaram até minha mercee.* – Digo que me espanto, porque muito pouco menos d'isto he, mandarem os desembargadores de VOSSA ALTEZA a meos subditos no *spiritual* que me não obedçam. Quem deu tal poder a Jorge da Cunha? Se VOSSA ALTEZA o nom tee, como o terá elle? Vaa pois ser desembargador da Rainha de Inglaterra, ou do Príncipe de Orange; e entom use d'essa language. Mas em quanto servir um tal catholico e virtuoso Príncipe, como VOSSA ALTEZA he, não seja tam atrevido que ponha tamanha nodoa na honra de sua Real Pessoa.

Quem sou eu? E que poder he o meo? Se me perguntarem por minhas qualidades naturaes; direi, que me tenho em mui pouco: se pelas ordees de sacerdote que recebi, e pelo sacramento de minha dignidade pontifical; direi, que minha jurisdicção he divina: direi, alem d'isso, que no que eu fizer com devida consideraçõ se pode presumir que não serei desemparado do SPIRITO; pois nem Caiphaz o foi em seo officio. O Papa, e todo o cõrpo do Direito Canonico, e novamente o Concilio Tridentino, me dam poder para fazer o que faço. No Evangelho diz NOSSO SENHOR, nom somente por seos Discípulos, mas tambem por todolos que, ainda que indignos e peccadores, succedem em seos cargos.

D'esta maneira, SENHOR, quando Jorge da Cunha manda que me nom obedçam meos súbditos, manda que nom obedçam ao Papa, nem aos Cãones, nem ao Concilio, nem ao SPIRITO SANCTO, e manda finalmente que não sejam christãos. E em que tempo manda isto? Em tempo tam perigoso, como VOSSA ALTEZA pode vêr. Per este principio começou Martim Lutero: esta foi a primeira entrada de Satanás em Inglaterra: as misérias da França d'esta soltura tiverom nascimento.

Vae a sentença mais ainda por diante, e manda aos officiaes de VOSSA ALTEZA, que nom evitem Maximo Dias: isto quer dizer, que não seja excomungado. Manda S. Johan, que não saudemos os incorrigibeis: manda S. Paulo, que nenhum commercio tenhamos com pessoas

contumazes: manda Nosso Senhor JESUS CHRISTO, que os que nom obedecerem à Igreja, sejam tidos por infieis e publicanos: e manda Jorge da Cunha, que, por contumaz e incorrigibil, seja Maximo Dias logo absolto e admitido a todolos sacramentos da Igreja.

Agora veja VOSSA ALTEZA se he mais razom que obedeçamos a Jorge da Cunha e seos assessores, ou aos Apostolos de CHRISTO, e ao mesmo SENHOR? Por isso disse, no principio d'esta carta, que esta sentença me tinha muito inquieto; porque todo vigor de meo governo fica de todolos pontos desbaratado: disse que era grande injuria feita a VOSSA ALTEZA, porque não sinto eu maior injuria para tam sancto Príncipe, que pode-se dizer em Roma, ainda que falsamente, que mando VOSSA ALTEZA que os bispos não sejam obedecidos, e os excomungados não sejam evitados. Disse tambem que com esta sentença se fazia a DEUS grande offensa, por ser contra direito, e contra toda a ordem e jurisdicçom da Sancta Madre Igreja.

Diz um desembargador de VOSSA ALTEZA, barõ de mui grande opiniõ, que quantos bispos VOSSA ALTEZA fazia, tantos inimigos criava contra si: mas isto era dicto, mais com zelo contra mi, que contra todolos outros. A DEUS tomo por testemunha de meo amor e lealdade, e de quam imigos som de VOSSA ALTEZA ao que não som amigos de sua alma, nem da sua honra; e quem por se mostrar amigo da Coroa, embarassa a justiça. Com taes practicas como estas, se indignou El Rei Henrique 1º de Inglaterra contra Thomas, arcebispo Cantuariense, o que foi causa que elle morreu per mãos dos seos ministros: per semelhantes practicas se moveu Henrique VIII, a mandar morrer tam cruamente o sancto bispo Rofense, e o grande Thomas Moro, e muitos outros sanctos Religiosos. Elles ganharam a coroa de martyres gloriosos, e a indignaçõ de DEUS veu sobre os perseguidores dos Sanctos. Se não somos perdidos, como muitos outros: se a Terra nom está tam estragada, como muitas nações estam; he pela misericórdia de DEUS nosso Senhor, que nos deu Príncipes sanctos e catholicos, que teem mão na religiom,

como VOSSA ALTEZA tee: porque isto nō fora, nō faltára quem fizera seo officio com tanta soltura, como se fez em Alemanha. Justiça, Religiom, e nō sombra de interesse falso, confirmam o Estado Real; porque a justiça, com a Religião, fortalece-se os Reinos; ella a que dá victorias illustres: ella dá os verdadeiros bees que som os espirituaes, e accrescenta os temporaes: ella amansa o furioso mar das paixões, e quebranta a força dos corações malvados: ella finalmente tee sempre DEUS por alvo, e em sua companhia: pelo que ella faz tambem que todo o príncipe seja glorioso e bem aventurado n´esta vida, e na outra, em que nos muito mais vae, pois he eterna e de verdadeira vida. Pelo contrario, a injustiça tudo arruína, consume e estraga de tal maneira, que nem relíquias de alguma prosperidade possa ficar na vida temporal.

D´esta maneira quem requer justiça, he verdadeiro criado e vassallo leal de VOSSA ALTEZA; e quem com VOSSA ALTEZA trabalha que a nō faça, he inimigo mortal de sua alma, honra e fazenda. Já isto está bem manifesto: que todo o príncipe que acrescentou a honra à Igreja de DEUS, foi honrado e favorecido de DEUS, e com sua graça alcançou immortal memoria; e os que a vexarom, todos houverom desventurado fim. Ponha VOSSA ALTEZA os olhos em um Constantino Magno, em um Theodosio Magno, em um Carlos Magno, e verá quam amigos da Igreja foram, e quam grandes mercees, prosperidades e honras, por este respeito, da mão de DEUS receberam: veja per outra parte o Imperador Frederico Barbaroxa, e depois Frederico II, e outros Imperadores que se esquecerom d´este caminho, quam tristes fins tiverom: e n´isto se cumpre o que diz DEUS em o propheta Isaias. (...) Peloque, lembro à VOSSA ALTEZA, pelas entranhas de JESUS CRUCIFICADO, que tenha por inimigo todo o homem que sentir contrário à Igreja, como cuidoo que se acharam muitos entre seos officiaes; e a esta sentença de Jorge da Cunha nom obedeço, por ser sobrepticia, por injusta contra Lei de DEUS e pelas razões que na minha resposta vam.

Se à VOSSA ALTEZA parecer que faço o que nom devo, tomarei um muito equal expediente, e será este: a Maximo Dias nom absolverei, por nenhuma via d'este mundo, visto que em todo elle nom há cousa que eu mais estime que minha alma; mas farei isto, remetendo todo este negocio ao Illustrissimo Cardeal vosso Thio, como a meo superior e legado de SUA SANCTIDADE; e elle me castigue, como lhe parecer, se eu fiz o que nõ devia: pois nõ pode elle fazer cousa mal feita; e antes quero disciplina de sua mão, que sentença absolutoria de Jorge da Cunha, e de quantos desembargadores há nas Casas.

Affirmo a VOSSA ALTEZA que de melhor vontade perderá eu a vida, que profanar officio tam sagrado como este meo he, sem embargo de o eu tam mal merecer. Se eu bem conheço VOSSA ALTEZA, e tenho experiencia de seo Real espírito, sei que me terá isto a bem; e quando, por meos peccados, outra cousa succedesse, tomarei tudo da mão de DEUS, e nunca deixarei de fazer o que ate aqui sempre fiz, que he pedir a NOSSO SENHOR, com a instancia da vida, que a vida de VOSSA ALTEZA guarde, e prospere; e seo Real Estado accrescente.

De Silves a 13 de dezembro de 1575.

Fonte: Osório, Jeronimo. Carta a El Rei D. Sebastião contra o Juiz da Coroa, Jorge da Cunha. In: Silva, Veríssimo Álvares da. *Cartas Portuguezas de D. Hieronymo Oósrio, Bispo de Silves*. Pariz: 1819.